



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

Gabriela Ribeiro Cardoso

Vitimização, medo do crime e legitimidade democrática na América Latina:
mecanismos causais e efeitos contextuais em perspectiva

Florianópolis

2021

GABRIELA RIBEIRO CARDOSO

Vitimização, medo do crime e legitimidade democrática na América Latina:
mecanismos causais e efeitos contextuais em perspectiva

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutora em Sociologia e Ciência Política, Área de Concentração: Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Julian Borba

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cardoso, Gabriela Ribeiro

Vitimização e legitimidade democrática na América
Latina: : mecanismos causais e efeitos contextuais em
perspectiva / Gabriela Ribeiro Cardoso ; orientador,
Julian Borba, 2021.

164 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. medo do crime. 3.
vitimização. 4. legitimidade democrática. 5. América
Latina. I. Borba, Julian. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e
Ciência Política. III. Título.

Gabriela Ribeiro Cardoso

Vitimização, medo do crime e legitimidade democrática na América Latina:
mecanismos causais e efeitos contextuais em perspectiva

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Ariadne Lima Natal, Dr.(a)
Peace Research Institute Frankfurt (PRIF)

Prof. Ednaldo Aparecido Ribeiro, Dr.
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Prof.(a) Luciana Fernandes Veiga, Dr.(a)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

Prof. Tiago Daher Padovezi Borges, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Marcelo Simões Serran de Pinho, Dr. (Suplente)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Riccardo Valente (Suplente)
Universitat Rovira i Virgili

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Sociologia e Ciência Política, Área de Concentração: Ciência Política.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof., Dr. Julian Borba
Orientador

Florianópolis, 2022.

Em memória de minha mãe, Isa Maria.

AGRADECIMENTOS

Resiliência. Esta foi uma tônica constante no decorrer deste trabalho e assim considero que foi a minha trajetória pessoal e uma marca do próprio contexto social e político no qual a tese foi desenvolvida. Resiliência para não sucumbir às péssimas notícias cotidianas deste país, ao descaso com a ciência, e a tristeza que nos é imposta diariamente pelas histórias de violência. Resiliência para enfrentar temas extremamente áridos como a legitimidade democrática e a violência.

Por isso, agradeço à existência da universidade pública, às bolsas de pesquisa que contribuíram para a minha formação e aos/as colegas e amigos/as que pude conhecer no decorrer deste período. Agradeço especialmente ao Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas (NIPP) da UFSC que fomentou diferentes gerações de pesquisadores e, de modo especial, ao professor Seibel que sempre incentivou jovens pesquisadores/as e nos proporcionou um espaço para o aprendizado e troca de ideias. Muito obrigada ainda pela amizade e apoio no decorrer do doutorado. Obrigada aos colegas e amigos do NIPP, Denis, Fábio e Riccardo Valente pelas discussões sobre pesquisas de vitimização e contribuições na qualificação.

Gostaria de registrar um agradecimento especial ao meu orientador Julian Borba pela grande colaboração em minha formação desde a graduação e pela orientação dedicada e atenciosa no doutorado, permeada por desafios teóricos e metodológicos que muito me ajudaram na realização e aprofundamento da pesquisa. Também agradeço aos professores e colegas do PPGSP da UFSC pelos aprendizados nas disciplinas, seminários discentes e ao professor Tiago Borges pelos apontamentos na qualificação.

Agradeço ao Núcleo de Pesquisa em Participação Política (NUPPOL) da UEM e ao professor Ednaldo Ribeiro pelo estágio realizado na universidade e pelas relevantes contribuições com a pesquisa. Aos amigos de Maringá, Rafael e Patrícia, muito obrigada pela acolhida neste período. Foram muitos os amigos e amigas que, de algum modo me auxiliaram, por isso agradeço a Yasmin e Vinícius, Carol e Denise por me receberem com carinho em Florianópolis. Às amigas de longa data Ana Paula e Dani Rech que também estiveram presentes de algum modo. Agradeço também a Fernanda e Afonso pela amizade e parceria para os diversos momentos em Laranjeiras do Sul. Também agradeço aos colegas da UFFS que me apoiaram neste processo.

Em todo este período, a minha família foi uma parte extremamente valiosa. Agradeço aos meus irmãos Sabrina e Filipe, aos meus sobrinhos e aos meus sogros Márcia e Tanoir pelo

companheirismo e amizade. Aos meus pais Antonio e Isa por sempre me incentivarem nos estudos e pela força e sabedoria que tento sempre aprender com vocês. Infelizmente, no período da tese minha mãe faleceu, deixando para mim um grande exemplo de inteligência e de resiliência, a quem dedico esta tese.

Por fim, gostaria de registrar a importância do meu marido Felipe em todo o processo de elaboração da tese, pois acredito que sem ele o trabalho não teria se concretizado. Obrigada pelo amor e presença em todos os momentos e por sempre estar ao meu lado compartilhando a indignação com os acontecimentos do país, mas sobretudo a alegria e a esperança. Esperança esta que carrego no meu ventre e se chama Francisco e que tem tornado os nossos dias repletos de novas descobertas e amor.

RESUMO

A tese analisa a relação entre vitimização, medo do crime e legitimidade democrática na América Latina, contemplando os mecanismos causais e os efeitos contextuais envolvidos neste processo. O medo do crime e a vitimização são compreendidos como fenômenos distintos (embora vinculados), os quais também podem operar por mecanismos causais diferentes. A legitimidade democrática é compreendida a partir da concepção multidimensional, por meio da elaboração de dois indicadores: índice de confiança nas instituições e índice de apoio difuso. As hipóteses consideram os fatores contextuais dos países a partir de quatro elementos principais: a taxa de homicídios do país; o grau de estabilidade e ausência de violência política; a estrutura social dos países (taxa de desemprego entre os jovens); indicadores de democracia do país (Polity IV e V-Dem). As hipóteses são testadas pelo emprego da análise multinível e são utilizados dados do Barômetro das Américas de 2016 e 2018. O trabalho investiga os mecanismos causais que podem favorecer os efeitos da violência na legitimidade democrática por meio de modelos de equações estruturais. Após as análises para os países da América Latina, a tese aprofunda o estudo do caso brasileiro, considerando a abordagem de legitimidade como produto das visões e avaliações da democracia. Os resultados apontam para os efeitos negativos da vitimização e do medo do crime na legitimidade democrática na América Latina. Em contextos de elevadas taxas de homicídios, o efeito negativo da vitimização é intensificado na legitimidade democrática.

Palavras-chave: medo do crime; vitimização; legitimidade democrática; América Latina.

ABSTRACT

The thesis analyzes the relationship between victimization, fear of crime and democratic legitimacy in Latin America, encompassing the causal mechanisms and contextual effects involved in this process. Fear of crime and victimization are understood as a distinct phenomenon (even though linked), which can also operate through different causal mechanisms. Democratic legitimacy is understood in a multidimensional perspective measured by two indicators: index of trust in institutions and diffuse support index. Research hypotheses consider countries contextual factors based on four main elements: country's homicide rate; degree of stability and absence of political violence; countries social structure (youth unemployment rate); country democracy indicators (Polity IV and V-Dem). Hypotheses are tested using multilevel analysis with data from Americas Barometer (2016 and 2018 waves). The research analyzes the causal mechanisms that can foster violence effects on democratic legitimacy through structural equation modeling. After analyzing the Latin American countries, the thesis deepens the study of Brazilian case, considering legitimacy approach as a product of democracy visions and evaluations. Finally, the results emphasize victimization and fear of crime negative effects on democratic legitimacy in Latin America. In contexts with high homicide rates, the negative effect of victimization is intensified on democratic legitimacy.

Keywords: fear of crime; victimization; democratic legitimacy; Latin America.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dimensões da legitimidade democrática – Booth e Seligson	29
Figura 2 - Visões, avaliações e legitimidade democrática	44
Figura 3 - Plebiscito “Vivir sin Miedo” – Uruguai	65
Figura 4 - Mapa das Taxas globais de homicídios em 2017 (UNODC)	80
Figura 5 - Coeficientes da Regressão múltipla para o índice de confiança nas instituições ..	103
Figura 6 - Coeficientes da Regressão Múltipla - Índice de apoio difuso	115
Figura 7 - Instituto Marielle Franco	133
Figura 8 – Boxplots	145

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Média móvel da taxa de homicídios de 2016-2018 para a América Latina	81
Gráfico 2 - Taxa de homicídios de 2000 a 2018 nos países de maiores taxas da América Latina	82
Gráfico 3 - Taxa de homicídios no período de 2001 a 2018 em países de baixas taxas da América Latina	83
Gráfico 4 – Polity IV e Média Móvel da Taxa de Homicídios	87
Gráfico 5 – Índice de democracia participativa e média móvel da taxa de homicídios	88
Gráfico 6 - Efeitos da interação entre vitimização e média móvel da taxa de homicídios - Hipótese 2	108
Gráfico 7 - Efeitos da interação entre vitimização e estabilidade política - Hipótese 3	109
Gráfico 8 - Efeitos da interação entre vitimização e desemprego entre os jovens - Hipótese 4	111
Gráfico 9 - Efeitos da interação entre vitimização e V-Dem Participação - Hipótese 5	112
Gráfico 10 - Efeitos da interação entre sentimento de insegurança e V-Dem Poliarquia - Hipótese 5	114
Gráfico 11 - Efeitos interativos entre vitimização e taxa de homicídios	119
Gráfico 12 - Efeitos interativos entre sentimento de insegurança e desemprego entre os jovens	120
Gráfico 13 - Efeitos interativos entre vitimização e V-Dem Participação	121
Gráfico 14 - Modelo de equações estruturais	129
Gráfico 15 - V-Dem no Brasil (1950 a 2019)	131
Gráfico 16 - Média das visões da democracia no Brasil	138
Gráfico 17 - Importância e satisfação com a democracia no Brasil	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Apoio político segundo Easton	24
Quadro 2 - Visões sobre a democracia – grupo liberal	40
Quadro 3 - Visões sobre a democracia (justiça social e democracia direta)	40
Quadro 4 - Classificação dos graus de legitimidade do sistema político	42
Quadro 5 - Síntese das concepções de legitimidade democrática	47
Quadro 6 - Estudos com análise multinível sobre legitimidade democrática e violência	70
Quadro 7 - Variáveis da pesquisa	92
Quadro 8 - O apoio político para Dalton	100
Quadro 9 - Valores preditos para vitimização e taxa de homicídios	109
Quadro 10 - Valores preditos para vitimização e estabilidade política e ausência de violência	110
Quadro 11 - Valores preditos para vitimização e taxa de homicídios	119
Quadro 12 - Hipóteses da pesquisa	122
Quadro 13 - Variáveis modelo de equações estruturais	125
Quadro 14 - Visões sobre a democracia - WVS 7	135
Quadro 15 - Variáveis modelos de regressão múltipla	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores países latino-americanos (2016-2018a)	84
Tabela 2 - Indicadores países latino-americanos (2016-2018b)	86
Tabela 3 - América Latina - Lapop (2016-2018)	93
Tabela 4 – Regressão logística binária: Sentimento de insegurança na América Latina	95
Tabela 5 - Legitimidade democrática na América Latina (2016-2018)	101
Tabela 6 - Índice de Confiança nas instituições e ICC	104
Tabela 7 - Modelo Nulo – A Nova para o Índice de Confiança nas instituições	105
Tabela 8 - Análise multinível - Índice de Confiança nas Instituições	106
Tabela 9 - Modelo Nulo para o Índice de Apoio difuso	116
Tabela 10 - Modelo com variação e sem variação para os países - Índice de Apoio difuso	116
Tabela 11 - Análise multinível para o índice de apoio difuso	117
Tabela 12 - Modelo de equações estruturais	126
Tabela 13 - Grupo liberal	136
Tabela 14 - Grupo autoritário e Grupo Justiça Social	137
Tabela 15 - Modelos de regressão múltipla - visões de democracia – Brasil	141
Tabela 16 - Importância e satisfação com a democracia (2018)	144
Tabela 17 - Regressão Linear - Visões de democracia e país democraticamente governado – Brasil	146
Tabela 18 - Regressão Linear - Visões de democracia e satisfação com o funcionamento do sistema político	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ICC	Índice de correlação intraclasse
Lapop	<i>Latin American Public Opinion Project</i>
Lavaan	<i>Latent variable analysis</i>
NIPP	Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas
NUPPOL	Núcleo de Pesquisa em Participação Política
PRIF	Peace Research Institute Frankfurt
UEM	Universidade Estadual de Maringá
Unirio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
V-Dem	<i>Varieties of Democracy</i>
WVS	<i>World Values Survey</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA: ASPECTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS	21
2.1 AS CONTRIBUIÇÕES DE EASTON: APOIO DIFUSO E APOIO ESPECÍFICO	21
2.2 O CONCEITO DE LEGITIMIDADE EM UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL	26
2.2.1 Legitimidade democrática na América Latina	28
2.3 LEGITIMIDADE, LEGITIMAÇÃO E A DIMENSÃO PROCESSUAL	36
2.4 A LEGITIMIDADE COMO PRODUTO DAS VISÕES E DA AVALIAÇÃO DA DEMOCRACIA	38
2.5 LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA E APOIO POLÍTICO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DEBATE	45
2.6 DIAGNÓSTICO SOBRE A LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA: POLARIZAÇÃO POLÍTICA, MODELO TERMOSTÁTICO E CULTURAL BACKLASH	48
2.7 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA TEÓRICA E ANALÍTICA DA TESE	55
3 VITIMIZAÇÃO, MEDO DO CRIME E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA: DO POPULISMO PENAL AO POPULISMO AUTORITÁRIO	58
3.1 MEDO DO CRIME, DEMOCRACIA E O CASO LATINO-AMERICANO	58
3.2 LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA, VITIMIZAÇÃO E MEDO DO CRIME: ARTICULANDO OS CONCEITOS	62
3.3 HIPÓTESE DA PESQUISA	75
4 VIOLÊNCIA E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA: EXPLICITANDO OS FATORES CONTEXTUAIS NA AMÉRICA LATINA	80
4.1 FATORES CONTEXTUAIS NA AMÉRICA LATINA	81
4.2 A ANÁLISE MULTINÍVEL: SURVEY, METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DOS MODELOS	89
4.3 ANÁLISE DESCRITIVA	93
5 OS FATORES CONTEXTUAIS E OS MECANISMOS CAUSAIS NA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA	97
5.1 CONSTRUÇÃO DOS ÍNDICES E ANÁLISE DESCRITIVA	97
5.2 VARIÁVEL DEPENDENTE: ÍNDICE DE CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES	102
5.3 ÍNDICE DE APOIO DIFUSO	114
5.4 VIOLÊNCIA, MECANISMOS CAUSAIS E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA	124

6 LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA EM VERTIGEM: VISÕES E AVALIAÇÕES DA DEMOCRACIA NO BRASIL	131
6.1 VISÕES SOBRE A DEMOCRACIA ENTRE OS BRASILEIROS EM PERSPECTIVA COMPARADA	134
6.2 AVALIAÇÕES DA DEMOCRACIA: CONFIGURANDO A LEGITIMIDADE COMO PRODUTO	142
7 CONCLUSÃO	149
REFERÊNCIAS	154
APÊNDICE A	161
ANEXO A	164

1 INTRODUÇÃO

A tese analisa a relação entre vitimização, medo do crime e legitimidade democrática na América Latina, contemplando os mecanismos causais e os efeitos contextuais envolvidos neste processo. A região concentra as taxas mais elevadas de homicídios de mundo, o que coloca uma série de adversidades para as democracias em consolidação e pode fomentar retrocessos na legitimidade democrática. Os desafios impostos pela experiência concreta da violência e, especialmente, pelo medo do crime constituem um terreno fértil para o populismo penal e discursos autoritários.

A experiência de ser vítima de um crime (e as suas implicações) foi um aspecto que acabou reverberando na centralidade que a questão da vitimização adquiriu nas análises aqui apresentadas. Um quarto dos latino-americanos já foi vítima de um crime nos últimos doze meses e quase metade sentem-se inseguros. Embora vitimização e medo do crime estejam conectados em um sentido mais básico, não são fenômenos que possam ser compreendidos de modo equivalente em suas origens, causas e consequências. Esta distinção diz respeito a um aspecto recorrente na literatura pesquisada, e foi explicitada primeiramente nos estudos sobre medo do crime.

O medo do crime consiste em um fenômeno que possui impactos sociais, políticos e culturais amplos, abarcando um conjunto de fatores para além das estatísticas criminais oficiais. Logo, o medo do crime contempla a própria percepção que os indivíduos possuem sobre o seu próprio bairro e a sua cidade enquanto locais inseguros ou seguros; atributos geracionais, raciais e de gênero; as próprias experiências de vitimização. O medo do crime pode ainda constituir-se em uma ansiedade difusa conectada às inseguranças sociais.

As análises sobre o medo do crime enfatizaram com maior frequência o contexto social dos indivíduos, a vulnerabilidade social, as características das vizinhanças, a integração social, possuindo assim uma articulação mais profunda com aspectos *societais*. O debate sobre o medo do crime e os fenômenos políticos desenvolveu-se posteriormente, sendo uma literatura em consolidação. Neste sentido, a tese procura avançar nas discussões sobre o medo do crime e legitimidade democrática.

O capítulo 2 contempla as diferentes abordagens do conceito de legitimidade democrática na literatura internacional, destacando as principais proposições teóricas e analíticas. Deste modo, o capítulo trata: 1) das formulações pioneiras e influentes de Easton (1965; 1975) sobre apoio político e enfoca os conceitos de apoio difuso e apoio específico; 2) da legitimidade democrática em uma perspectiva multidimensional, apresentando as

contribuições de Norris (2011), Dalton (2004) e Booth e Seligson (2009), e os trabalhos que se dedicaram a tratar a legitimidade democrática no contexto da América Latina; 3) do debate sobre legitimidade, legitimação e a dimensão processual; 4) da legitimidade enquanto produto da visão e da avaliação sobre a democracia, que consiste em uma abordagem que mobilizou diversos pesquisadores europeus em uma perspectiva que não está vinculada à definição de Easton.

Na sequência, são realizadas considerações gerais sobre as concepções de legitimidade democrática comparando aspectos como: foco principal de análise, contexto de análise e metodologia. Por fim, abordo outras perspectivas analíticas que se conectam à reflexão sobre legitimidade: o modelo termostático (CLAASSEN, 2020), a polarização política (SVOLIK, 2019), o cultural backlash e a emergência do populismo autoritário (NORRIS; INGLEHART, 2019), e as controvérsias em torno da desconsolidação democrática (FOA; MOUNK, 2017a; MOUNK, 2019). O capítulo 2 ainda destaca que as discussões sobre o tema são amplas e, ao mesmo tempo, têm mobilizado e desafiado os/as pesquisadores na compreensão dos retrocessos que permeiam as democracias contemporâneas.

O capítulo 3 dedica-se à literatura internacional sobre vitimização, medo do crime e legitimidade democrática na América Latina. O capítulo está organizado em quatro seções: primeiramente, são destacadas as características gerais da literatura sobre medo do crime e a relação com a democracia. Na sequência, são discutidos os estudos que conectam diretamente a vitimização e o medo do crime com aspectos políticos (comportamento eleitoral, participação política e atitudes em relação ao Estado), e de modo específico, com a legitimidade democrática. A terceira seção aborda os mecanismos causais que podem favorecer os efeitos da violência na legitimidade democrática, tais como: percepção sobre o papel do Estado; impunidade, ineficiência da polícia e do sistema de justiça criminal; dinâmica da participação política e o populismo penal. Por último, são apresentadas as hipóteses de pesquisa, as quais enfocam nos efeitos contextuais e nos mecanismos causais.

As hipóteses da tese abordam assim três mecanismos: *ineficiência da polícia e do sistema de justiça criminal (H.1.1)*, *o populismo penal (H.1.2)* e *a dinâmica da participação política (H.1.3)*, que são analisados por meio de modelos de equações estruturais. As hipóteses também consideram os fatores contextuais dos países a partir de quatro aspectos principais, que são analisados pela análise multinível: a taxa de homicídios do país (*H.2*); o grau de estabilidade e ausência violência política (*H.3*); a estrutura social dos países (IDH e Taxa de desemprego entre os jovens) (*H.4*); indicadores de democracia do país (Polity IV e V-Dem) (*H.5*).

O capítulo 4 dedica-se à análise dos fatores contextuais, especialmente a partir da análise descritiva dos indicadores utilizados para a análise multinível. Com isso, observou-se que as taxas de homicídios e o indicador de violência política apresentam maior heterogeneidade entre os países latino-americanos. Além disso, também foi possível identificar o efeito negativo dos homicídios nos indicadores de democracia. Neste capítulo foi realizada a análise de regressão logística para identificar quais são as variáveis relevantes para a caracterização do medo do crime na América Latina. Embora a vitimização possua grande relevância para o sentimento de insegurança, ela não consiste no único fator, destacando-se atributos individuais (ser mulher, não-branco), aspectos contextuais (viver em local urbano, desconfiança interpessoal) e econômicos.

O capítulo 5 aborda os fatores contextuais envolvidos na relação entre legitimidade democrática e violência na América Latina, a partir da análise multinível. Inicialmente, é descrito o processo de construção dos índices para a mensuração da legitimidade democrática e, na sequência são apresentados os resultados da análise multinível para o índice de confiança nas instituições e para o índice de apoio difuso. A última parte do capítulo concentra-se nos modelos de equações estruturais com o intuito de examinar os mecanismos causais discutidos.

As análises realizadas destacam os efeitos negativos da vitimização e do medo do crime no declínio da legitimidade democrática para o contexto latino-americano, em consonância com os aspectos observados pela literatura. A tese avança em relação aos estudos precursores de Carreras (2013) e Fernandez e Kuenzi (2010) ao abordar as interações entre os níveis micro e macro e na análise, assim como o efeito do contexto violento a partir da média móvel da taxa de homicídios para os países estudados. Deste modo, é possível ressaltar que altas taxas de homicídios contribuem para a maior influência da vitimização no declínio da legitimidade democrática.

Nos efeitos contextuais, também foram analisadas as consequências do desemprego elevado entre os jovens, o que aumenta o efeito negativo de sentir-se inseguro no índice de apoio difuso. Logo, o resultado observado aponta para a relação entre transformações sociais e econômicas geradas pelo desemprego e o sentimento de insegurança, o que pode estar vinculado à ideia do medo do crime como uma ansiedade difusa vinculada às inseguranças sociais e econômicas (FARRALL; JACKSON; GRAY, 2009).

A democracia brasileira tem vivenciado grandes retrocessos desde 2016, em um período permeado pela ascensão do bolsonarismo e pelo declínio dos indicadores de democracia. No período de 2016 a 2019, ocorreu um acentuado decréscimo nos índices do *Varities of Democracy* (V-Dem), com a queda mais marcante no índice de democracia liberal.

Os números alcançados em 2019 são semelhantes aos valores encontrados no final da década de 1980.

Deste modo, o capítulo 6 concentra-se no caso brasileiro e analisa a legitimidade democrática a partir da conceitualização da legitimidade como produto, a qual tem sido abordada principalmente no contexto europeu e difere da abordagem estoniana. Para tanto, são utilizados dados do *World Values Survey* (WVS) da onda 7. As visões que os brasileiros possuem da democracia são tratadas em perspectiva comparada com outros países da América Latina, bem como são analisadas as variáveis que influenciam na configuração destas visões.

Em linhas gerais, a tese dedica-se ao aprofundamento das consequências da violência na democracia em uma perspectiva comparada que coloca em destaque as características e o contexto dos países latino-americanos, especialmente no que diz respeito ao impacto dos homicídios. Além disso, o trabalho analisa duas concepções distintas de legitimidade democrática de modo a proporcionar uma compreensão mais ampliada da questão. Mais do que encerrar o debate sobre o tema, a tese procura expandir as possibilidades analíticas apontando, também, para os possíveis desdobramentos da vitimização e do medo do crime em distintos fenômenos políticos.

2 LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA: ASPECTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS

O capítulo dedica-se às diferentes abordagens do conceito de legitimidade democrática na literatura internacional, ressaltando as principais formulações teóricas e analíticas. A primeira parte do capítulo aborda as formulações pioneiras e influentes de Easton sobre apoio político e enfoca os conceitos de apoio difuso e apoio específico. A segunda parte do capítulo apresenta a tendência que emergiu nos anos 1990 de compreender a legitimidade democrática em uma perspectiva multidimensional, salientando as contribuições de Norris (2011), Dalton (2004) e Booth e Seligson (2009). Na sequência, realizo algumas considerações acerca dos trabalhos que se dedicaram a abordar a legitimidade democrática no contexto da América Latina, destacando as colaborações de Carlin e Singer (2011), Fuks et al (2016), Casalecchi (2018), Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2019), Veiga et al (2017) .

A terceira parte do capítulo contempla o debate sobre legitimidade, legitimação e a dimensão processual, salientando assim o processo político no qual o consentimento é expressado (ABROMEIT; STOIBER, 2007; WESTLE, 2007). A quarta parte discorre sobre a legitimidade enquanto produto da visão e da avaliação sobre a democracia, trata-se de uma abordagem que mobilizou diversos pesquisadores europeus em uma perspectiva que não está vinculada às formulações de Easton (FERRÍN; KRIESI, 2016; HERNÁNDEZ, 2016; KRIESI; MORLINO, 2016; TORCAL; TRECHSEL, 2016; WESSELS, 2016). Na sequência, são tecidas considerações gerais sobre as concepções de legitimidade democrática apresentadas anteriormente comparando aspectos como foco principal de análise, contexto de análise e metodologia.

Por fim, abordo outras perspectivas analíticas que se conectam à reflexão sobre legitimidade, incluindo o modelo termostático (CLAASSEN, 2020), a polarização política (SVOLIK, 2019), o cultural backlash e a emergência do populismo autoritário (NORRIS; INGLEHART, 2019), e as controvérsias em torno da desconsolidação democrática (FOA; MOUNK, 2017a; MOUNK, 2019). Em linhas gerais, o capítulo aponta que as discussões sobre o tema são amplas e, ao mesmo tempo, têm mobilizado e desafiado os/as pesquisadores na compreensão dos retrocessos que permeiam as democracias contemporâneas.

2.1 AS CONTRIBUIÇÕES DE EASTON: APOIO DIFUSO E APOIO ESPECÍFICO

O ímpeto para analisar empiricamente o apoio ao regime democrático foi inspirado por três desenvolvimentos centrais no contexto Pós-Segunda Guerra: a expansão na

disponibilidade de dados de *survey* comparativos; o aumento da preocupação com a crise de legitimidade nas democracias ocidentais durante os anos 70; as manifestações de insatisfação com o funcionamento das instituições democráticas; e a terceira onda de democratização que colocou questões sobre a extensão do tipo de apoio político que poderia favorecer a sobrevivência dos regimes (MAGALHÃES, 2018).

Booth e Seligson (2009) consideram que a teoria moderna da legitimidade teve origem com Max Weber que distinguiu as formas de legitimação do Estado (carismática, tradicional e racional-legal). Contudo, os autores alertam que Weber não enfocou o Estado democrático, e foi apenas em meados da década de 60 que a teoria contemporânea da legitimidade emergiu na Ciência Política. De qualquer modo, convém salientar que Hurrelmann, Schneider e Steffek (2007) atribuíram uma centralidade maior às contribuições weberianas e ressaltaram que o trabalho de Max Weber proporcionou as bases para a pesquisa empírica sobre legitimidade. A análise weberiana, ao distinguir entre tipos políticos de regime de acordo com a legitimidade reivindicada, ressaltou o potencial do conceito para a pesquisa comparada.

Apesar da legitimidade possuir uma história importante enquanto um conceito central na Ciência Política, Easton (1975) ressaltou que esta não tinha recebido a atenção que merecia na pesquisa empírica, o que, por sua vez, trazia limitações na própria extensão sobre a qual a pesquisa teórica poderia ser ampliada. O autor argumenta que não há sistema que possa permanecer por bastante tempo sem a presença de uma crença moderada na legitimidade, por isso, considera importante explorar algumas razões sobre os motivos pelos quais a ideia de legitimidade pode possuir um papel central nas reflexões a respeito da vida política e até mesmo nas perspectivas empiricamente orientadas. Em sistemas de larga escala, é necessário estabilizar a relação entre as autoridades, que são responsáveis pelas atividades cotidianas em nome do sistema e os membros em geral.

Booth e Seligson (2009) destacaram que grande parte das pesquisas empíricas do campo da legitimidade derivaram do trabalho pioneiro de Easton e da definição de legitimidade política no enquadre do que ele denominou de “apoio político”. No entanto, diferentemente da interpretação realizada por Booth e Seligson (2009), é pertinente evidenciar que o conceito de legitimidade para Easton não é o foco da análise do autor, mas sim o sistema político de um modo mais geral.

Convém ressaltar que na obra mais recorrentemente citada de Easton, *A systems analysis of political life*, não há exatamente uma conexão entre legitimidade e a democracia de modo mais amplo, isto porque a legitimidade está inserida na análise como um aspecto do apoio difuso e refere-se assim aos regimes políticos de uma forma mais geral, sejam estes

democráticos ou autocráticos. É claro que as apropriações e análises motivadas a partir da teoria de Easton realizam esta conexão com os regimes democráticos, o que contribui para a importância de suas análises. No entanto, vale fazer uma ressalva sobre a própria apropriação dos conceitos do autor.

Muitas vezes os conceitos de legitimidade democrática e apoio político são tratados por parte da literatura como sinônimos, no entanto, este capítulo possui como premissa a necessidade de estabelecer algumas distinções básicas do ponto de vista conceitual entre *legitimidade democrática* e *apoio político*. Deste modo, esta distinção conceitual permeia a análise dos autores aqui mobilizados.

A maioria dos estudos vinculados à tradição empírica da legitimidade emprega o conceito de apoio político, seguindo a definição de David Easton (HURRELMANN; SCHNEIDER; STEFFEK, 2007). Uma possível motivação de Easton ao circunscrever o debate sobre legitimidade no âmbito do apoio difuso seria um esforço para diferenciar a abordagem empírica de concepções normativas de legitimidade, as quais possuem uma filiação teórica mais longa. Por sua vez, a origem do termo legitimidade pode ser traçada da palavra do Latim *legitimus* que era empregado tanto na jurisprudência medieval quanto romana para “*characterize a state of affairs that was in accordance with law, justice, and customs*” (HURRELMANN; SCHNEIDER; STEFFEK, 2007, p. 4).

Em um sentido mais básico, a ideia de legitimidade se refere à justa aceitação da autoridade política (HURRELMANN; SCHNEIDER; STEFFEK, 2007). Nesta perspectiva, a legitimidade é por definição um conceito normativo, o que a distingue de conceitos como estabilidade ou conformidade, medo de sanções ou os cálculos de custo-benefício. Ao diferenciar entre concepções empíricas e normativas de legitimidade, Hurrelmann, Schneider e Steffek (2007) argumentam que não se trata de negar a inevitável normatividade de legitimidade. Pelo contrário, cientistas sociais ou outros atores políticos podem ser tanto autores quanto observadores das avaliações de legitimidade.

Seguindo esta conceitualização, os cientistas sociais definem um critério apropriado de aceitabilidade e então tentam aplicá-lo a uma ordem política existente ou imaginada. Esta abordagem resulta em afirmações de um tipo normativa ou em avaliações de um tipo diagnóstica na qual ordens políticas e instituições são avaliadas. No caso de observadores, os cientistas sociais examinam o critério de aceitabilidade que é usado, pelos cidadãos ou elites políticas, e o modo como estes autores os utilizam para avaliar as instituições existentes. Tal abordagem implica em afirmações empíricas, nas quais não há um critério absoluto ou

atemporal da autoridade política legítima¹. Assim sendo, o presente estudo enfoca principalmente as conceitualizações empíricas sobre legitimidade.

Em 1965, David Easton publicou a obra *A Systems Analysis of Political Life* que se tornou uma referência importante para o debate empírico sobre legitimidade democrática. Convém mencionar que a distinção realizada por Easton entre apoio difuso e apoio específico tornou-se central para compreender a avaliação dos regimes democráticos e embasou tanto estudos de caso quanto trabalhos comparativos.

Easton (1965) considera necessário interpretar o processo político como um fluxo de comportamento contínuo e interconectado. Logo, o sistema político é analisado em termos dinâmicos, assemelhando-se a um vasto e perpétuo processo de conversão, no qual as demandas e o apoio (os *inputs*) são formados no ambiente e produzem *outputs*. No entanto, a análise não se encerra nos *outputs*, pois estes retornam ao sistema². Como uma de suas propriedades, pode-se destacar que o sistema político compartilha com outros sistemas sociais a capacidade variável de responder às condições nas quais ele funciona.

No contexto da análise do sistema político e do apoio em relação aos objetos políticos, Easton (1965) distingue entre *modos* (apoio difuso e específico) e *objetos* do apoio (comunidade política; regime político e autoridades políticas), conforme explicitado no *quadro 1*, sendo que o apoio específico está restrito às autoridades, enquanto o apoio difuso está relacionado a todos os objetos do apoio. O apoio específico é definido como uma avaliação da política cotidiana e pode mudar rapidamente enquanto o apoio difuso é definido de modo menos claro e, dependendo do objeto, possui diferentes subdimensões que assumem distintas formas (WESTLE, 2007). Portanto, o apoio específico seria direcionado às ações percebidas, políticas, declarações ou estilo das autoridades³.

Quadro 1 - Apoio político segundo Easton

Modos de apoio	Objetos do apoio		
	Comunidade política	Regime político	Autoridade políticas

¹ “Empirical legitimacy may be a matter of degree, even more so than normative legitimacy; and especially in the empirical view, there can be no absolute or timeless yardstick of legitimate political authority” (HURRELMANN; SCHNEIDER; STEFFEK, 2007, p. 4).

² Além disso, os *outputs* influenciam em sentimentos de apoio que os membros expressam ao sistema e retornam para atormentar o sistema. “We are alerted to the fact that the outputs influence the supportive sentiments that the members express toward the system and the kinds of demands they put in. In this way the outputs return to haunt the system” (EASTON, 1965, p. 29).

³ “It is directed to the perceived decisions, policies, actions, utterances or the general style of these authorities” (EASTON, 1965, p. 437).

Difuso	X	X	X
Específico			X

Fonte: Westle (2007, p. 95)

Easton (1975) salienta que a aplicação do conceito de apoio específico, de um lado, depende da validade da hipótese de que as pessoas consigam estabelecer uma relação entre as suas necessidades e demandas, e de outro, o comportamento das autoridades políticas. É necessário ainda que as pessoas concebam uma força causal ao comportamento das autoridades. Em linhas gerais, o apoio específico está direcionado às autoridades políticas e instituições e varia em consonância com benefícios percebidos ou satisfações.

O esforço para distinguir entre apoio difuso e específico sugere que estes podem variar de modo independente e que podem, também, existir determinantes independentes, bem como diferentes consequências ao funcionamento do sistema. O sentido mais primário do apoio difuso é dizer que este se refere à avaliação do que um objeto é ou representa e não o que ele faz. O apoio difuso consiste assim em “*a reservoir of favorable attitudes or good that helps members to accept or tolerate outputs to which they are opposed or the effects of which they see as damaging to their wants*”⁴ (EASTON, 1975, p. 444).

Easton (1975) já ressaltava que o apoio difuso é melhor interpretado multidimensionalmente, o que significa que é necessário distinguir os determinantes de cada um dos seus componentes. Ao fracionar o conceito nos seus componentes, é possível proporcionar a base para ampliar as explicações e enriquecer o entendimento sobre as consequências sistêmicas. O apoio difuso para as autoridades políticas e o regime é expresso de dois modos: a *confiança* contra o *cinismo*; e a crença na *legitimidade* dos objetos políticos.

O apoio difuso para as autoridades políticas é expresso na forma da confiança. Ou seja, a presença de confiança significa que os membros da comunidade sentem que os seus interesses serão atendidos mesmo que as autoridades estejam expostas à pouca supervisão. Para o regime, a confiança pode revelar uma satisfação simbólica com o modo pelo qual o país é governado. A confiança é importante para os governos, pois “*without some diffuse support of this kind they would have to govern through coercion exclusively, and few systems are able to survive for long by that means alone*”.⁵ (EASTON, 1975, p. 447-448).

⁴ “Um reservatório de atitudes favoráveis ou boas que ajudam os membros a aceitarem ou tolerarem *outputs* aos quais eles se opõem ou os efeitos que eles veem como prejudiciais aos seus desejos” (tradução da autora).

⁵ “Sem algum apoio difuso deste tipo eles teriam [as autoridades políticas] que governar por meio da coerção exclusivamente, e poucos sistemas são capazes de sobreviverem muito tempo apenas por este meio” (tradução da autora).

A confiança⁶ pode ser adquirida em parte no processo de socialização e também pode ser estimulada pelas experiências que as pessoas possuem com as autoridades no decorrer do tempo. A dificuldade de manter uma distinção conceitual entre o apoio específico e a confiança está baseada no fato de que ambos possuem relação com a experiência. Assim, Easton (1975) reconhece a dificuldade empírica de isolar as diferenças entre confiança e apoio específico, no entanto, considera que estas dificuldades não permitem obscurecer as diferenças teóricas entre ambas, bem como o significado que possuem na compreensão do funcionamento do sistema político.

A pesquisa empírica sobre o conceito de apoio político foi desenvolvida nos escritos sistêmicos e analíticos de Easton, entretanto, o autor propriamente não operacionalizou o conceito em pesquisas empíricas deixando-o aberto a diferentes interpretações e operacionalizações (WESTLE, 2007). Na próxima seção, serão apresentados os desdobramentos da perspectiva Eastoniana.

2.2 O CONCEITO DE LEGITIMIDADE EM UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL

A tendência crescente da legitimidade em uma perspectiva multidimensional emergiu no início dos anos 1990, sendo um exemplo dessa abordagem as formulações de Stephen Weatherford's, que dividiu a legitimidade em dois componentes principais: componentes políticos e componentes pessoais, aplicando o modelo de equações estruturais (BOOTH e SELIGSON, 2009). Se, no passado, havia limitações empíricas, a difusão dos dados de opinião pública contribuiu para a mensuração da legitimidade⁷ e os pesquisadores passaram a empregar noções multidimensionais, sendo que Norris (1999; 2011) e Dalton (2004) desenvolveram contribuições importantes na reformulação da concepção de Easton.

Norris (1999) e Dalton (2004) refinaram a classificação de Easton sobre os objetos do apoio político e argumentaram sobre a necessidade de diferenciar os componentes do regime político entre três subdimensões: princípios do regime, performance do regime e instituições do regime. Norris e Dalton analisaram empiricamente a estrutura de cinco dimensões do apoio

⁶ Convém destacar que a literatura em torno da confiança política deriva do debate sobre apoio político, sendo Easton uma importante referência, especialmente nos estudos iniciais do tema no contexto pós-guerra, que estavam voltados aos padrões e as implicações da confiança para o estado da democracia (MEER; ZMERLI, 2017).

⁷ "In the past, however, researchers could not systematically measure such perceptions and thus had to rely upon their own judgments as a proxy for legitimacy. With the widespread availability of public opinion data, it has become possible to draw on surveys to measure legitimacy" (SELIGSON, 2009, p. 8).

político que inclui: comunidade política, princípios do regime, performance do regime, instituições do regime e autoridades políticas.

Por conseguinte, Norris (2011) enfatizou que o apoio específico enfoca o apoio sobre os políticos eleitos responsáveis por implementar decisões políticas dentro do Estado-nação. Tais indicadores incluem a popularidade do presidente incumbente, primeiros-ministros, líderes partidários, governos municipais, assim como o apoio à partidos políticos em particular. O apoio específico também contempla atitudes em relação às lideranças e autoridades de outras agências públicas como juízes, militares e polícia.

No que se refere ao apoio específico para políticos eleitos, Norris (2011) também ressaltou que é esperado que este oscile no tempo em resposta à fatores contextuais, como a performance de administrações específicas, mudanças de políticas públicas ou de lideranças políticas. O apoio específico de políticos eleitos seria explicado por fatores de curto e médio prazo que agregariam a gestão do governo sobre políticas econômicas, sociais e externa, bem como o impacto de acontecimentos internacionais. Logo, Norris argumenta que a falta do apoio específico de um modo persistente poderia ter consequências na governança, mas não mina a legitimidade do Estado-nação.

Norris (2011) considera que a distinção entre apoio específico e difuso é mais plausível teoricamente e convém ser mantida se for entendida mais como um *continuum* do que uma dicotomia. Tal *continuum* parte dos níveis mais difusos para os mais específicos. Assim, é possível distinguir entre cinco componentes do apoio político em um modelo aninhado, no qual cada componente corresponde a uma série de medidas empíricas.

Os cinco componentes do apoio político propostos por Norris (2011) são: 1) O pertencimento ao Estado-nação é considerado o mais geral e é exemplificado por sentimentos de orgulho nacional, patriotismo e identidade; 2) A concordância com os princípios fundamentais e valores no qual o regime é baseado; 3) A avaliação das performances do regime em geral (satisfação com a governança democrática e avaliações sobre o funcionamento do processo democrático e práticas); 4) A confiança nas instituições do regime, como o executivo, legislativo, judiciário, forças de segurança, governos locais; 5) Aprovação dos políticos incumbentes, como atitudes sobre líderes partidários, legisladores, funcionários públicos, apoio às lideranças e autoridades dos setores públicos.

Nessa perspectiva, a confiança nas instituições consiste em um dos cinco componentes do apoio político que está mais próximo do apoio específico. Assim sendo, no nível mais específico estão as orientações às lideranças políticas incumbentes que representam às atitudes vinculadas à líderes políticos em posição de autoridade, o que é tipificado pelo nível de

satisfação com a performance de presidentes específicos, primeiros-ministros, apoio à políticos e líderes em outras agências do setor público.

Em consonância com a compreensão do apoio político de diferentes dimensões, Norris (2011) argumenta que a satisfação com a performance da democracia diverge em relação às aspirações públicas, sendo que a distância entre as aspirações e satisfação é capturada pelo conceito de *déficit democrático*. A ideia do déficit democrático foi construída com a identificação do fenômeno dos cidadãos críticos, ou seja, do grupo que aspira a democracia enquanto a forma ideal de governo, mas que ao mesmo tempo permanece cético sobre o modo como a democracia funciona. Cabe ainda mencionar que a concepção de cidadãos críticos elaborada por Norris possui relação direta com a proposição de “cidadãos assertivos”⁸, desenvolvida por Dalton e Welzel (2014) e também, assemelha-se aos cidadãos pós-materialistas analisados anteriormente por Inglehart e Welzel⁹ (2009).

Por conseguinte, essa combinação de valores e atitudes, que conjuga a avaliação crítica das instituições com a adesão normativa à democracia, articula-se ainda com novos padrões de comportamento político, especialmente com a preferência dos cidadãos por novas formas de participação política, as quais estão ligadas à ação política direta, também denominada de modalidades não-convencionais, em substituição às antigas formas de participação realizadas por meio de instituições hierárquicas e representativas (partidos, sindicatos, associações) (INGLEHART; CATTERBERG, 2002; INGLEHART; WELZEL, 2009; RIBEIRO; BORBA, 2015).

2.2.1 Legitimidade democrática na América Latina

A obra *The Legitimacy Puzzle in Latin America* de Booth e Seligson, publicada em 2009, é reconhecida como o trabalho mais completo e detalhado sobre a discussão empírica e teórica acerca da legitimidade política na América Latina (RENNO et al., 2011). Portanto, os autores consideram que questões centrais sobre legitimidade ainda não foram respondidas e

⁸ Os cidadãos assertivos possuem as seguintes características: valores pós-materialistas/emancipatórios; distância da autoridade na família, local de trabalho e na política; baixa confiança nas instituições; forte apoio aos princípios da democracia mas fraco apoio a estes princípios na prática (democratas insatisfeitos); no ativismo político destacam-se as expressões que desafiam as elites (DALTON; WELZEL, 2014, p. 11).

⁹ A teoria do desenvolvimento humano desenvolvida por Inglehart e Welzel (2009) enfatizou o processo de mudança dos valores em direção a uma postura pós-materialista, na qual os indivíduos possuiriam maior autonomia e autoexpressão. Esta mudança nos valores estaria vinculada ao desenvolvimento econômico que ocorreu nas sociedades industriais no período pós-guerra. Tal mudança provocaria alterações no campo religioso, no mundo do trabalho, nas relações de gênero, na participação política a qual estaria voltada para as modalidades não-convencionais. Em síntese, os valores pós-materialistas contribuiriam para o apoio mais sólido à democracia.

enfocam no que consideram ser os seus maiores enigmas: *a sua estrutura, as suas fontes e os seus efeitos*. A estrutura da legitimidade é compreendida de modo multidimensional e as fontes da legitimidade contemplam a origem do apoio político, ou seja, o que leva um cidadão a apoiar ou se opor ao regime¹⁰.

Booth e Seligson (2009) compartilham da perspectiva multidimensional do apoio político de Norris, no entanto, desenvolvem as suas contribuições mobilizando o conceito de *legitimidade democrática*, ao invés de *apoio ao regime*. Deste modo, os autores encontraram em suas análises sobre a América Latina seis dimensões da estrutura da legitimidade democrática, as quais estão agregadas do nível mais difuso ao mais específico, seguindo também a conceitualização de Easton.

Do ponto de vista empírico, Booth e Seligson (2009) analisam dados de pesquisa de opinião do *Latin American Public Project - Lapop* referentes ao ano de 2004 de oito países da América Latina, que são formalmente democracias eleitorais e que variam de contextos pacíficos e estáveis para violentos e instáveis: Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Panamá.

A partir desta análise, os autores apontam seis dimensões da estrutura da legitimidade democrática: 1) A existência de uma comunidade política, que consiste na mais básica e difusa das seis dimensões; 2) Apoio aos princípios do regime, que se refere ao apoio básico às normas-chave da democracia; 3) Apoio às instituições do regime que se refere à conceitualização clássica da legitimidade como sendo enfocada nas instituições do Estados; 4) Avaliação da performance do regime, que considera os itens sociotrópicos da performance econômica; 5) Apoio ao governo local, aspecto pouco considerado nos estudos de legitimidade; 6) Apoio aos atores políticos ou autoridades (BOOTH e SELIGSON, 2009, p. 49).

Figura 1 - Dimensões da legitimidade democrática – Booth e Seligson

¹⁰ Booth e Seligson (2009) consideram que permanece a ser demonstrado nos surveys aspectos que envolvam uma variação ampla em características nacionais, englobando medidas dinâmicas e estáticas de performance econômica, estado de bem-estar social ou efetividade do governo e da democracia.



Adaptado de Booth e Seligson (2009)

É relevante destacar que Booth e Seligson, por sua vez, acrescentam mais uma dimensão na multidimensionalidade da legitimidade, logo, além das cinco dimensões propostas por Norris (1999, 2011), identificam e acrescentam a dimensão do apoio ao governo local (RENNO et al, 2011). Booth e Seligson ficam surpresos com a falta de pesquisa sobre o apoio ao nível do governo local, pois os cidadãos interagem mais com aqueles governantes que estão próximos a eles e argumentam que o apoio do cidadão ao governo local conduz ao engajamento neste nível.

A variação encontrada nas dimensões da legitimidade pode ser compreendida em três sentidos diferentes. Primeiramente, há a variação nos próprios *níveis* de legitimidade entre as seis dimensões; segundo, há a variação nas *fontes*; terceiro, ocorre a variação nas *consequências*. Em termos substantivos, Booth e Seligson destacam que é importante notar a distinção entre os altos níveis de apoio à comunidade política e os princípios do regime (dimensões mais gerais) em oposição às outras quatro dimensões. Todos os países analisados exibiram altos níveis da crença na existência de uma comunidade política, bem como apoio aos princípios do regime. Já as dimensões como avaliação dos atores políticos, do governo local e da performance do regime apresentaram os piores valores e as maiores variações.

Ao tratar das fontes de legitimidade, Booth e Seligson concluíram que nem todos os tipos de legitimidade derivam das mesmas fontes. Tal discussão está organizada em fatores micro e macrossociais, sendo que os fatores macrossociais incluem o contexto institucional ou nacional, bem como aqueles de performance que constituem a base para o desenvolvimento

individual de normas de legitimidade. Por sua vez, os fatores microsociais referem-se às características únicas dos indivíduos incluindo variáveis socioeconômicas e demográficas.

Na análise realizada para a América Latina, os autores consideram que a contribuição das variáveis contextuais é bastante limitada, o que significa que nos oito países analisados, a variação deriva mais de características individuais do que de contexto. Um achado sistemático dos autores que afeta quase completamente as dimensões da legitimidade é o impacto do crime e da corrupção. A relação descrita por Booth e Seligson sobre a conexão entre legitimidade democrática e violência trata-se de um aspecto central para esta tese, o que será retomado no capítulo 3 em uma discussão focada na legitimidade democrática, medo do crime e vitimização.

No que diz respeito aos efeitos da legitimidade, os autores indagam se a legitimidade supostamente funciona para estabilizar regimes e se a sua falta pode minar a estabilidade deles. Na tentativa de resolver o enigma da legitimidade, ou seja, a questão de porque o declínio desta não desestabilizou as democracias, Booth e Seligson encontraram até o momento que os cidadãos desafetos geralmente não se retiram de dentro do sistema político ou voltam-se para métodos de confronto. Apesar do apoio às instituições ter diminuído em muitas democracias, o medo de que os regimes democráticos poderiam estar em declínio seria exagerado.

As seis dimensões da legitimidade afetam a participação política dos cidadãos e atitudes centrais relacionadas à democracia. Estes padrões podem influenciar o futuro da estabilidade política democrática nos países do estudo. Os autores consideram que uma combinação de baixa legitimidade em três dimensões centrais pode contribuir para a erosão da democracia ou promover o autoritarismo. Assim, as dimensões que possuem maior importância para o comportamento e as atitudes analisadas são: princípios do regime; apoio às instituições do regime e avaliação da performance do regime. A legitimidade institucional é importante, pois o apoio às instituições democráticas pode funcionar como um obstáculo às elites antidemocráticas ou aos ataques militares à ordem constitucional.

Dependendo do contexto, os cidadãos triplamente insatisfeitos e triplamente satisfeitos nas três dimensões, podem ter comportamento político ou eleitoral que possua um impacto para a estabilidade democrática. Se os cidadãos triplamente insatisfeitos carecem de comportamento e atitudes que ameacem a democracia, há um potencial latente de contribuírem para a instabilidade política. Por outro lado, se os triplamente satisfeitos de fato possuem valores

antidemocráticos e participam da política, eles podem ligar a baixa legitimidade com condições favoráveis à subversão da democracia¹¹.

Por conseguinte, Booth e Seligson argumentam que a legitimidade molda o comportamento político concreto e valores de modo que estes possam reforçar ou minar a democracia. Assim sendo, é importante para a estabilidade do sistema político considerar se há mais cidadãos insatisfeitos, antidemocráticos em um país do que os satisfeitos com a performance e democráticos. Os autores estendem os resultados encontrados na América Latina aos estudos realizados em democracias industrializadas, nos quais os níveis de legitimidade não seriam baixos o suficiente de modo a produzirem efeitos nos comportamentos e atitudes dos cidadãos que minem às instituições democráticas¹².

A abordagem empírica empregada por Booth e Seligson para tratar do apoio à democracia foca mais no endosso às normas e práticas democráticas pelos cidadãos, do que na preferência por tipos de regime em abstrato¹³. Como salienta Magalhães (2018), trata-se de uma das abordagens que têm sido amplamente adotadas e consiste em evitar a inclusão de questões no survey que se refiram diretamente ao tipo de regime. Em linhas mais gerais, o *foco nos princípios do regime* tem contribuído para enfatizar que as preferências pela democracia não estariam tão enraizadas como, em geral, os pesquisadores haviam destacado¹⁴.

A abordagem multidimensional trouxe avanços ao questionar as abordagens explícitas, diretas sobre a democracia, compreendendo o fenômeno da legitimidade de modo mais amplo, juntamente com a preocupação da operacionalização empírica em um conjunto de variáveis. Convém salientar que as abordagens explícitas medem a democracia em relação aos regimes não-democráticos, englobando questões como “a democracia é preferível do que qualquer outra

¹¹ “If the triply dissatisfied lack behaviors and attitudes threatening to democracy, the legitimacy norms would define only a *latent* potential to contribute to insatiability, But if the triply dissatisfieds actually hold antidemocratic values and actively participate in politics, they could, we believe, link low legitimacy to system-disruptive conditions and invite elite subversion of democracy” (BOOTH e SELIGSON, 2009, p. 245).

¹² Neste sentido, destacam que: “For our eight Latin American countries we have found no evidence that the participation of politically disgruntled citizens undermines democratic institutions. Rather than disrupt the democratic political game or withdraw to the sideline, the politically discontent stay in the game and play harder to their goals” (p. 261).

¹³ Booth e Seligson identificam dois problemas quando a palavra “democracia” é incluída para medir os princípios do regime. O primeiro problema é a questão da desejabilidade social que pode tornar difícil aos respondentes expressarem o apoio à ditadura. Segundo, os surveys têm mostrado que públicos particulares interpretam os itens de modo diferente. Nesse sentido, argumentam que: “researchers should avoid the term democracy per se when attempting to measure regime legitimacy norms and ask instead about *key principles of democracy* using more neutral terminology” (BOOTH e SELIGSON, 2009, p. 42).

¹⁴ “The move to focus on regime principles, therefore, ultimately helped to underscore the growing impression that global preferences for ‘democracy’ were not as deeply rooted as scholars had previously thought to be the case. Instead such preferences were seen as essentially coexisting alongside a range of less liberal views which questioned the importance of dissent and the exercise of political freedoms, particularly among ethnic minorities, as well as the value of political participation itself” (MAGALHÃES, 2018, p. 421).

forma de governo”; “democracia pode ter problemas, mas ainda é a melhor forma de governo”, assim, referem-se diretamente à democracia assumindo que os respondentes definem a democracia do mesmo modo (CARLIN, 2018, p. 401).

A influência do contexto socioeconômico e político dos países também esteve presente na abordagem multidimensional por meio do emprego da análise multinível¹⁵ e tornou-se influente para pesquisas posteriores. Um dos limites da abordagem multidimensional da legitimidade democrática está principalmente nos tipos de diagnósticos produzidos sobre a democracia. Por um lado, pode-se destacar um certo otimismo nas análises de Dalton (2004) e Norris (2011) sobre os cidadãos críticos e assertivos, o qual passou a ser desconstruído com a emergência dos partidos e candidatos de extrema-direita nos mais diversos países na última década.

Outras críticas à multidimensionalidade estão presentes nos trabalhos de Carlin (2018) e De Jonge (2016). Um dos problemas das abordagens implícitas¹⁶ seria o fato de descartarem orientações contraditórias, não considerando-as como relevantes para refletir sobre os diferentes padrões de socialização (CARLIN, 2018) ou ainda não demandariam grande consenso entre os pesquisadores (DE JONGE, 2016).

A concepção de legitimidade democrática na perspectiva multidimensional conforme elaborada por Booth e Seligson (2009) possui desdobramentos importantes nos trabalhos de pesquisadores latino-americanos e, de modo especial, entre os brasileiros. Vale destacar que estas análises não apropriam de modo homogêneo as proposições de Booth e Seligson, variando de abordagens mais próximas do conceito de legitimidade democrática (VEIGA et al., 2017) à análises que enfocam mais nas contribuições do apoio aos princípios do regime na formação de um sistema de crenças democrático (CARLIN; SINGER, 2011; CASALECCHI, 2018; FUKS et al., 2016; FUKS; CASALECCHI; RIBEIRO, 2019) ou nas atitudes democráticas (CASALECCHI, 2018). Em comum, estes trabalhos ampliam o escopo de análise para um número maior de países latino-americanos com dados do Lapop e utilizam, em sua maioria, a

¹⁵ A análise multinível será realizada com o objetivo de identificar se ocorre e quais os efeitos de diferentes fatores contextuais dos países (socioeconômicos, institucionais, entre outros). Neste sentido, Casalecchi realiza análise multinível ao trabalhar com dados do Lapop e destaca que a lógica subjacente a esses modelos estabelece que os indivíduos pertencentes a um mesmo grupo estão submetidos a estímulos semelhantes. Assim sendo, se “o objetivo é melhor compreender o comportamento dessas pessoas, é tão importante investigar o efeito das suas características pessoais quanto o dos atributos do contexto do qual recebem influência” (CASALECCHI, 2018, p. 100).

¹⁶ Abordagens implícitas focam em valores intrínsecos, no apoio incondicional aos direitos democráticos, liberdades e instituições (CARLIN, 2018). Como exemplos desta abordagem, destacam-se: Inglehart e Welzel; Norris; Booth e Seligson (2009); Carlin e Singer (2011).

modelagem multinível para tratar da influência principalmente do contexto econômico e político destes países.

Seguindo as formulações de Booth e Seligson (2009), Veiga et al. (2017), consideram a estrutura da legitimidade da forma mais difusa a mais específica, assim como a estrutura da legitimidade em seis dimensões. A análise multinível desenvolvida aponta também para a existência de distintas fontes para a legitimidade, ou seja, os fatores que impactam em uma dimensão não necessariamente impactam às demais. Já Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2019) aderem à perspectiva multidimensional de apoio à democracia e a partir dessa concepção, analisam o apoio à democracia como um “sistema de crenças democrático”¹⁷. Os autores utilizam uma concepção multidimensional de atitudes democráticas empregando questões vinculadas aos princípios do regime, no entanto as dimensões do regime¹⁸ não são as mesmas utilizadas por Booth e Seligson.

Nesse sentido, Casalecchi (2018) ressalta que estudos mais recentes têm optado por utilizar o *conceito de compromisso democrático* em vez de preferência pela democracia. Tais trabalhos argumentam que para medir a força do apoio à democracia, é necessário indagar também sobre a disposição em rejeitar alternativas autoritárias. O compromisso com a democracia questiona até que ponto os cidadãos estão dispostos a manter este posicionamento, ou seja, no cenário em que a democracia é colocada como uma opção preferível, para outro em que deve ser escolhida em meio às dificuldades, há uma alteração no processo de construção da atitude. Assim, o cidadão com compromisso democrático seria aquele que prefere a democracia e rejeita qualquer tipo de golpe militar.

É relevante mencionar algumas críticas a obra de Booth e Seligson (2009) tecidas por Rennó et al (2011) ao considerarem que a estabilidade institucional da América Latina delineada pelos autores é algo exagerado em virtude de turbulências, crises e dos projetos políticos distintos existentes na região. Nessa perspectiva, Rennó et al (2011) argumentam que pode haver uma relação entre a perda de apoio específico e novas formas de instabilidade política na região¹⁹. Ademais, Rennó et al. (2011) ressaltam que Booth e Seligson dedicam pouca atenção às causas da legitimidade democrática, apontando assim a ausência de um

¹⁷ De modo semelhante ao atribuído por Converse à ideologia política.

¹⁸ Os autores escolherem cinco princípios democráticos: eleições livres e competitivas, participação política, independência e separação de poderes, estado de direito e tolerância política.

¹⁹ Em síntese: "quedas no apoio popular ao regime, suas instituições e seu governo geram protesto político e formas de mobilização popular não-convencionais que resultam em conflitos e crises dos sistemas políticos, traços definidores da nova instabilidade política na América Latina" (RENNÓ et al, 2011, p. 19).

modelo teórico bem unificado e justificado sobre o apoio ao regime democrático²⁰. De qualquer modo, a análise empírica da legitimidade no contexto latino-americano consiste em uma grande contribuição realizada por Booth e Seligson, pois, até então, as pesquisas anteriores enfocavam em outros contextos, principalmente o Europeu e norte-americano.

A investigação acerca dos fatores associados com o apoio à democracia no nível macro identificou dois tipos de causas principais: o tempo de duração que um país vive sob o regime democrático e o nível de prosperidade econômica (MAGALHÃES, 2018). Ao tratar do apoio à democracia na América Latina, Casalecchi²¹ (2018) argumenta que o *legado democrático*, ou seja, a experiência democrática acumulada ao longo do tempo em um país, afetaria as orientações dos cidadãos sobre a democracia.

A definição de legado democrático entrelaça duas condições essenciais: a *experiência* (ou qualidade) e o *tempo de funcionamento* das democracias. O apoio à democracia é elaborado a partir de uma visão multidimensional, sendo desmembrado em diferentes atitudes, que contemplam “desde a preferência pela democracia até o efetivo compromisso com o regime e a adesão aos seus princípios subjacentes – a eleição, a participação e a tolerância” (CASALECCHI, 2018, p. 16).

Em linhas gerais, o estudo de Casalecchi (2018) aponta para a influência de diferentes legados democráticos nas atitudes políticas dos cidadãos, de modo que, nos países em que o legado é maior, as probabilidades de apoio à democracia são maiores do que nos países de menor legado. Na América Latina, os primeiros países a iniciarem o seu processo democrático, Costa Rica, Uruguai e Chile, apresentam os melhores índices de legado democrático. Já países como Nicarágua, Guatemala, El Salvador, Honduras, Haiti, tiveram grandes dificuldades na consolidação de um sistema democrático tanto do ponto de vista eleitoral, participativo ou liberal.

Nesse sentido, conclui pela existência de diferentes legados: “longe de ser uma região homogênea, a América Latina apresenta uma diversidade muito grande de trajetórias institucionais, com diferentes temporalidades e qualidades” (CASALECCHI, 2018, p. 45). A grande maioria dos países da América Latina é ambivalente em relação à democracia, possuindo atitudes favoráveis para algumas dimensões e contrárias para outras.

²⁰ "Os autores listam diversas variáveis que poderiam afetar o apoio à democracia, com base em estudos anteriores, mas não desenvolvem uma teoria que combine os diferentes fatores que podem influenciar a legitimidade sob uma abordagem comum" (RENNÓ et al, 2011, p.15-16)

²¹ Para realizar as suas análises, Casalecchi utiliza dados do Lapop do período de 2006 a 2014 que cobrem dezenove países da América Latina.

2.3 LEGITIMIDADE, LEGITIMAÇÃO E A DIMENSÃO PROCESSUAL

A literatura de orientação empírica sobre legitimidade democrática apresentada anteriormente, de modo geral, não estabeleceu uma diferenciação entre legitimidade e legitimação. Esta distinção é desenvolvida na abordagem procedimental da teoria da legitimidade a partir das contribuições de David Beetham em *The Legitimation of Power*²². Convém destacar que não se trata de uma obra sobre a legitimidade democrática de modo específico, pois o pressuposto central da teoria de Beetham é que os arranjos políticos não devem ser avaliados por meio de um critério universal ou independente sobre o que seria certo e bom. Tal abordagem implica que mesmo quando os cientistas sociais estão interessados em fazer julgamentos normativos sobre a legitimidade dos arranjos governamentais, é necessário considerar o processo político no qual o consentimento é expressado (HURRELMANN; SCHNEIDER; STEFFEK, 2007).

Vale observar que o tema da legitimidade também tem mobilizado estudiosos das dinâmicas criminais, que enfocam “a investigação da conexão entre (...) os diversos aspectos vinculados às práticas de crime e violência (incluindo o medo e a sensação de insegurança) e as ações institucionais colocadas em prática pelos agentes públicos” (ZANETIC, 2017, p. 2). Para esta literatura, as contribuições de Beetham possuem desdobramentos importantes na análise da legitimidade policial e da justiça procedimental²³ (*procedural justice*).

Abromeit e Stoiber (2007) argumentam que atualmente estamos acostumados a definir a legitimidade como uma combinação de legalidade, aceitação e aceitabilidade. Enquanto a aceitação e a legalidade podem ser encontradas em significados empíricos, o mesmo não ocorre para a aceitabilidade. É justamente a condição de aceitabilidade que torna o conceito de legitimidade evasivo e o modo para sair deste enigma é focar no conceito de *legitimação*: “*the notion of legitimation can best be clarified by contrasting it with that of legitimacy. In most general terms, the difference between both concepts rests in the difference between quality, or state of affair (legitimacy), and process (legitimation)*” (ABROMEIT; STOIBER, 2007, p. 37).

Assim sendo, ao tentar acessar a *legitimidade*, observa-se um conjunto de normas que mantém a comunidade unida, bem como a existência de um arcabouço institucional capaz de garantir a ordem e a conformidade com as crenças estabelecidas sobre os governos. Em

²² BEETHAM, David. **The Legitimation of Power**, Palgrave Macmillan, 1991.

²³ A justiça procedimental “refere-se a forma e a adequação dos procedimentos adotados (transparência, capacidade de ouvir os envolvidos e levá-los em consideração), a qualidade das decisões tomadas (qualidade técnica e cumprimento das regras) e a qualidade de tratamento interpessoal (respeito, tratamento justo)” (ZANETIC, 2017, p. 5), os quais constituem aspectos centrais da atuação institucional.

contrapartida, ao tratar da *legitimação* observa-se coisas diferentes, ou seja, quais são os processos pelos quais os governantes chegam às suas posições e como caem; por quais procedimentos as normas são aceitas; quais os processos que permitem o desenvolvimento institucional e sua adaptação (ABROMEIT; STOIBER, 2007).

Nesse sentido, a legitimidade de um governo normalmente é considerada pela mais elevada aceitabilidade, ou seja, a conformidade com as normas e valores dominantes em uma sociedade e a conformidade com o arcabouço institucional do ideal moderno de Estado constitucional. Abromeit e Stoiber (2007) argumentam que o foco na legitimação torna mais fácil detectar e avaliar os déficits de legitimidade e consideram que não é possível conceitualizar a crise na legitimidade sem uma referência ao processo de legitimação.

O modo como a legitimação ocorre é amplo, pode acontecer pelo apoio difuso e tácito ao regime e pelo consentimento *explícito* (ao governo e as suas decisões). Nesta perspectiva, a existência da legitimidade é presumida até que se prove o contrário, o que permite que os governantes construam a sua própria realidade de legitimidade antes que a deslegitimação apareça. Assim, os autores consideram que o consentimento tácito não pode servir como um critério de legitimidade democrática²⁴, no caso do *consentimento explícito*, há a oportunidade dos subordinados se expressarem em público e os governantes podem reagir de um modo que fortaleça a legitimidade ou que conduza a uma crise de legitimidade.

Não há um único procedimento para proporcionar a legitimação em cada sociedade, de modo que Abromeit e Stoiber (2007) argumentam que identificar os procedimentos adequados de legitimação requer contextualização. Ou seja, tanto o contexto societal quanto constitucional necessitam ser considerados. Um governo é considerado legítimo na medida em que os modos de legitimação existentes, compreendidos como instrumentos de participação, correspondem à demanda de uma determinada sociedade.

O aprofundamento analítico desenvolvido por Abromeit e Stoiber (2007), especialmente no que diz respeito aos modos de legitimação, problematiza conceitos da literatura filiada à tradição eastoniana e a sua distinção entre apoio difuso e específico. Logo, o apoio difuso corresponderia a um *apoio tácito*, incondicional, o qual não estaria vinculado à dimensão participativa e, para os autores, não seria capaz de produzir legitimidade democrática. Trata-se de uma reflexão importante a ser considerada, na medida em que questiona a ligação

²⁴ “What seems to be clear is that a modern regime cannot be wholly and exclusively built on tacit consent, because the silence of the demos gives us the assumption of a substantial consent, at best. Thus we have to look for the procedures by which consent is expressed (and which at the same time, may guarantee the self determination of the individual)” (ABROMEIT; STOIBER, 2007, p. 47).

entre apoio difuso e o processo de legitimação relacionado à democracia. Nesta perspectiva processual, é atribuída centralidade à participação em diferentes níveis como modo de legitimação e fundamento da legitimidade democrática.

Em consonância com a abordagem processual da legitimidade, Schneider, Nullmeier e Hurrelman (2007) consideram que as auto-representações e os rituais de legitimidade das elites têm sido negligenciados, embora possam desempenhar um papel central na criação e manutenção do apoio político. Em linhas gerais, os autores concluíram que a característica discursiva do processo de legitimação merece maior atenção do que tem recebido na pesquisa empírica sobre legitimidade e que uma integração das perspectivas atitudinais, comportamentais e processuais²⁵ é necessária em decorrência natureza multidimensional da legitimidade. A próxima seção apresenta a perspectiva da legitimidade como produto, a qual também é desenvolvida por pesquisadores/as europeus e difere das proposições de Easton.

2.4 A LEGITIMIDADE COMO PRODUTO DAS VISÕES E DA AVALIAÇÃO DA DEMOCRACIA

A obra *How Europeans View and Evaluate Democracy* (2016) organizada por Ferrín e Kriesi mobilizou diversos pesquisadores europeus e desenvolveu contribuições importantes do ponto de vista teórico, metodológico e das análises realizadas. Trata-se de uma obra orgânica e original, tanto no sentido das conexões estabelecidas pelos autores no decorrer dos capítulos, como também ao desenvolver uma abordagem própria para a compreensão da legitimidade, a qual compreende a *legitimidade como produto da visão e da avaliação da democracia*. Deste modo, constitui-se em uma interpretação teórica que não está filiada à tradição de Easton e não está ancorada na distinção entre apoio difuso e apoio específico, diferenciando-se das formulações de Norris (2011), Dalton (2007), Booth e Seligson (2009) e das análises derivadas destes autores.

Muito da pesquisa anterior acerca do modo como os cidadãos veem e avaliam a democracia, em grande parte, baseou-se no conceito de apoio político de Easton, sendo que o conceito tem sido utilizado por muitos autores, apesar de ser disputado de diferentes modos. Neste sentido, Ferrin e Kriesi (2016) consideram que a relação entre os objetos do apoio

²⁵ “A focus on legitimation discourses-structured and rules-based products of social and communicative interaction – not only provides an important missing link between the attitudinal and behavioral dimensions of legitimacy, but also between the political institutions and elites whose legitimacy is at stake, and the citizens who lend or withdraw their support” (SCHNEIDER; NULLMEIER; HURRELMANN, 2007, p. 131).

(comunidade política, regime e autoridades) e os tipos de apoio (difuso e específico), estão entrelaçados de um modo confuso e uma separação entre os objetos políticos e o tipo de apoio poderia facilitar o melhor entendimento do conceito de apoio político. Haveria ainda uma confusão na literatura entre como o apoio político é definido e explicado e quais são as suas fontes.

Para simplificar esta discussão, Ferrin e Kriesi (2016) propõem uma alternativa conceitual que consideram mais fácil de identificar empiricamente em relação à abordagem de Easton. Os autores distinguem entre as *visões*, relacionadas ao ideal normativo de democracia, e *avaliações da democracia*, que se referem à avaliação do modo como os princípios estão implementados:

Views of democracy refer to the citizens' normative ideal of democracy, their ideas about what democracy should be. Evaluations of democracy, instead, refer to the citizens' assessment of the way the democratic principles have been implemented in their own country – their evaluation of the way the different aspects of democracy work in their own country (FERRÍN; KRIESI, 2016, p. 10).

A distinção entre visão e avaliação torna-se central para o debate sobre legitimidade, pois é a comparação entre os ideais democráticos e o funcionamento atual da democracia que possibilita o julgamento sobre a legitimidade de um regime democrático. Na maior parte do tempo, a legitimidade é concebida como um conceito formado por um conjunto de avaliações do sistema político ou um conjunto de indicadores de apoio para diferentes objetos do sistema político²⁶, a exemplo das proposições de Booth e Seligson (2009). Deste modo, haveria pouco esforço em gerar uma medida direta das crenças democráticas dos cidadãos (FERRÍN; KRIESI, 2016). Para o desenvolvimento teórico e analítico, o estudo utilizou as bases de dados do European Social Survey (ESS) da Rodada 6 que possibilitaram operacionalizar os conceitos e desenvolver a primeira análise das visões e avaliações dos europeus sobre a democracia (KRIESI; MORLINO, 2016).

Ferrin e Kriesi, assim como os demais autores, consideram que a maior parte dos cidadãos não adota um único modelo teórico de democracia, mas sim mantém visões que são compatíveis com vários modelos ao mesmo tempo. Neste sentido, os autores defendem uma concepção ampla de democracia que inclua um conjunto de atributos. As visões sobre a democracia são analisadas na obra considerando três grupos: a liberal, a justiça social e a direta. O grupo liberal é dividido entre os componentes eleitorais e liberais, sendo que os indicadores

²⁶ “Most of the time, legitimacy is conceived as a formative concept defined either by a set of evaluations of the political system (Levi, Sacks, and Tyler 2009; Weatherford, 1992) or by several indicators of support for different objects of the political system – such as trust in political parties and regime performance (Booth e Seligson, 2009) (FERRÍN; KRIESI, 2016, p. 12)”.

relacionados à competição eleitoral capturam a essência da democracia representativa ao avaliar a importância que os cidadãos atribuem às eleições livres e justas. Já os elementos liberais abrangem os indicadores relacionados com os princípios liberais, os quais garantem os direitos civis básicos dos cidadãos e limitam o poder do Estado.

Quadro 2 - Visões sobre a democracia – grupo liberal

Grupo liberal	
Elementos eleitorais	Elementos liberais
Indicadores - Eleições livres e justas; - Ofertas diferenciadas pelos partidos; - Partidos livres para criticar o governo; - Accountability retrospectiva; - Justificativa pelo governo; - Participação na deliberação; - Responsabilidade em relação aos outros governos europeus; - Inclusividade (imigrantes);	Indicadores - Igualdade perante à lei; - Checks and balances (cortes); - Confiabilidade da mídia; - Liberdade de imprensa; - Proteção dos direitos das minorias;

Adaptado de: (HERNÁNDEZ, 2016, p. 46–47)

Os outros dois grupos, justiça social e democracia direta correspondem a dois modelos de democracia que vão além do modelo básico de democracia liberal, mensurando assim a extensão na qual os cidadãos consideram ser importante para as democracias reduzirem as desigualdades de renda e, em segundo, a medida em que eles consideram que os governos deveriam proteger todos os cidadãos contra a pobreza. O *quadro 3* sintetiza os indicadores considerados para as duas visões.

Quadro 3 - Visões sobre a democracia (justiça social e democracia direta)

Elementos de justiça social	Elementos de democracia direta
Indicadores - Proteção contra a pobreza; - Redução das desigualdades de renda;	Indicadores - Participação direta por meio de referendo;

Adaptado de: (HERNÁNDEZ, 2016, p. 48)

Vários surveys começaram a complementar as questões tradicionais de apoio à democracia com questões diretas sobre o que as pessoas entendem por democracia e uma nova geração de itens foi incorporada para capturar a variedade das ideias e valores que as pessoas

possuem sobre este regime (DE JONGE, 2016; GÓMEZ; PALACIOS, 2016; MAGALHÃES, 2018). Entretanto, poucos surveys incluíram itens que demandam os cidadãos avaliarem a performance dos sistemas democráticos nas suas diferentes dimensões. De Jonge (2016) também alerta que a inclusão do termo "democracia" nas questões explícitas contribuiria para que os entrevistados enfocassem nos regimes em termos abstratos, ao invés de considerarem as suas orientações em relação aos regimes na prática²⁷.

No que diz respeito à questão da avaliação, Gómez e Palacios (2016) ressaltam que a questão padrão utilizada para mensurar a avaliação do regime tem sido “satisfação com a democracia”. Entretanto, os autores consideram que uma única questão não permite traçar quais são os componentes da democracia apontados pelos cidadãos.

Nesse sentido, Torcal e Trechsel (2016) salientam que a maior parte dos dados da literatura sobre satisfação com a democracia têm sido inconclusivos e às vezes até contraditórios, pois têm deixado de lado dois pontos essenciais inter-relacionados. Primeiramente, a avaliação da performance do regime, mensurada pela satisfação com a democracia, não leva em conta que esta pode variar dependendo de quais aspectos do sistema político são considerados. Segundo, esta literatura tem abordado pouco o impacto das visões normativas de democracia.

Assim, Torcal e Trechsel (2016)²⁸ argumentam em três aspectos teóricos principais. Primeiro, não há uma avaliação geral da performance democrática, pois as avaliações dos cidadãos irão diferir dependendo da dimensão da democracia. Desse modo, é esperado que as avaliações dos cidadãos referentes à justiça social estejam vinculadas à satisfação com políticas econômicas e sociais. Segundo, as ideias normativas ou visões da democracia possuem um papel crucial para prever as avaliações individuais da democracia. Terceiro, as ideias normativas exercem um efeito condicional na relativa importância dos fatores preditivos, ou

²⁷ “The standard ‘democracy’ items do not adequately capture more realistic or practical support for democratic regime in times of crisis, which suggests that one of the key reasons for high levels of observed support for democracy uncovered in such items is at least partly due the abstraction problem” (DE JONGE, 2016, p. 706).

²⁸ Torcal e Trechsel (2016) argumentam que é possível distinguir em quatro categorias de análise a literatura de satisfação com a democracia. A primeira categoria engloba as atitudes em relação ao input do sistema político: as atitudes em relação aos atores políticos; as atitudes sobre as instituições de representação; as opiniões relacionadas à competição eleitoral e partidária. Já o subgrupo da categoria contempla as atitudes referentes às instituições de representação, ou seja, a confiança nas cortes e no legislativo possuiria um efeito positivo na satisfação com a democracia. A segunda categoria dos fatores que explicam a avaliação individual da democracia está centrada nas atitudes sobre os outputs do sistema político. A ideia principal consiste no fato de que a avaliação da democracia é resultado dos cálculos instrumentais baseados nos benefícios que cada cidadão obteve. O subgrupo desta categoria é composto pelos fatores pertencentes às atitudes sobre a economia e os resultados de políticas. Este subgrupo inclui medidas referentes às avaliações sociotrópicas ou satisfação com a economia, ou o funcionamento dos serviços públicos como educação, saúde e percepção social da discriminação.

seja, há uma forte interação entre as diferentes avaliações da democracia e as visões democráticas correspondentes em nível individual.

Nas análises dos autores, as avaliações da democracia são consideradas de acordo com as diferentes visões (liberal, justiça social e democracia direta), e não de modo único, pois estes consideram que as visões que os cidadãos possuem dos diferentes aspectos da democracia influenciam fortemente nas avaliações da performance democrática. Além disso, as avaliações da democracia seriam dependentes dos resultados sociais e econômicos do sistema político pois, *“The more one is satisfied with the output of public policies or the state of economy, the better one’s evaluation of democracy, confirming once more the relative importance of this set of factors in the evaluation of democracy”* (TORCAL; TRECHSEL, 2016, p. 216)²⁹.

A abordagem da legitimidade como produto das visões e da avaliação desenvolvida na obra *How Europeans View and Evaluate Democracy*, considera que uma maneira de criar uma medida de legitimidade seria realizar uma comparação entre o “deveria” (as visões) e o “é” (as avaliações). Portanto, esta abordagem está alinhada com o argumento teórico segundo o qual para determinar a legitimidade é relevante que os cidadãos usem as suas próprias referências e não referências impostas externamente (WEBELS, 2016).

Como critério para definir a proporção de indivíduos que são requeridos para considerar uma ordem política como legítima, Webels (2016) utiliza como referência as formulações de Friedrich³⁰ e sugere dois critérios para a análise da legitimidade: um *numérico* baseado na proporção da população e outro relacionado ao suficiente *nível qualitativo* de legitimidade. A classificação desenvolvida pelo autor aplicou dois critérios numéricos (pluralidade e supermaioria) e dois critérios por nível (escala de valor, ou seja, uma avaliação mais positiva do que negativa e uma fortemente positiva), o que possibilitou classificar a legitimidade dos países como: nenhuma, moderada, alta, muito alta e extremamente alta. O *quadro 4* sintetiza a classificação dos graus de legitimidade e a tipologia desenvolvida para a análise dos países³¹.

Quadro 4 - Classificação dos graus de legitimidade do sistema político

²⁹ “Quanto mais alguém é satisfeito com o resultado de políticas públicas ou estado da economia, melhor é a avaliação da democracia, confirmando a relativa importância deste conjunto de fatores na avaliação da democracia”.

³⁰ Friedrich, Carl J. 1963. *Man and His Government: An Empirical Theory of Politics*. New York: McGraw-Hill.

³¹ Utilizando a classificação criada para os países europeus, os resultados mostram que a dimensão liberal é alta e nenhum país enfrenta déficit de legitimidade neste aspecto. Contudo, o resultado é distinto para a dimensão social, pois na maioria dos países a maioria dos cidadãos não considera que o sistema político esteja de acordo com as suas expectativas (WEBELS, 2016).

	Critério numérico	
Nível de critério (valor da escala)	Maioria (50% mais 1 até 66%)	Supermaioria (66% mais 1 até 100%)
Nenhuma legitimidade (0 a < 0,6)	Nenhuma legitimidade	
Moderadamente legítimo (0,6 a < 0,9)	Legitimidade moderada	Alta legitimidade
Altamente legítimo (0,9 e mais alto)	Muita alta legitimidade	Extremamente alta legitimidade

(WEBELS, 2016, p. 250)

Uma distinção importante desenvolvida no decorrer da obra é a diferenciação sistemática entre as características individuais e contextuais em decorrência da premissa de que não é possível estudar as atitudes dos cidadãos sobre democracia independente do país em que vivem, tendo em vista que as características individuais desempenham o papel de determinar como os cidadãos veem a democracia enquanto um ideal (FERRÍN; KRIESI, 2016; KRIESI; MORLINO, 2016). Desta forma, a análise multinível é empregada de modo sofisticado, sendo que as análises desenvolvidas avançam em um tipo de análise pouco explorado na literatura, que consiste em considerar as interações entre os níveis micro e macro (indivíduo e contexto), as *cross-level interactions*³².

Nesse sentido, as análises das interações dos níveis micro e macro realizadas por Markowski (2016) com o intuito de explorar melhor o efeito da crise econômica na legitimidade democrática, possibilitaram identificar que em sociedades menos igualitárias, menos desenvolvidas, e em democracias menos maduras, os fatores econômicos de curto prazo³³ ganham importância como determinantes da legitimidade. Markowski destaca que os fatores contextuais de curto prazo possuem um impacto significativo nos níveis de legitimidade indicando que a legitimidade democrática depende em grande extensão das flutuações econômicas. As sociedades mais desiguais também são mais dependentes da confiança política, pois, aparentemente, os cidadãos que são tratados mais igualmente possuem uma necessidade menor de contar com as instituições políticas.

³² “Most importantly, however, our empirical analyses have shown that the impact of individual characteristics is contingent on the context in which the individuals have their experiences with democracy. The neglect of these cross-level interactions’ in much of the literature on political support and democratic legitimacy has often led to weak, inconclusive, or contradictory results” (KRIESI; MORLINO, 2016, p. 320).

³³ No estudo, os fatores de longo prazo se referem às atitudes individuais estáveis ou características como idade da democracia em um país (fatores contextuais quase permanentes). Os fatores de curto prazo buscam capturar a volatilidade de atitudes individuais e mudanças de características contextuais, especialmente vinculadas à crise econômica (mudanças econômicas após a crise e mudança no desemprego).

A *figura 2* possibilita realizar uma síntese sobre as formulações teóricas, analíticas e metodológicas desenvolvidas na obra *How Europeans View and Evaluate Democracy* mencionadas nesta seção. Os fatores contextuais e os individuais são mobilizados de modo entrelaçado para explicar as visões e avaliações da democracia. A legitimidade democrática, por sua vez, é produzida na relação entre as visões e as avaliações da democracia. Já os indicadores mais clássicos e consolidados como apoio à democracia e satisfação com a democracia, também são discutidos e considerados nas análises.

Figura 2 - Visões, avaliações e legitimidade democrática

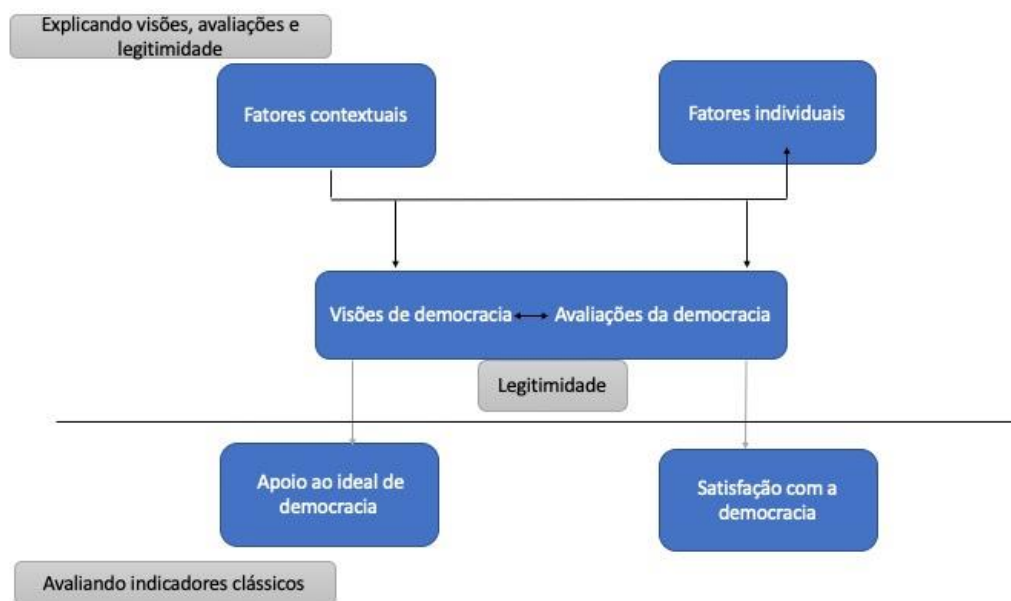


Figura adaptada de Ferrin e Kriesi (2016)

No geral, os resultados das análises apontam que os europeus possuem uma ampla visão liberal que inclui tanto componentes eleitorais e liberais como componentes centrais da visão de democracia. Entretanto, a visão sobre a democracia não é limitada ao modelo democrático liberal, sendo que estes também abraçam outras visões em adição a este modelo (KRIESI; MORLINO, 2016). Todavia, os europeus não parecem suficientemente satisfeitos com a qualidade da prática democrática em seus países, pois haveria uma percepção generalizada de que as instituições democráticas falham em cumprir as aspirações

democráticas, especialmente no que diz respeito ao *rule of law*, justiça social e elementos de democracia direta (GÓMEZ; PALACIOS, 2016)³⁴.

Vale ainda mencionar que as consequências das visões e avaliações da democracia não foram totalmente exploradas e ainda permanecem em aberto para o comportamento político dos europeus, como, por exemplo, em que medida o grau de legitimidade interfere na escolha eleitoral (KRIESI; MORLINO, 2016). Cabe ainda salientar que a questão da participação política em suas diferentes modalidades não é presente nas análises, o que pode ser considerado uma lacuna desta abordagem tendo em vista a relevância da participação política nas outras concepções de legitimidade descritas anteriormente.

2.5 LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA E APOIO POLÍTICO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DEBATE

Easton define a legitimidade como a convicção de que é certo e adequado aceitar e obedecer às exigências do regime, além disso, refletiria o fato de que “em um modo vago ou explícito (uma pessoa) vê estes objetos como conformando os seus próprios princípios morais, o seu próprio sentido do que é próprio ou adequado na esfera política³⁵”. A legitimidade é compreendida também, como uma qualidade atribuída às normas e estrutura do regime, sendo que a crença nela é necessária para a manutenção do apoio político, especialmente nos sistemas políticos que persistem por um período considerável de tempo.

Se a legitimidade é um mecanismo capaz de infundir os membros do sistema político com atitudes positivas, Easton (1965) indaga sobre quais objetos os membros atribuem a legitimidade. Portanto, o autor distingue entre três tipos diferentes de legitimidade de acordo com os objetos aos quais estão direcionadas (autoridades e ao regime): legitimidade ideológica (convicção moral na validade do regime); legitimidade estrutural (crença independente da validade da estrutura e normas); legitimidade pessoal (crença independente da validade das autoridades por conta de suas qualidades pessoais). É possível perceber que a legitimidade é compreendida para Easton como um *mecanismo* e tipo de sentimento que opera estimulando o apoio difuso.

³⁴ Tanto os elementos eleitorais quanto os liberais são os melhores ranqueados, já os elementos sociais e da democracia direta obtêm os piores escores. Os dados apontam para a existência de um gap entre o ideal e a prática percebida das democracias na Europa.

³⁵ “It reflects the fact that in some vague or explicit way he sees these objects as conforming to his own moral principles, his own sense of what is right and proper in the political sphere” (Easton, 1965, p. 278).

Embora às vezes os conceitos de legitimidade democrática e apoio político sejam tratados por parte da literatura como sinônimos, considero que seja relevante estabelecer algumas distinções do ponto de vista conceitual entre *legitimidade democrática* e *apoio político*. Nesse sentido, Norris (2011) e Dalton (2004) também utilizam o trabalho de David Easton como referência e se identificam com a ideia de níveis e componentes do apoio político, considerando o conceito de “apoio ao sistema” como o reflexo das orientações em relação ao estado-nação, suas agências e atores. É possível observar em Norris e Dalton uma abordagem que diferencia legitimidade e apoio político. Em síntese, o apoio ao sistema pode ser considerado como envolvendo aspectos afetivos e avaliativos, podendo ser calcado em uma lealdade cega e em um forte sentimento de patriotismo ou ser condicional ao cálculo racional da performance do estado³⁶.

Booth e Seligson (2009) compartilham da perspectiva multidimensional do apoio político de Norris, no entanto desenvolvem as suas contribuições mobilizando o conceito de *legitimidade democrática*, ao invés de *apoio ao regime*. Nesta perspectiva, Booth e Seligson (2009) tratam a legitimidade política e o apoio político como sinônimos e aprofundam a compreensão sobre legitimidade ao tratar das suas estruturas, fontes e efeitos.

Embora em parte da revisão teórica desenvolvida por Booth e Seligson (2009) haja um emprego da legitimidade e do apoio político em sentido semelhante, uma explicação para o foco na legitimidade está na própria estrutura de análise realizada, que considera a legitimidade em três aspectos: a *estrutura*, as suas *fontes* e os seus *efeitos*. A estrutura da legitimidade também é compreendida de modo multidimensional e as fontes da legitimidade contemplam a origem do apoio político, ou seja, o que leva um cidadão a apoiar ou se opor ao regime³⁷.

Vale assim destacar a preocupação de Booth e Seligson com os *efeitos* da legitimidade para a estabilidade política, ou seja, pode-se considerar que o foco na legitimidade e não estritamente no apoio político decorre, ao menos em parte, da preocupação com as consequências da legitimidade. Desse modo, os autores indagam se a legitimidade contribuiria para estabilizar regimes, se a sua falta poderia minar a estabilidade ou gerar o seu declínio. Outra possível explicação para o emprego da legitimidade reside também no próprio fato do objeto de análise dos autores estar circunscrito aos países da América Latina, os quais não

³⁶ “Systems support has both affective and evaluative aspects. Citizens may accept the authority of the nation-state, its agencies, and actors out of a deep sense of blind loyalty and strong feeling of patriotism (...). Or support may be more conditional, depending upon a more rational calculation of state performance” (NORRIS, 2011, p. 21).

³⁷ Booth e Seligson (2009) consideram que ainda precisa ser demonstrado nos surveys aspectos que envolvam uma variação ampla em características nacionais, englobando medidas dinâmicas e estáticas de performance econômica, estado de bem-estar social ou efetividade do governo e da democracia.

constituem democracias consolidadas e a análise da legitimidade possuiria um papel ainda mais central.

O *quadro 5* realiza uma síntese das concepções de legitimidade democrática apresentadas no capítulo destacando quatro aspectos: o foco principal teórico e analítico; os autores principais que desenvolveram a abordagem; o contexto de análise empírica e a metodologia utilizada. A partir deste quadro, pode-se salientar que a concepção multidimensional da legitimidade está filiada às formulações de Easton e desenvolveu-se originariamente entre pesquisadores norte-americanos, expandindo o seu escopo de análise para um conjunto mais amplo de países. Em contrapartida, a concepção processual e da legitimidade como produto das visões e avaliações mobilizam pesquisadores europeus, concentrando assim as análises predominantemente neste contexto. Por serem abordagem mais recentes, pode-se considerar que também são ainda menos difundidas.

Quadro 5 - síntese das concepções de legitimidade democrática

Concepções de legitimidade	Foco principal	Autores	Contexto de análise	Metodologia
Apoio político	Distingue entre <i>modos</i> (apoio difuso e específico) e <i>objetos</i> do apoio (comunidade política; regime político e autoridades políticas).	Easton (1965, 1975)	-	-
Multidimensional	Apoio político como um fenômeno multidimensional que expressa um <i>continuum</i> dos níveis mais difusos para os mais específicos.	Norris (1999, 2011)	Diversos países	Quantitativa / Regressão / Análise Multinível
Multidimensional	Ênfase nos <i>princípios do regime</i> do que na preferência pela democracia em abstrato. Foco na estrutura, fontes e efeitos da legitimidade. Estrutura da legitimidade compreendida de modo multidimensional.	Booth e Seligson (2009)	América Latina (Oito países: Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Paraguai)	Quantitativa/ Modelo de equações estruturais / Análise Multinível

Processual	Considera o processo político no qual o consentimento é expressado. Distingue entre legitimidade e legitimação. A <i>legitimação</i> trata dos processos pelos quais os governantes chegam às suas posições e como caem; quais os processos permitem o desenvolvimento institucional e adaptação.	Abromeit; Stoiber; Hurrelmann, Nullmeier e Schneider e Steffek (2007)	Alemanha, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos	Qualitativa / Análise textual
Produto das visões e avaliações da democracia	Diferencia as <i>visões</i> (ideal normativo de democracia), e <i>avaliações da democracia</i> , (avaliação do modo como os princípios estão implementados). Legitimidade como produto da comparação entre as visões e as avaliações. Elaboração de uma tipologia da legitimidade para os países analisados.	Ferrin e Kriesi (org) (2016)	Europa	Regressão / Análise Multinível

Na sequência, abordo outras perspectivas analíticas que se vinculam à reflexão sobre legitimidade, como o modelo termostático, a polarização política, a desconsolidação democrática, o cultural backlash e o populismo autoritário (FOA; MOUNK, 2017b; GRAHAM; SVOLIK, 2020; MOUNK, 2019; NORRIS; INGLEHART, 2019; SVOLIK, 2019). Apesar dos autores não contribuírem propriamente para a formulação de uma abordagem teórica sobre legitimidade democrática, trata-se de uma discussão que explora as consequências perniciosas dos diagnósticos sobre o declínio da legitimidade nas democracias contemporâneas.

2.6 DIAGNÓSTICO SOBRE A LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA: POLARIZAÇÃO POLÍTICA, MODELO TERMOSTÁTICO E CULTURAL BACKLASH

Um pressuposto compartilhado pela maioria das análises da legitimidade democrática apresentadas até o momento, reside no fato de que a democracia “criaria” a sua própria demanda, seja pela socialização dos indivíduos em contexto democráticos, seja pela consolidação ou legado democrático. Claassen (2020), por sua vez, questiona estes pressupostos ao encontrar pouca evidência nos seus estudos longitudinais de que a democracia crie a sua própria demanda, pois altos níveis de democracia não teriam um efeito positivo no subsequente apoio público.

Claassen identificou um efeito termostático, no qual as mudanças na democracia estão associadas com reações públicas opostas, pois o aumento na democracia atenuaria o “mood” democrático e vice-versa. O “mood democrático” refere-se a “*extent to which a public offers explicit support for a democratic system and rejects any autocratic alternatives*” (CLAASSEN, 2020, p. 39), ou seja, trata-se assim do apoio difuso em si mesmo, mais do que um apoio instrumental aos resultados do governo. O modelo termostático, aplicado originalmente à teoria sobre a opinião pública, pressupõe em sua dinâmica que a opinião muda após a mudança da política.

No intuito de compreender melhor os aspectos que contribuiriam no efeito termostático identificado para a democracia, Claassen analisa a influência do *componente eleitoral* (que mensura a força das instituições majoritárias e processos) e o *componente minoritário* (força das instituições contra-majoritárias) no “mood” democrático. Neste sentido, Claassen observou que o aumento nas instituições contra-majoritárias voltadas à proteção de direitos individuais, diminui o “mood” democrático, enquanto a diminuição destas proteções a revitaliza. Ou seja, não é o componente eleitoral que influenciaria na disposição à democracia, mas sim, mudanças nas políticas que assegurariam direitos de minorias³⁸. No entanto, vale mencionar que Claassen não aprofunda nos mecanismos que seriam capazes de proporcionar o efeito termostático em decorrência da desaprovação da expansão dos direitos às minorias.

Claassen argumenta que há pouca evidência de que o apoio à democracia possa ser aprendido. Então como seriam formados os valores referentes à compreensão e entendimento sobre respeito às minorias e os seus direitos? Também estariam sujeitos ao efeito termostático, estando assim pouco vinculados a marcadores sociais mais amplos (sexo, raça, origem social, religião)? A visão termostática de democracia, ao menos tempo em que afasta das incertezas

³⁸ “In sum, this analysis has demonstrated that the thermostatic effect of changes in democracy can be traced back to the counter-majoritarian, liberal, or minoritarian components of democracy. It is not improvements in majoritarian institutions and processes that damage democratic mood, but, instead, increased legislative and judicial oversight and enhanced protections of minority and individual rights which provoke the backlash” (CLAASSEN, 2020, p. 50).

atuais trazidas pela desconsolidação democrática e a ascensão dos autoritarismos, também deixa dúvidas e questões em aberto ao formular uma imagem do indivíduo democrático descentrado e fragmentado em suas opiniões.

O foco na construção subjetiva do apoio democrático e na importância das crenças compartilhadas, está presente no estudo de Carlin (2018). No trabalho, o autor analisa o perfil do apoio democrático no Chile e na Argentina³⁹ utilizando, além de entrevistas e grupos focais, a metodologia do Q-short, que consiste em técnicas desenhadas para analisar as orientações subjetivas e identificar as perspectivas partilhadas entre os indivíduos que não são pré-ordenadas pelo pesquisador. Carlin (2018) destaca a importância de abordagens mais indutivas e sugere aos pesquisadores que reequipem as questões existentes com marcadores contextuais da América Latina e priorizem, também, itens que contemplem crenças fortes e orientações divergentes sobre a democracia.

Abordagens indutivas também são exploradas por Svulik (2019) que indaga sobre o papel desempenhado pelas pessoas comuns no retrocesso democrático e questiona as motivações dos eleitores ao votarem em políticos que minam a democracia. A análise desenvolvida pelo autor é acompanhada por uma crítica às questões diretas de survey sobre apoio à democracia, mas especialmente por uma razão distinta da deseabilidade social, a qual já havia sido apontada anteriormente por outros autores.

Assim sendo, as medidas convencionais seriam falhas em um modo mais fundamental: não são capazes de captar a vontade dos eleitores de trocar os princípios democráticos por outros fins. Como metodologia de análise, Svulik (2019) inova ao realizar experimentos em distintos países, o que teria como diferencial considerar a posição do candidato antidemocrático como apenas uma entre várias características, ou seja, o foco está no comprometimento com estes princípios indiretamente e não de modo explícito.

Svulik (2019) destaca que a competição eleitoral confronta o eleitor com uma escolha conflitante entre os *princípios democráticos* e os *interesses partidários*. Em sociedades polarizadas, as pessoas se tornariam *pró* ou *anti* certas lideranças e seriam democratas apenas em segundo plano. Deste modo, clivagens sociais profundas, bem como tensões políticas (polarização) minam a habilidade do público de frear as inclinações iliberais dos políticos eleitos. A partir da análise, Svulik sugere que “*ordinary people are indeed willing to trade off*

³⁹ No caso Argentino, foram identificados três perfis: 1) apoio popular; 2) apoio excludente; 3) apoio delegativo. No caso do apoio popular, a democracia é vista como baseada na justiça e encontra sustentação entre os trabalhadores populares. São indivíduos que rejeitam os militares como alternativa à imperfeição das instituições e advogam pela participação popular. O apoio excludente combina a preferência pela democracia acima da ditadura com o comprometimento superficial com os direitos humanos.

democratic principles for partisan interests – a factor that may explain why polarized democracies appear to be particularly vulnerable to democratic backsliding” (SVOLIK, 2019, p. 27).

Um aspecto pouco aprofundado por Svulik reside nas origens da polarização política, o que possibilitaria analisar melhor em longo prazo para as democracias. Além disso, os interesses partidários são compreendidos em uma perspectiva ampliada que relaciona tanto os partidos ou lideranças partidárias quanto os interesses por determinadas políticas sociais ou econômicas.

A teoria da consolidação democrática foi o paradigma predominante no estudo da democracia e da democratização a partir dos anos 1990 (FOA; MOUNK, 2017a). De acordo com este paradigma, a democracia estaria consolidada e a transição para a democracia seria permanente. Indagando sobre este paradigma, Foa e Mounk (2017a) passaram a chamar atenção para o declínio do comparecimento eleitoral, da filiação nos partidos políticos e da confiança política. Estes mesmos indicadores eram considerados como positivos por cientistas políticos⁴⁰ que apontavam para a emergência dos cidadãos críticos ou assertivos.

Logo, para Foa e Mounk (2017) o ceticismo com as instituições democráticas não seria sinal de uma cultura cívica saudável, mas refletiria sentimentos de frustração com a responsividade democrática e desengajamento com as instituições políticas⁴¹. Ademais, em muitos países o entusiasmo pela democracia liberal declinou e passou a ocorrer a emergência de alternativas autoritárias. Portanto, os autores apontam para emergência de uma nova tendência que denominaram de “desconsolidação democrática”.

Na obra “O povo contra a democracia”, Mounk (2019) investiga as origens e remédios da desconsolidação e alerta que “o mito democrático que ajudou a emprestar as nossas instituições uma aparência de legitimidade exclusiva está perdendo a força” (2019, p. 76). Assim, Mounk aponta para o surgimento de uma democracia iliberal ou da democracia sem direitos, na qual existem dois acontecimentos distintos que estão ocorrendo. Primeiro, as preferências do povo estão cada vez mais iliberais (eleitores mais impacientes com as instituições independentes) e menos dispostos a tolerar os direitos de minorias étnicas e religiosas.

⁴⁰ Como Norris, Welzel e Dalton.

⁴¹ “Rather than being indicative of a healthy civic culture, the rise of skepticism of democratic institutions may instead reflect feelings of relative deprivation, frustration at the lack of democratic responsiveness, anger at the remoteness of political elites, and a long-term disengagement from political institutions” (FOA; MOUNK, 2017, p. 15–16).

Mais do que o diagnóstico sobre a desconsolidação democrática⁴², há a preocupação de Mounk (2019) em assentar o debate sobre legitimidade democrática em uma articulação com a emergência do populismo e dos políticos de extrema direita em distintos países, especialmente com foco no contexto europeu e dos Estados Unidos. Para o autor, a razão pela qual os populistas e os novos políticos estarem inclinados a desafiar às normas democráticas, está em parte no fato de que ao violarem tais normas, os populistas atraem a condenação ao *establishment* político, representando assim uma ruptura com o *status quo*. Convém mencionar que a teoria do efeito termostático e do “mood” democrático contrasta com as narrativas emergentes de que a democracia estaria se desconsolidando. Ou seja, o mood democrático oscilaria até mesmo em democracias estabelecidas (CLAASSEN, 2020).

A emergência do populismo autoritário também mobilizou as reflexões de Norris e Inglehart (2019) que apontaram para a existência do backlash cultural. Este fenômeno está amparado em um conjunto de passos sequenciais: 1) mudanças sociais estruturais de longo prazo em padrões de vida e segurança que gerações experienciaram durante os anos de formação; 2) o modo como estes desenvolvimentos ocorreram conduziram a uma revolução silenciosa nos valores culturais; 3) há um backlash conservador e um reflexo autoritário estimulado pelos valores culturais, pois as forças conservadoras endossam a conformidade social e se sentem ameaçadas pelo crescimento da diversidade nas sociedades ocidentais; 4) condições econômicas e o rápido crescimento da diversidade social aceleraram a reação; 5) o backlash conservador dirige o apoio aos partidos e líderes populistas e autoritários; 6) a forma como os votos são traduzidos em assentos nos sistemas eleitorais está relacionada também com aspectos institucionais⁴³.

A difusão do pós-materialismo e outras políticas socialmente progressistas estimularam uma reação em parte das forças conservadoras. Tais mudanças alcançaram um ponto de inflexão na balança entre as forças sociais conservadoras e as liberais no eleitorado. O ponto de inflexão refere-se a uma reação de grupos anteriormente dominantes que percebem

⁴² “O cidadão nunca esteve menos comprometido com a democracia, nem mais receptivo a alternativas autoritárias. O respeito pelas normas e regras democráticas caiu de forma vertiginosa. Não sendo mais a única opção, a democracia está se desconsolidando” (MOUNK, 2019, p. 148).

⁴³ O modo pelo qual os valores são traduzidos em votos é condicionado pelas regras institucionais do jogo (sistema eleitoral), a resposta dos rivais dos partidos *mainstream*, o processo de campanha de comunicação destas lideranças e a mídia. Neste sentido, os sistemas de representação proporcional desempenham um papel importante para a fortuna de partidos radicais de direita na medida em que facilitam a fragmentação partidária e o extremismo. Os padrões de competição partidária também incluem o modo como os partidos *mainstream* e os líderes reagem ao aumento ao apoio dos rivais populistas autoritários. Quando confrontados com estes partidos, os partidos *mainstream* de centro podem se mover tanto em direção das políticas de seus rivais quanto tentarem isolá-los das coalizões de governo. No caso dos partidos de *mainstream* adotarem a linguagem e as políticas dos partidos populistas autoritários, existem consequências para os programas de governo.

que os valores centrais e crenças estão sendo esmagados por correntes sociais, perdendo o status hegemônico, o que amplia o ressentimento destes grupos. Este ponto de inflexão oferece oportunidades às elites políticas que respondem a estas demandas culturais.

Norris e Inglehart (2019) argumentam que o crescimento da saliência das questões sociais proporcionou a emergência de uma clivagem cultural na competição partidária. As mudanças nas agendas políticas estimularam um cultural backlash no qual os partidos populistas autoritários, líderes, ativaram uma resistência cultural contra estas novas questões. As queixas e ressentimentos foram explorados pelos líderes populistas autoritários⁴⁴, o que contribuiu para legitimar forças misóginas e xenófobas, tornando assim a intolerância respeitável em alguns círculos.

No esforço de compreensão da ascensão do autoritarismo e do populismo, faltou a Norris e Inglehart (2019) uma autocrítica do diagnóstico otimista que emergia a partir de conceitos como “cidadãos críticos” e pós-materialistas. De fato, os dados sobre o declínio da confiança nas instituições políticas já estavam presentes nestes diagnósticos, os quais não eram vistos como uma possível ameaça à legitimidade democrática, ao não serem compreendidos como elementos do próprio fundamento da legitimidade em um sentido difuso. Uma outra chave analítica poderia aventar que tal descrédito nas instituições de representação política já poderia servir de base para apontar indícios aos apelos dos governos populistas autoritários, marcados pelo caráter *anti-establishment*, questionando assim o poder das autoridades e instituições do Estado.

Em outra perspectiva, Mounk (2019) aponta que já faz algum tempo que os cientistas políticos estão conscientes acerca do declínio da confiança nas instituições democráticas e da negatividade nas avaliações dos políticos. Entretanto, Mounk considera que estes destinaram pouca atenção a estes fatos e que a perspectiva desenvolvida por estudiosos como Inglehart, Norris e Dalton torna-se menos plausível, pois é difícil considerar que pessoas comuns se voltem de forma tão radical aos governos, sem criticar ainda mais o próprio sistema⁴⁵.

⁴⁴ “The changing policy agenda stimulated a cultural backlash in which Authoritarian-Populist parties, leaders and movements channel active cultural resistance against the changes linked with these new issues. The grievances and resentment exploited by Authoritarian-Populists has helped legitimize xenophobic and misogynistic forces, making bigotry respectable in some circles, providing an avenue for its expression at the ballot box” (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 51).

⁴⁵ “Por um lado, é difícil imaginar que pessoas comuns possam se voltar de forma tão radical contra governos particulares – e assumir uma visão tão negativa do funcionamento diário de suas instituições – sem criticar ainda mais o próprio sistema. Por outro, a evidência de que a democracia está sob ataque só faz crescer” (MOUNK, 2019, p. 130).

Em contrapartida, Norris e Inglehart (2019) argumentam que há razões para duvidar das interpretações pessimistas sobre a democracia, de modo especial, consideram que a análise de Foa e Mounk sobre a desconsolidação democrática não encontra apoio consistente. Norris e Inglehart adotam um discurso menos pessimista e consideram que as democracias estabelecidas podem ser resilientes ao populismo autoritário, o que não significa que sejam imunes aos desafios impostos por estes líderes. No entanto, nos casos de regimes híbridos que não desenvolveram um arcabouço institucional mais fortalecido, as liberdades fundamentais estão em constante ameaça⁴⁶.

Claassen (2020) alega que a noção de que o apoio à democracia oscila, não seria consistente com as teorias da socialização democrática e o aprendizado ao longo da vida, mas sim com o modelo termostático. Este aspecto apontado pelo autor é relevante, pois se afasta de várias análises correntes da legitimidade democrática, especialmente das proposições de Norris e Inglehart (2019), no que diz respeito a amparar a teoria do cultural backlash em um efeito geracional. De qualquer modo, a ideia do backlash, proporcionada pelo incremento nos direitos às minorias, está presente tanto em Norris e Inglehart (2019) quanto em Claassen (2020), ainda que com fundamentos distintos, o que torna possível uma conexão entre as análises.

A descrição do populismo realizada por Norris e Inglehart (2019) guarda conexões com a descrição de Mounk, de modo especial no fato da retórica populista visar minar as estruturas de poder estabelecidas nas democracias liberais e os populistas se descrevem como outsiders e radicais, desiludidos com a ordem política existente. É a conexão com o autoritarismo que torna o conceito mais complexo. Nem todos os populistas endossam o autoritarismo e os governantes autoritários não adotam necessariamente os apelos populistas, mas realizam uma combinação.

A conceitualização de valores autoritários no público de massa, adotada por Norris e Inglehart, enfatiza a importância de três dimensões: 1) a conformidade (aderência às tradições e costumes do grupo); 2) a segurança (segurança e proteção contra a ameaça, o que justificaria agressões aos outsiders que ameaçam a segurança ou normas); 3) lealdade (ao grupo e aos líderes). Empiricamente, existem fortes associações entre os valores autoritários e o conservadorismo social, pois os valores de conformidade destacam a importância da ordem, tradição e estabilidade.

⁴⁶ “Liberal democracies continue to prove resilient to the abuse of power by strongman leaders – especially through push back by the courts, the news media, and civil society. Nevertheless, fundamental freedoms are under increasing threat particularly in hybrid regimes that transitioned from dictatorship but have never developed strong institutional safeguards to protect human rights from repressive leaders” (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 465).

Os valores autoritários justificam ainda sanções morais estritas e penas duras para aqueles que violam as normas do grupo. Os líderes populistas autoritários, por sua vez, alimentam aspectos relacionados ao terrorismo nas sociedades ocidentais e enfatizam ansiedades públicas que decorrerem de incidentes violentos, o que justificaria políticas duras de lei e ordem. Os partidos autoritários desafiam o consenso liberal dos partidos mainstream e alteram as fronteiras do debate político, enfatizando a saliência e polarização em temas como imigração na agenda legislativa e a legitimidade de políticas calcados no racismo e em intolerância, que antes eram preservadas pelo consenso da elite liberal.

Por conseguinte, os valores autoritários misturados com a retórica populista podem ser considerados como uma combinação perigosa que alimentam o culto ao medo⁴⁷. Convém destacar que a questão da segurança está presente na conceitualização do autoritarismo, o que contribui para fazer estabelecer uma relação com o capítulo 3, referente ao medo do crime e vitimização. Ou seja, o trabalho de Norris e Inglehart traz a questão do medo e da segurança presentes nas formulações do populismo autoritário.

Assim sendo, considero pertinente para esta pesquisa a conceitualização desenvolvida por Norris e Inglehart (2019) sobre as características do populismo autoritário, o que possibilitaria aprofundar tais aspectos para análise do caso brasileiro. Vale ainda salientar que a tese do cultural backlash já encontra desdobramentos em análises sobre a eleição de Bolsonaro em 2018 (RENNÓ, 2020).

Nesse sentido, Rennó (2020) aponta para o alinhamento multidimensional de preferências por políticas conservadoras expresso pelo voto em um candidato que defendeu claramente esta plataforma política. A partir da análise dados do Estudo de Painel Eleitoral Brasileiro, Rennó conclui que os eleitores com uma visão baseada na lei e ordem, favoráveis à pena de morte, contra a descriminalização das drogas e que consideram que “bandido bom é bandido morto”, tendem a apoiar Bolsonaro. A diferença ideológica entre os eleitores que apoiaram candidatos da esquerda ou direita é marcada pelas diferentes posições em *issues* que englobam dimensões culturais, econômicas, de lei e ordem e políticas sociais⁴⁸.

2.7 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA TEÓRICA E ANALÍTICA DA TESE

⁴⁷ “Authoritarian values blended with populist rethoric can be regarded as a dangerous combination fueling a cult of fear” (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 7).

⁴⁸ “Issue positions as indicators of conservatism in relation to social and moral questions and views on law and order, the economy, and social policies are fundamental explanations and indicate an alignment of multidimensional conservative policy preferences with the vote for a candidate who defends a clear conservative political platform” (RENNÓ, 2020, p. 18).

Após a discussão acerca das diferentes vertentes teóricas e analíticas sobre a legitimidade democrática, é importante explicitar quais abordagens contribuirão para o desenvolvimento da tese. Deste modo, destaco que a concepção multidimensional será empregada na análise que envolve os países da América Latina, especialmente pela formulação desenvolvida por Booth e Seligson (2009), que já foi delineada no contexto desta pesquisa. A abordagem multidimensional trouxe avanços no debate ao questionar as abordagens explícitas sobre a democracia, bem como considerou as críticas sobre a desejabilidade social, buscando compreender o fenômeno de modo amplo.

De qualquer forma, é oportuno mencionar que também estou ciente sobre críticas que já foram tecidas à multidimensionalidade, as quais salientam: o problema nos diagnósticos produzidos sobre a democracia; a falta de necessidade de consenso entre os/as pesquisadores/as sobre os indicadores utilizados; as lacunas na formulação de medidas mais diretas sobre as crenças democráticas; as restrições nas análises comparativas entre países e no desenvolvimento de análises longitudinais (CARLIN, 2018; DE JONGE, 2016; FERRÍN; KRIESI, 2016; RENNO et al., 2011). Portanto, a abordagem multidimensional será apropriada de modo revisitado, pois o foco da análise estará nas três dimensões que Booth e Seligson atribuem maior centralidade para a promoção da erosão da democracia: os princípios do regime; o apoio às instituições do regime e a avaliação do regime. Os autores argumentam que os cidadãos insatisfeitos nestas três dimensões podem possuir comportamentos políticos ou eleitorais que impactam na estabilidade democrática.

Assim, a análise revisitada da legitimidade democrática desenvolvida na tese enfoca o que é considerado central pelos próprios autores para a estabilidade democrática: 1) nos princípios do regime; 2) e no apoio às instituições do regime. A performance do regime, por sua vez, considero que possa ser melhor explorada como uma variável independente e não, necessariamente, como uma dimensão que possa integrar a estrutura da própria legitimidade.

Para os países da América Latina, são utilizados dados do Barômetro das Américas - Lapop de 2016/2017 e 2018/2019, sendo empregada a análise multinível com o objetivo identificar se ocorrem (e quais são) os possíveis efeitos dos fatores contextuais dos países (socioeconômicos, institucionais, entre outros) na análise da relação entre medo do crime, vitimização e legitimidade democrática. Como mencionado anteriormente, a análise multinível, tornou-se influente nas pesquisas sobre legitimidade democrática.

Após as análises para os países da América Latina, a tese aprofundará o estudo do caso brasileiro, considerando a abordagem de legitimidade como produto das visões e avaliações da

democracia. Vale mencionar que a *legitimidade como produto* é uma abordagem recente e que emergiu no contexto europeu e, até o momento, carece de estudos em outros contextos. Além disto, trata-se de uma concepção que permite deslocar o eixo de análise das orientações formuladas a partir de Easton. Para tanto, serão utilizados dados da 7ª rodada do *World Values Survey* (WVS).

A legitimidade como produto parte da premissa de que a maior parte dos cidadãos não adota um único modelo teórico de democracia, possuindo visões compatíveis com vários modelos (FERRÍN; KRIESI, 2016). Não há uma avaliação geral da performance democrática, pois as avaliações diferem dependendo da dimensão da democracia em questão (TORCAL; TRECHSEL, 2016). As visões que os cidadãos possuem sobre a democracia influenciam nas avaliações da performance desta. Trata-se assim de uma justificativa para considerar o modelo de Booth e Seligson em uma perspectiva revisitada, pois como demonstrado pela abordagem da legitimidade como produto, as avaliações dependem da visão, da concepção sobre democracia, constituindo-se em uma variável independente, um *output* do sistema político. Logo, considerar a performance democrática como uma dimensão da estrutura da legitimidade democrática pode ser algo problemático.

Na análise do caso brasileiro, a legitimidade democrática será considerada a partir da conceitualização da legitimidade como produto, que tem sido empregada principalmente no contexto europeu. Destarte, espera-se que a articulação entre as duas abordagens de legitimidade democrática (multidimensional e produto das visões e avaliação) possa contribuir para um diagnóstico mais profundo das possíveis relações entre vitimização, medo do crime e legitimidade na América Latina.

3 VITIMIZAÇÃO, MEDO DO CRIME E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA: DO POPULISMO PENAL AO POPULISMO AUTORITÁRIO

Após a exposição anterior acerca das perspectivas teóricas vinculadas ao debate sobre legitimidade democrática, este capítulo visa aprofundar a discussão sobre vitimização e medo do crime, associando-os com a temática da legitimidade. Deste modo, o capítulo está organizado em quatro seções: primeiramente, são destacadas as características gerais sobre a literatura do medo do crime e a relação com a democracia. Na sequência, são abordados os estudos que conectam diretamente a vitimização e o medo crime com aspectos políticos (comportamento eleitoral, participação política e atitudes em relação ao Estado) e, de forma específica, com a legitimidade democrática. A terceira seção trata dos mecanismos causais que podem favorecer os efeitos da violência na legitimidade democrática.

Por fim, são apresentadas as hipóteses de pesquisa, detalhando os mecanismos causais e a dimensão contextual. Vale salientar que a concepção multidimensional de legitimidade democrática, especialmente pela formulação desenvolvida por Booth e Seligson (2009), fundamenta as hipóteses elaboradas para a América Latina. O capítulo se aprofunda nas variáveis independentes da tese referentes à vitimização e ao medo do crime.

3.1 MEDO DO CRIME, DEMOCRACIA E O CASO LATINO-AMERICANO

O aumento da violência criminal na América Latina torna nítida a grande ineficiência das instituições do Estado em proporcionar a segurança aos cidadãos, sendo a provisão de segurança uma tarefa fundamental do governo (CARRERAS, 2013), na qual os cidadãos podem considerar o governo como diretamente responsável⁴⁹, ou ainda, o crime como um indicador de performance para o apoio do governo incumbente⁵⁰. O crime pode ainda exercer um impacto nas atitudes políticas e no comportamento eleitoral que são essenciais à democracia (MALONE, 2012).

No contexto latino-americano, a vitimização adquire grande centralidade nas análises desenvolvidas pelos/as pesquisadores/as que têm se dedicado à violência e ao comportamento

⁴⁹ "Security provision is the fundamental task of any government thus it is likely that citizens will hold their government directly responsible if it fails to uphold its primary responsibility. If citizens fear for their personal safety, the most likely candidate to blame would be governmental actors, particularly the justice institutions of the courts and police" (MALONE, 2012, p. 25).

⁵⁰ "Crime is potentially a key performance indicator for an incumbent government. High levels of crime reflect that state's failure to provide an essential public good and thus we should expect voters to hold incumbents accountable for this failure" (PEREZ, 2015, p. 325).

político. Vale mencionar que se trata de uma dimensão impulsionada pela experiência concreta da violência e que também está em conexão com a magnitude das próprias taxas de homicídios na região e os reflexos das violências presentes no cotidiano, como no caso brasileiro. Pesquisas desenvolvidas em outros contextos, como em países europeus, enfatizam o medo do crime e o vínculo com a insegurança social com maior destaque (FARRALL; JACKSON; GRAY, 2009; VALENTE; VALERA PERTEGAS, 2018).

Apesar de a vitimização e o medo do crime estarem vinculados em um sentido mais básico, não são fenômenos que possam ser compreendidos de modo equivalente em suas origens, causas e consequências. Tal distinção consiste em um aspecto recorrente na literatura pesquisada, que foi ressaltado inicialmente nos estudos sobre medo do crime.

Desde a década de 1960, o medo do crime tem sido uma área de destaque tanto para as pesquisas acadêmicas quanto para as iniciativas de políticas, logo, o crescimento do uso de *surveys* de vitimização⁵¹ com cobertura nacional, primeiramente nos Estados Unidos e depois no contexto europeu, contribuiu para o interesse na temática (HALE, 1996). Os esforços iniciais para a análise do fenômeno concentraram-se na descrição dos sujeitos que se sentiam inseguros, relacionando com as características individuais (como gênero, idade) e coletivas (vinculadas ao bairro, a cidade), bem como os efeitos da própria experiência de ser vítima de um crime (DAMMERT, 2012; ZHAO; LAWTON; LONGMIRE, 2015).

As constatações de que o medo do crime não estava diretamente relacionado às experiências diretas de crime contribuíram para que os/as pesquisadores/as explorassem mais sobre o local onde os indivíduos vivem, juntamente com o contexto social no qual se encontram (HALE, 1996). Deste modo, a conexão entre medo do crime e crime expandiu o escopo de investigação e os/as analistas dedicaram-se ao estudo por meio de diferentes abordagens teóricas. Neste sentido, estudos ecológicos têm enfatizado a importância das características das vizinhanças, assim como os efeitos da integração social para explicar variações na percepção de insegurança (VALENTE; VALERA PERTEGAS, 2018; ZHAO; LAWTON; LONGMIRE, 2015).

Farral, Jackson e Gray (2009) ressaltam que o medo do crime pode ser compreendido tanto como uma ansiedade difusa quanto como uma preocupação tangível sobre a vitimização. Para aqueles que vivem em áreas com alta criminalidade e, portanto, vivenciam a vitimização

⁵¹ Entretanto, estes *surveys* também mensuram mais do que os incidentes criminais e normalmente incluem questões sobre percepção sobre segurança, medo do crime e o sistema de justiça criminal. Assim, as pesquisas de vitimização consistem também em uma oportunidade de capturar as percepções e expectativas das pessoas sobre uma grande quantidade de aspectos relacionados à segurança” ⁵¹ (UNITED NATIONS, 2010, p. 56).

de modo direto e/ou indireto, o medo apresenta-se em episódios concretos de preocupação. Já para aqueles que experienciam menos o crime e vivem em áreas mais protegidas, o medo aparece como uma ansiedade difusa conectada às inseguranças sociais. Nesta perspectiva, as raízes do medo do crime podem ser um mal-estar sobre a ordem local da vizinhança, assim como ansiedades mais amplas sobre a mudança social⁵² exemplificada em preocupações sobre a fragmentação comunitária e a autoridade moral.

Em síntese, vale observar que as análises sobre medo do crime, embora, em sua origem estejam conectadas com as pesquisas de vitimização e a preocupação com elaboração de políticas públicas, enfatizaram com maior frequência a questão da vulnerabilidade social, do contexto social dos indivíduos, as características das vizinhanças e a integração social. Ou seja, o debate sobre o medo do crime guarda uma articulação mais profunda com aspectos *societais*, com grandes contribuições da sociologia e da criminologia. Por sua vez, a articulação do medo do crime com fenômenos políticos desenvolveu-se mais posteriormente e trata-se de uma literatura em desenvolvimento.

Parte da explicação da ligação mais tardia com os fenômenos políticos pode estar vinculada ao próprio processo de democratização em países em desenvolvimento, como a América Latina, no qual altas taxas de violência desafiam a legitimidade das democracias menos consolidadas. A pesquisa sobre democratização e legitimidade democrática destacou, predominantemente, o impacto das condições econômicas e da percepção da economia no apoio à democracia⁵³, deixando em segundo plano a questão da violência (CARRERAS, 2013; FERNANDEZ; KUENZI, 2010; MALONE, 2012).

Embora os estudos, especificamente sobre legitimidade democrática, não enfoquem diretamente a influência da violência na democracia, alguns trabalhos analisaram o papel da democratização na dinâmica das taxas de homicídios. Contrariando o argumento da perspectiva da civilização⁵⁴, ou seja, de que os homicídios declinariam na medida em que a democracia

⁵² “Scholars such as Zygmunt Bauman and John Pratt have argued that at a time of rapid social change, of decreasing certainty, of increasing diversity and liberalization, and of decreasing deference to authority, crime becomes a handy receptacle for the broader anxieties that such broader rapid change engenders” (FARRALL; JACKSON; GRAY, 2009, p. 12).

⁵³ Fernandez e Kuenzi (2010) ressaltam que o crime e a segurança pública influenciam as visões dos cidadãos sobre a democracia e qualquer análise da democracia nos países em desenvolvimento necessita incorporar estas variáveis.

⁵⁴ Elias prenunciou que o declínio de longo prazo nas taxas de crime violento nos países europeus estava relacionado com dois processos: 1) na medida em que os estados modernos se desenvolviam, eles reivindicavam o monopólio legítimo da violência; 2) Elias argumentou que com a urbanização e o crescimento da divisão do trabalho, os cidadãos da Europa ocidental estariam envolvidos em configurações sociais complexas que iriam requer menos o uso da violência (LAFREE; TSELONI, 2006).

fosse difundida, LaFree e Tseloni (2006) identificaram que as taxas de homicídios nos países⁵⁵ em transição democrática são significativamente mais altas⁵⁶, pois uma mudança de autocracia para um regime democrático produziria um aumento nesta taxa⁵⁷. Neste sentido, mudanças na estrutura social e política contribuiriam para a instabilidade nos mecanismos de apoio tradicional, ambiguidade nas normas sociais e crescimento da desorganização social.

Trata-se de uma reflexão importante para os países latino-americanos, especialmente pelo fato de que a maioria dos países conseguiu abandonar, até o final da década de 1970, os regimes não democráticos que predominavam na região (FREIDENBERG; HERRERA, 2020). Já na década de 1990, aumentou a preocupação pública e política com a insegurança e o crime na América Latina, sendo que o fim da guerra civil na América Central e o retorno à democracia (com o reaparecimento do crime) proporcionaram, como resposta, um conjunto de políticas de endurecimento penal⁵⁸ (DAMMERT, 2012).

Convém salientar que o fenômeno do endurecimento penal não está circunscrito apenas à América Latina, sendo que os Estados Unidos são precursores deste processo e possuem a maior população carcerária do mundo com 2,3 milhões de pessoas encarceradas⁵⁹. Este caminho também foi traçado por outros países da América Latina, como o Brasil, que possui a terceira maior população carcerária no mundo com 773 mil pessoas⁶⁰. Neste sentido, Wacquant, na obra as “As Prisões da Miséria” (2001), analisou a emergência de um Estado Penal⁶¹, no qual as prisões não possuem nenhuma função de ressocialização, mas apenas serviriam como um “depósito” de determinados segmentos da população supérfluos do ponto de vista econômico.

⁵⁵ Foram analisados dados 37 países no período de 1950 a 2000. A escala de democracia utilizada na análise foi o Polity IV. Para testar a hipótese, categorizaram os dados do Polity para -10 a 0 (autocrático); 1 a 9 (transição); 10 – totalmente democrático.

⁵⁶ Este argumento está em consonância com a perspectiva da teoria da modernização originária em Durkheim, segundo a qual os efeitos da democratização no crime deveriam ocorrer apenas na fase de transição da democratização. Nesta visão, a emergência de novos papéis ainda não institucionalizados e integrados à sociedade, fazem com que as diretrizes normativas sejam ambíguas e enfraqueçam os mecanismos de apoio tradicionais (LAFREE; TSELONI, 2006).

⁵⁷ Sobre a tese de Elias e o debate contemporâneo em torno das taxas de homicídios ver Monteiro (2019).

⁵⁸ “The end of the civil wars in Central America and the return to democracy with the reappearance of crime as a problem that affected broad populations of people. The response to fear was a series of iron-fist policies that governments used to show that crime would not go unpunished and that it 'didn't pay'”. (DAMMERT, 2012, p. 30).

⁵⁹ <https://www.hrw.org/pt/world-report/2018/country-chapters/312941> Acesso em 25 de janeiro de 2021.

⁶⁰ <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596466-brasil-se-mantem-como-3-pais-com-maior-populacao-carceraria-do-mundo> Acesso em 25 de janeiro de 2021.

⁶¹ Wacquant (2001) destaca que a penalidade neoliberal é orientada pelo paradoxo de tratar com “mais Estado” policial e penitenciário o “menos Estado” econômico e social.

No contexto brasileiro, vários/as pesquisadores/as (ADORNO, 2008; CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003; PINHEIRO, 2000⁶²; SOARES, 2007) apontaram para a existência de um possível paradoxo entre o processo de democratização e a área da segurança pública. Nesta perspectiva, Adorno (2008) destacou que embora a Constituição de 1988 tenha consagrado a existência de liberdades civis e ampliado os direitos sociais, a desigualdade no acesso à justiça foi agravada. Cardia, Adorno e Poletto (2003) associaram a presença das violações dos direitos humanos e da criminalidade violenta à um legado do período autoritário⁶³. Convém observar que embora esta literatura tenha ressaltado aspectos essenciais da persistência das dinâmicas autoritárias e violentas para a consolidação democrática, menor atenção foi atribuída para os efeitos da democratização do ponto de vista da instabilidade política e social⁶⁴.

Inicialmente, havia proposto focar, fundamentalmente, a questão do medo do crime e da legitimidade democrática, no entanto, a revisão de literatura realizada contribuiu para a percepção sobre a centralidade necessária da vitimização em diferentes aspectos políticos. Mais do que isto, a literatura tem apontado para a compreensão do medo do crime e da vitimização como fenômenos distintos, os quais também podem operar por mecanismos causais diferentes (ALTAMIRANO; BERENS; LEY, 2020; MALONE, 2012). Portanto, na próxima seção, aprofundo uma questão importante do trabalho, a conexão entre legitimidade democrática, medo do crime e vitimização.

3.2 LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA, VITIMIZAÇÃO E MEDO DO CRIME: ARTICULANDO OS CONCEITOS

Principalmente a partir de 2010, emergiram estudos que passaram a analisar os efeitos da vitimização e do medo do crime no comportamento eleitoral (LEY, 2018; MALONE, 2012;

⁶² No contexto latino-americano, Pinheiro (2000) apontou que apesar dos países passarem por transições, as práticas autoritárias de seus governos permaneceram e “sob a democracia prevalece um sistema autoritário, incrustado em especial nos aparelhos de Estado de controle da violência e do crime” (PINHEIRO, 2000, p. 11).

⁶³ “No Brasil, nem as graves violações de direitos humanos desapareceram com o retorno à democracia, nem o crime violento foi reduzido. O uso abusivo de força letal pelos agentes de polícia, linchamentos executados por grupos de pessoas - estimulados ou não por agentes policiais - e a ação de grupos de execução sumária (grupos de extermínio, esquadrões da morte) sobreviveram à transição e suas ações continuam a ocupar as páginas da chamada imprensa nacional” (CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003, p. 6).

⁶⁴ Huntington (1975) tece contribuições pertinentes ao considerar que as mudanças sociais e econômicas ampliam a consciência política e a participação política, no entanto, tais mudanças minam as fontes tradicionais de autoridade política e as instituições políticas, ocorrendo assim a instabilidade política e a desordem. Assim, “o problema fundamental da política é o atraso no desenvolvimento de instituições políticas em relação às mudanças sociais e econômicas”, o que configuraria o hiato político (HUNTINGTON, 1975, p. 17).

PEREZ, 2015; VENTURA, 2021), na participação política (BATESON, 2012; BOOTH; SELIGSON, 2009; BROOKS, 2014; HERNÁNDEZ, 2019; MALONE, 2012; VALENTE et al., 2020); nas atitudes políticas em relação ao Estado (ALTAMIRANO; BERENS; LEY, 2020; VISCONTI, 2019), na satisfação com a democracia (GOMES; AQUINO, 2018) e na própria legitimidade democrática (BOOTH; SELIGSON, 2009; CARRERAS, 2013; DAMMERT, 2012; FERNANDEZ; KUENZI, 2010; HERNÁNDEZ, 2019; MENDES, 2021; PÉREZ, 2003; SILVA; RIBEIRO, 2016).

Apesar do incremento nos estudos que tratam dos efeitos atitudinais da vitimização nos eleitores, há poucos trabalhos que abordam o modo como a violência molda a arena eleitoral, os comportamentos dos eleitores e as estratégias dos partidos (VENTURA, 2021).

No caso do comportamento eleitoral, o crime pode interferir nos resultados das eleições de distintos modos: 1) pela influência na decisão do comparecimento *versus* abstenção; 2) altos níveis de crime, vitimização e insegurança podem ser combustível para o apoio à plataformas de direita que defendem políticas de linha dura (populismo penal); 3) a vitimização e insegurança podem afetar o apoio ao incumbente (PEREZ, 2015).

Nas análises sobre violência e comportamento eleitoral aparece em destaque, inicialmente, o caso mexicano. Na metade dos anos 2000, a insegurança pública começou a tornar-se uma questão saliente no México e os políticos começaram a invocar a garantia do combate ao crime em suas campanhas (MALONE, 2012). A eleição de Felipe Calderón em 2006 priorizou o combate ao comércio de drogas e aos cartéis (MALONE, 2012; PEREZ, 2015). No caso mexicano⁶⁵, as vítimas de crime desejavam participar menos das formas convencionais de participação política, como o voto, e preferiam se engajar no protesto político (MALONE, 2012).

Em uma abordagem que refina os achados de Malone (2012) sobre comportamento eleitoral no México, Ley (2018) ressalta que apesar da vitimização ser um indicador importante do contato pessoal com a violência, ela não captura a experiência de viver em um contexto violento em sua totalidade⁶⁶, pois o contexto pode moldar as decisões e ações das não-vítimas. Deste modo, a autora enfoca no papel da violência oriunda do crime organizado na participação eleitoral e argumenta que o uso da violência contra partidos políticos, candidatos, contribui para

⁶⁵ A análise se refere aos dados do Lapop de 2008 para o caso mexicano (MALONE, 2012).

⁶⁶ “Both victims and nonvictims are exposed to changes in the pool of candidates, to the brutality of such violence, to alarming news coverage on this type of attacks, and to rising awareness of the government’s weaknesses or failures. Both groups are exposed to a violent electoral context; both are equally vulnerable when mayors or party candidates are assassinated or forced to retire from their office or campaigns, and both also have to decide whether to vote or not under such conditions” (LEY, 2018, p. 1969).

que o processo eleitoral seja transformado e a participação modificada resultando no declínio do comparecimento eleitoral⁶⁷. Ataques violentos durante as eleições geram ansiedade entre os eleitores e aumentam os custos e riscos associados ao voto.

Na América Central, vários candidatos de direita usaram a retórica de combate ao crime e o apoio às medidas duras para ganhar as eleições presidenciais, como é o caso de Honduras em 2013, Guatemala em 2011 e Panamá⁶⁸ (PEREZ, 2015). Neste sentido, Pérez (2015) identifica que a percepção de insegurança está negativamente relacionada com o voto ao incumbente na América Latina, mesmo quando variáveis de performance econômicas são incluídas, sendo o efeito dos elevados níveis de insegurança maiores no México, Equador, Honduras e Uruguai.

No entanto, a vitimização por crime não afetou o apoio ao presidente incumbente ou ao partido em nenhum dos dezoito países analisados em 2012, assim, Perez (2015) considera possível que o efeito da vitimização no apoio ao incumbente seja indireto e ocorra por meio da influência no comparecimento⁶⁹. Vale observar que nesta análise o autor não identificou o efeito da insegurança na escolha presidencial para o contexto brasileiro, o que passou a adquirir maior centralidade com a eleição de Bolsonaro em 2018 e será desenvolvido no capítulo sobre o Brasil.

Em 2019, ocorreram as eleições presidenciais no Uruguai e a temática da segurança pública adquiriu centralidade no debate⁷⁰. Lacalle Pou, membro do Partido Nacional (também conhecido como partido blanco), de centro-direita, foi eleito presidente em segundo turno, o que marcou o fim de quinze anos de governo de coalizão de esquerda “Frente Amplio”⁷¹. Além de votarem para presidente, os uruguaios votaram em um plebiscito no qual decidiram sobre o projeto de reforma constitucional na segurança denominado “*Vivir sin miedo*” que tratava de medidas de endurecimento penal⁷². Convém mencionar que no país ocorreu um aumento da

⁶⁷ “High-profile criminal attacks during campaigns and elections generate great anxiety among the electorate, significantly reduce the perceived benefits and satisfaction derived from voting, and considerably increase the costs and risks associated with voting, ultimately decreasing electoral participation” (LEY, 2018, p. 1964).

⁶⁸ “In the context of Central America, the most violent subregion in Latin America, several right-wing candidates such as Alfonso Portillo and Otto Pérez Molina of Guatemala, Ricardo Maduro and Juan Orlando Hernández of Honduras, and Ricardo Martinelli of Panama, used crime and the rhetoric of fighting it with strong measures to win political power” (PEREZ, 2015, p. 327).

⁶⁹ A análise utiliza dados do Lapop de 2012, sendo a variável dependente o voto no incumbente ou partido, a qual mensurou a intenção de voto no presidente ou partido nas próximas eleições.

⁷⁰ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/26/eleicoes-no-uruguai-tem-seguranca-publica-no-centro-do-debate-veja-quem-sao-os-candidatos-a-presidente.ghtml> Acesso em 25 de setembro de 2020.

⁷¹ <https://freedomhouse.org/country/uruguay/freedom-world/2020> Acesso em 26 de setembro de 2020.

⁷² Tais como: 1) militarização da segurança pública pela criação de uma Guarda Nacional militar com poder de polícia; 2) endurecimento das penas pela adoção da prisão perpétua; 3) possibilidade de operações de buscas à noite, com autorização judicial.

taxa de homicídios que passou de 8,26 em 2017 para 12,06 em 2018, o que significou o maior número alcançado pelo país na série histórica de 2001 a 2018.

O projeto de reforma, impulsionado pelo senador do partido nacional Jorge Larrañaga, não foi aprovado, mas obteve uma votação expressiva em várias regiões do país⁷³. O plebiscito mobilizou a organização da “*Articulación Nacional no a la Reforma*” em uma campanha intitulada “*No a la reforma: el miedo no es la forma*”⁷⁴ com críticas à militarização da segurança e ao papel do Exército, à redução de direitos e garantias individuais, e as medidas de endurecimento penal que, segundo lideranças no movimento, já se mostraram ineficazes em outros contextos. Vale ainda observar que em vídeo⁷⁵ realizado pela articulação contrária à reforma, o caso brasileiro⁷⁶ constantemente era evocado como um exemplo de iniciativas ineficazes na área da segurança.

Figura 3 - Plebiscito “Vivir sin Miedo” – Uruguai



Foto: Mariana Greif/Reuters / <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/26/eleicoes-no-uruguai-tem-seguranca-publica-no-centro-do-debate-veja-quem-sao-os-candidatos-a-presidente.ghtml>

Ao analisar o caso brasileiro, Ventura (2021) ressalta que, quando a violência se torna uma questão mais saliente, candidatos com experiência em agências de lei e ordem podem receber mais apoio eleitoral. Assim, integrantes do exército, militares, policiais, podem utilizar

⁷³<https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/plebiscito-vivir-miedo-gano-tuvo-victorias-departamentos.html> Acesso em 26 de setembro de 2020.

⁷⁴<https://www.elpais.com.uy/informacion/sociedad/reforma-marcha-rechazo-vivir-miedo-recorre-julio.html> Acesso em 26 de setembro de 2020.

⁷⁵<https://www.youtube.com/watch?v=OLyqyDPCIPs> Acesso em 26 de setembro de 2020.

⁷⁶ Especialmente pela intervenção na segurança pública no caso do Rio de Janeiro.

a trajetória profissional para convencer os eleitores da sua capacidade e vontade de priorizar a segurança ao assumirem o mandato. O autor propõe que os apelos à segurança entrem na arena eleitoral como um *wedge issue*, ou seja, como um tema de natureza controversa que divide os eleitores. Mais do que ter um efeito generalizado, a segurança serve como um tema divisor que é contingente às clivagens políticas e posições socioeconômicas dos indivíduos.

Trata-se de um trabalho precursor sobre a influência dos contextos violentos no comportamento eleitoral brasileiro e que utiliza também de dados eleitorais⁷⁷ a exemplo da abordagem desenvolvida por Ley (2018). Ao mesmo tempo em que fornece elementos para compreender a ascensão de Bolsonaro, Ventura (2021) desenvolve uma análise detalhada que também identifica o quanto a questão da segurança tem sido relevante para a eleição de deputados oriundos de trajetórias profissionais na área da segurança. Nos últimos três ciclos eleitorais (2010 a 2018) para a Câmara dos Deputados, ser trabalhador da segurança pública estava entre as três ocupações mais reportadas entre os candidatos.

Ventura (2021) considera a questão da segurança como um tema divisor que distingue os eleitores de acordo com a posição socioeconômica. Na medida em que o risco de ser vítima de um crime aumenta, os eleitores tomariam a decisão de investir mais em proteção e em políticas mais punitivistas. Contudo, os custos das políticas punitivistas não estariam igualmente distribuídos na sociedade brasileira, pois as ações arbitrárias das polícias afetariam mais determinados grupos sociais, como os pobres e negros.

Outros estudos têm apontado a influência da violência na participação política, entretanto, tal relação possui ambiguidades, as quais podem depender da dimensão da participação (eleições, protesto político, engajamento político e associativismo), da posição socioeconômica (renda, escolaridade) dos indivíduos, do próprio contexto de análise e dos mecanismos causais que operam na vitimização e no medo do crime. As pesquisas têm expressado, em geral, a ausência de influência ou uma relação indireta entre medo do crime e participação política, o que ainda necessita ser melhor explorado.

Nessa perspectiva, destaca-se o trabalho de Bateson (2012), que realizou uma análise comparativa mais extensa ao considerar diversos países⁷⁸ e identificou a vitimização como um preditor importante para aumentar a participação política⁷⁹ e o engajamento comunitário.

⁷⁷ O trabalho combina diferentes abordagens metodológicas e analisa discursos dos congressistas, dados de três ciclos eleitorais para a Câmara dos Deputados e um experimento on-line.

⁷⁸ Bateson (2012) analisou dados do Barômetro das Américas (Lapop), Barômetro da África, Eurobarômetro e Barômetro da Ásia.

⁷⁹ A participação política é compreendida do seguinte modo: ação na comunidade, reuniões comunitárias, protestos, interesse político, reuniões na cidade, persuasão política, conversa política, liderança no grupo.

Assim, os fatores emocionais e expressivos podem contribuir para a compreensão do aumento nos níveis de participação: "*crime victims may turn to politics because political participation mitigates the emotional consequences of victimization*" (BATESON, 2012, p. 571). A organização política pode ser uma fonte de apoio social para as vítimas, possibilitando a constituição de laços de solidariedade e compartilhamento de narrativas sobre o fato de terem sido vítimas.

No entanto, Bateson (2012) ressalta que a relação entre a vitimização e atitudes políticas varia de modo substantivo pelo mundo⁸⁰, sendo que na América Latina há uma forte evidência de que vítimas de crime não valorizam a democracia e apoiam o autoritarismo, bem como táticas duras de policiamento. Deste modo, as vítimas de crime podem desenvolver simpatias autoritárias ao mesmo tempo em que se tornam mais politicamente ativas.

Mais especificamente sobre o caso brasileiro, Valente et al (2020) apontam que apesar da vitimização e a percepção de insegurança não terem um efeito direto sobre o autoritarismo, há uma relação indireta entre vitimização e posturas autoritárias, o que é mediado pela percepção de insegurança, desconfiança das instituições e desapego à democracia⁸¹.

Malone (2013) destaca que no contexto mexicano as vítimas de crime desejavam menos participar das formas convencionais de participação política, como o voto, e preferiam se engajar no protesto político. Em contrapartida, a percepção de insegurança não está relacionada com o voto ou protesto, sendo importante para as atitudes políticas, pois diminui o apoio à democracia. Para o Brasil, Valente et al (2020) argumentam que apesar da vitimização não ter um efeito significativo na intenção das pessoas votarem nas eleições, ela está associada a uma participação mais assídua nas reuniões de partidos, movimentos políticos e protestos políticos.

Por sua vez, Brooks (2014) analisa o caso brasileiro e destaca que não são os mais pobres que estão marginalizados da política democrática, pois ocorreria uma relação entre renda e engajamento político, sendo a classe média menos ativa na vizinhança e em organizações comunitárias. Logo, a reestruturação do estado de bem-estar social possui efeitos mais fortes nos setores médios que dependem mais da segurança social promovida pelo Estado, do que os

⁸⁰ As vítimas de crime na Europa também são mais significativamente menos satisfeitas com a democracia. Nos Estados Unidos e Canadá há pouca evidência do efeito da vitimização nas atitudes sobre a democracia. Na África e Ásia há evidência limitada de que vítimas de crime talvez possam ter simpatias ao autoritarismo (BATESON, 2012).

⁸¹ Os resultados apontam que as posturas autoritárias são incompatíveis com a participação pró-ativa da vida política. "Es precisamente en este sentido que se puede hablar de la consolidación de una conducta pasivo-agresiva, puesto que el desapego a la democracia no funciona como un elemento motivador sino que impulsa una actitud que delega la solución de los problemas a los militares, sin contemplar ningún tipo de implicación en primera person" (VALENTE et al., 2020, p. 110).

mais ricos. As análises destacam que participam mais ativamente da vida política os indivíduos que se sentem mais seguros.

Nesse sentido, Hernandez (2019) salienta que o efeito da vitimização sobre a participação em organizações gera consequências distintas dependendo do nível socioeconômico dos indivíduos. Assim, a população mais pobre está mais exposta ao risco, a vitimização e ao mesmo tempo possui menos recursos monetários, o que a impulsionaria a buscar proteção nas relações na comunidade. Já os mais ricos possuiriam menor identidade coletiva e reforçariam a sua capacidade de recursos econômicos como forma de proteção.

Em relação às atitudes políticas sobre o papel do Estado, Visconti (2019) destaca que a vitimização altera as preferências por políticas ao modificar os valores democráticos dos indivíduos, tornando-os mais dispostos a apoiar estratégias que promovam a erosão dos direitos básicos. Logo, o crescimento do crime pode aumentar as chances dos partidos associados às medidas duras de redução da criminalidade, como os partidos de direita ou populistas, pois as políticas que enfatizam sanções punitivas tendem a estar associadas com conservadores⁸².

Altamirano, Berens e Ley (2020) argumentam que indivíduos diretamente afetados pelo crime podem ser motivados a demandar intervenção do governo, bem como a provisão de políticas públicas para lidar com os múltiplos custos do crime. No contexto latino-americano, a vitimização contribuiria para o aumento do apoio às políticas sociais, em contrapartida, a percepção de insegurança reduziria a demanda da provisão de *welfare* público⁸³, pois indivíduos inseguros mais frequentemente se voltam aos meios privados de proteção. As percepções de insegurança podem aumentar a eleição de candidatos conservadores⁸⁴ e produzir uma redução de gastos nos programas de *welfare* já limitados.

No debate sobre legitimidade democrática, vitimização e medo do crime, o trabalho de Pérez (2003) é pioneiro e dedicou-se a analisar dois países da América Central: El Salvador e Guatemala. O autor apontou para uma distinção importante entre aqueles que vivenciaram o crime diretamente e os que possuem medo de se tornarem vítimas, sendo as vítimas de crime

⁸² “In summary, right-wing politicians can be linked to these kinds of measures to combat crime. Right-wing citizens, similarly, are more likely to support tougher measures to reduce crime and to focus less on social policies” (VISCONTI, 2019, p. 1485).

⁸³ “Individuals who become victims of crime are supportive of the welfare state and public health care in particular. In the face of rising risks, victimization increase the state’s mandate among individuals to improve welfare policies. In contrast, perceptions of insecurity reduce such demand for public policies, particularly among those with significantly contrasting views regarding their neighborhood’s (un)safety” (ALTAMIRANO; BERENS; LEY, 2020, p. 412).

⁸⁴ Esta análise pode ajudar a compreender o caso brasileiro, especialmente na conexão estabelecida na eleição de Bolsonaro entre medo do crime, a demanda punitivista, juntamente com uma visão liberal do Estado de caráter privatista. Não é à toa que estas dimensões caminham juntas, tendo em vista o ceticismo que as pessoas inseguras possuem em relação às instituições do Estado e ao serviço público.

mais dispostas a apoiarem medidas de autoritarismo, como golpes militares, em decorrência da criminalidade. Já as pessoas com maior medo do crime, estariam mais dispostas a apoiarem medidas duras que rejeitem elementos democráticos⁸⁵. Por fim, Pérez (2003) aponta o dilema das democracias frágeis: como lutar contra o crime vigorosamente e preservar direitos políticos e civis que são essenciais aos governos democráticos?

Em uma análise mais ampla, Fernandez e Kuenzi (2010) identificaram que as percepções sobre o crime e a insegurança influenciam as atitudes em relação à democracia na América Latina, sendo os indivíduos mais seguros mais satisfeitos com a democracia enquanto forma de governo. No entanto, neste estudo, as vítimas de crime na América Latina não expressavam menor apoio à democracia. Por conseguinte, a percepção de segurança possuiria ainda um maior impacto no apoio à democracia do que as percepções da economia nacional⁸⁶.

Retomando a conceitualização desenvolvida por Easton sobre apoio político, Carreras (2013) enfoca, nas suas análises, o apoio difuso para tratar da legitimidade democrática. Vale mencionar ainda que esta compreensão se vincula também ao conceito multidimensional de legitimidade desenvolvido por Norris (1999), Booth e Seligson (2009), abordado no capítulo anterior. Deste modo, Carreras (2013) identifica que a violência, considerando tanto a vitimização quanto a percepção de insegurança, afeta negativamente o apoio político, o que colocaria uma séria ameaça para a qualidade da democracia na América Latina⁸⁷.

Além disso, a percepção de insegurança e a vitimização possuem um impacto no apoio às instituições políticas que é comparável ao tamanho de outras variáveis privilegiadas pela literatura de comportamento político, como confiança interpessoal, percepção de corrupção e avaliação da economia (CARRERAS, 2013). O estudo destaca que o impacto negativo do crime no apoio político não é um fenômeno específico dos países com taxas elevadas de homicídios, principalmente situados na América Central (como Guatemala, El Salvador, Honduras e Colômbia – na época do estudo). No entanto, convém observar que, na análise multinível, não é utilizada a variável contextual referente às taxas de homicídios dos países, o que possibilitaria aprofundar nesta interpretação.

⁸⁵ “A crime victim is significantly more willing to support the most extreme measure of authoritarianism, namely a military coup. Fear of crime does not have a significant impact on support for a coup. Instead, those who exhibit fear of becoming victims of crime in their neighborhood are significantly more willing to support ‘strong hand’ measures that fall short of rejecting all elements of democracy completely” (PÉREZ, 2003, p. 640).

⁸⁶ “These findings suggest that attitudes regarding crime and safety have not only a statistically significant effect on citizens’ support for democracy but also a substantively significant effect. In addition, the impact of perceptions of safety on attitudes toward democracy is often larger than the impact of perceptions of economy” (FERNANDEZ; KUENZI, 2010, p. 462).

⁸⁷ “In summary, violence negatively affects system support. Hence, the widespread increase of criminal violence in the region poses a serious threat to the quality of democracy in Latin America” (CARRERAS, 2013, p. 94).

Carreras (2013) utilizou o modelo hierárquico para estimar o impacto da violência criminal no apoio ao sistema político, controlando com o argumento da modernização. Neste sentido, o nível de desenvolvimento socioeconômico, mensurado pelas variáveis IDH e PIB per capita, aumenta a confiança nas instituições políticas na América Latina, juntamente com o nível de democracia (Polity IV) e a efetividade do governo.

Convém salientar que dos estudos apresentados nesta seção, apenas os trabalhos de Carreras (2013) e Fernandez e Kuenzi (2010) empregaram como metodologia a análise multinível. Fernandez e Kunezi (2010) utilizaram os surveys do Afrobarômetro (15 países) e do Latinobarômetro (17 países) para os anos de 2002 a 2003. No modelo hierárquico, utilizaram três variáveis de nível 2: nível de democracia (*Freedom House* para direitos políticos e liberdades civis), *gross domestic product* (GDP) per capita e taxa de crime computada pelos *surveys* (a taxa foi a proporção de respondentes no país que reportaram a experiência com a vitimização)⁸⁸. Os dados sugerem que nos países com níveis altos de vitimização, a questão do crime é mais saliente e os respondentes são mais críticos à performance democrática.

Vale observar que tanto Carreras (2013) quanto Fernandez e Kuenzi (2010) não realizaram interação *cross-level* na análise multinível, o que possibilitaria identificar relações entre aspectos individuais (nível 1) e do contexto do país (nível 2). O *quadro 6* sintetiza aspectos centrais dos estudos, tais como: contexto de análise, variáveis dependentes e as variáveis de nível 2 referentes aos indicadores dos países.

É importante destacar que a lógica subjacente aos modelos multiníveis ou hierárquicos consiste em considerar que indivíduos pertencentes a um mesmo grupo estão submetidos à influências semelhantes, deste modo, “*the individuals and the social groups are conceptualized as a hierarchical system of individuals nested within groups, with individuals and groups defined at separate levels of this hierarchical systems*” (HOX; MOERBEEK; SCHOOT, 2018, p. 1).

Quadro 6 - Estudos com análise multinível sobre legitimidade democrática e violência

Autores	Contexto de análise	de Variáveis dependentes	Variáveis de nível 2 (país)
----------------	----------------------------	---------------------------------	------------------------------------

⁸⁸ A maior parte das variáveis contextuais não possui efeito, a única exceção foi a variável taxa de crime. As variáveis GDP e nível de democracia não foram significativas para o contexto latino-americano em nenhum dos modelos.

Fernandez e Kuenzi (2010)	África e América Latina Afrobarômetro (15 países) e do Latinobarômetro (17 países) – 2002 e 2003;	Apoio à democracia ⁸⁹ e satisfação com a democracia	Três variáveis: 1) nível de democracia (Freedom House); 2) Gross domestic product (GDP) per capita; 3) Taxa de crime computada pelos surveys.
Carreras (2013)	América Latina, Barômetro das Américas - Lapop 2004; 10 países ⁹⁰ ;	Apoio às instituições do regime ⁹¹	Quatro variáveis: 1) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); 2) Gross Domestic Product (GDP) per capita; 3) Nível de democracia (Polity IV); 4) Efetividade do Governo (Indicador Banco Mundial);

Elaboração da autora

Na América Latina, os estudos apontam que a vitimização e o medo do crime afetam a confiança nas instituições políticas de um modo estendido, ou seja, há o declínio na confiança das instituições democráticas junto com um efeito, mais pronunciado, naquelas mais, diretamente, associadas à administração da criminalidade, como a polícia e o sistema de justiça criminal (DAMMERT, 2012⁹²; HERNÁNDEZ, 2019⁹³; SILVA; RIBEIRO, 2016). A falta de confiança na polícia e no sistema de justiça não estaria relacionada apenas com a ausência de efetividade, mas também com a percepção de arbitrariedade e seletividade no modo como estas instituições atuam⁹⁴ (DAMMERT, 2012).

1) Mecanismos causais

Quais são os mecanismos causais que favorecem os efeitos da violência na legitimidade democrática? Como já mencionado anteriormente, a vitimização e o medo do crime podem interferir na dinâmica política, no entanto, esta relação não ocorre necessariamente pelos mesmos mecanismos. Neste sentido, destaco quatro modos de atuação:

⁸⁹ Mensurado pela seguinte variável: With which of the following statements do you agree most? 1 = Democracy is preferable to any other kind of government; 0 = Other.

⁹⁰ Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Panamá.

⁹¹ A variável dependente consistiu na criação de um índice que contempla três variáveis referentes ao apoio ao sistema político: 1) Quanto você respeita às instituições políticas?; 2) Quão orgulhoso você sente de viver sob o sistema político?; 3) Quanto você que deveria apoiar o sistema político?

⁹² “In other words, empirical evidences shows that the perception of an increase in crime – related insecurity brings about a decline in trust in the political institutions in general, and, in particular, in the institutions responsible for formal social control like the justice system and the police” (DAMMERT, 2012, p. 103).

⁹³ “Ser víctima de un delito no sólo genera mayor percepción de inseguridad para uno mismo y para sua família, sino que altera la própria percepción de lo que sucede en el barrio. Afecta, además, la confianza depositada en instituciones ligadas a la prevención, sanción y control del delito, pero también se desplaza a instituciones sin relación com este rol” (HERNÁNDEZ, 2019, p. 850).

⁹⁴ “The widespread perception that justice is not equally applied in all cases, along with police abuses, has had a key impact on institutional trust” (DAMMERT, 2012, p. 103).

1) a percepção e papel do Estado; 2) ineficiência da polícia e do sistema de justiça criminal; 3) dinâmica da participação política; 4) populismo penal.

2) Percepção e papel do Estado

O aumento da violência criminal na América Latina torna nítida a grande ineficiência das instituições do Estado de prover segurança aos cidadãos, sendo que os cidadãos latino-americanos podem deixar de apoiar o sistema político ao perceber que o estado é incapaz de proteger da violência e do crime, o que constituiria em uma ruptura do pacto hobbesiano (CARRERAS, 2013)⁹⁵. Para os cidadãos amedrontados, o Estado não gera segurança, ao contrário, é considerado mais parte do problema do que solução (DAMMERT, 2012).

Indivíduos inseguros, frequentemente, se voltam aos meios privados de proteção em resposta ao aumento da percepção de insegurança, logo, há um desapontamento com as instituições, desconfiança e ceticismo sobre a capacidade do Estado (ALTAMIRANO; BERENS; LEY, 2020). Já as vítimas de crime violento e não-violento enfrentam novos e crescentes custos, necessidades e problemas que incluem: gastos para serviço legal ou pelos danos à propriedade; necessidade de cuidados médicos; demanda por cuidados com a saúde mental; custos de produtividade (como perda de dias no trabalho, entre outras formas). As vítimas de crime, por sua vez, enfrentam um conjunto de novas necessidades e problemas, o que as motivaria a demandarem intervenção do governo e provisão de políticas públicas (ALTAMIRANO; BERENS; LEY, 2020).

3) Impunidade, ineficiência da polícia e do sistema de justiça criminal

A ineficiência do sistema judicial latino-americano também é uma explicação levantada para tratar da relação entre vitimização, medo do crime e declínio da legitimidade democrática. Na região, poucos homicídios são investigados, sendo que a ineficiência conduz a uma sensação de impunidade generalizada, além disto, indivíduos vítimas de um crime muitas vezes estão desapontados com as respostas das instituições judiciais (CARRERAS, 2013).

Como argumentam Silva e Ribeiro (2016), a vitimização por crime afetaria a credibilidade nas instituições da polícia e da justiça, as quais estão diretamente associadas ao controle do delito. No entanto, a experiência de ser vítima produziria um “efeito de

⁹⁵ "Latin American citizens may stop supporting the political system of their countries when they perceive the state as being unable to protect them from violence and crime, which constitutes a clear rupture of the Hobbesian pact" (CARRERAS, 2013, p. 99).

contaminação”, levando a uma descrença generalizada no desempenho das instituições políticas. No caso brasileiro, as vítimas de crime tendem a desconfiar de diferentes instituições, sendo a polícia a mais rechaçada⁹⁶.

Booth e Seligson (BOOTH; SELIGSON, 2009) apontaram a presença da “justiça” vigilante ou linchamento como uma expressão da frustração popular com a ausência de segurança nos países da América Latina. O vigilantismo expressaria uma forma de capital político negativo permeada pela ausência de confiança nas instituições políticas que promovem a ordem pública. Logo, a vitimização e o medo do crime encorajariam os indivíduos a realizarem “justiça com as próprias mãos”.

Em síntese, cabe enfatizar que a percepção de ineficiência do sistema de justiça criminal pode propiciar que se recorra às saídas não institucionais para a resolução de conflitos, o que possui consequências para a consolidação democrática.

4) Dinâmica da participação política

Um terceiro mecanismo que pode operar na relação entre violência e legitimidade democrática refere-se aos efeitos na dinâmica da participação política. Como já mencionado, contextos violentos podem contribuir para a transformação do processo eleitoral e propiciar o aumento dos custos a ele associados (LEY, 2018). Conforme observado no caso mexicano, as vítimas de crime engajavam-se menos nas formas convencionais de participação, como o voto e mais no protesto político (MALONE, 2012).

Outros estudos apontaram ainda a vitimização como relevante para o aumento na participação política e no engajamento comunitário, o que seria mediado pela posição socioeconômica dos indivíduos. As vítimas de crime aumentariam a sua participação em protestos e o engajamento comunitário, mas ao mesmo tempo poderiam se afastar da participação eleitoral em decorrência do aumento da abstenção. No caso brasileiro, Ventura (2021) destaca que o maior apoio aos candidatos punitivistas emerge nos bairros mais ricos em municípios mais violentos e, em contextos de aumento dos homicídios nos meses antecedem as eleições. No entanto, ainda não há clareza sobre a amplitude dos possíveis efeitos da

⁹⁶ Ao comparar o caso brasileiro com o norte-americano, Silva e Ribeiro (2016) destacam que: “o efeito de contaminação é maior no Brasil em virtude de um apego mais fraco e vulnerável à democracia e, por conseguinte, às instituições democráticas, fazendo com que o cidadão tenda a responsabilizar todas as agências disponíveis pela vitimização por crime, ainda que exista um rechaço maior àquelas diretamente relacionadas com a temática do delito, como ocorre com a polícia” (SILVA; RIBEIRO, 2016, p. 82).

vitimização no comparecimento eleitoral para o contexto latino-americano e, se a legitimidade democrática é afetada.

5) Do populismo penal ao populismo autoritário

Tratar sobre populismo penal não é uma novidade entre os/as pesquisadores/as que se dedicam à sociologia da punição e a área da segurança pública de um modo mais geral. Na realidade, percepções conservadoras sobre punição e a força do discurso do endurecimento penal são aspectos que estão presentes no imaginário social há algum tempo. No entanto, o ingrediente de maior destaque talvez seja a conexão cada vez mais explícita com o debate político e a visibilidade de seus desdobramentos no comportamento eleitoral e na participação política.

Precursor no debate sobre populismo penal, Garland (2008) argumenta que a percepção de um público amedrontado teve impacto nas características e conteúdos das políticas, pois “o novo discurso da política criminal insistentemente invoca a revolta do público, cansado de viver com medo, que exige medidas fortes de punição e de proteção” (GARLAND, 2008, p. 54). Neste sentido, a política criminal constituiu-se em um tema saliente na competição eleitoral e a formulação de políticas públicas tornou-se profundamente politizada e populista. O populismo das políticas penais promove a desqualificação dos profissionais especializados e invoca a autoridade da população, do senso comum e das vítimas.

Esse vínculo entre medo do crime e o populismo penal guarda uma conexão com a discussão realizada no capítulo anterior sobre o fenômeno do populismo autoritário, descrito por Norris e Inglehart (2019). Dentre as características do populismo, Norris e Inglehart (2019) apontam que: o populismo desafia a autoridade legítima do ‘*establishment*’, questionando o poder das autoridades do Estados. Os alvos favoritos incluem: a mídia (pelas *fake news*); as eleições (ditas como fraudulentas); os partidos políticos; os burocratas do setor público; os juízes; os serviços de inteligência; intelectuais e cientistas; a constituição; as organizações internacionais. O populismo reivindica que os membros do *establishment* são arrogantes nos seus julgamentos e moralmente errados nos seus valores principais. Os líderes populistas reivindicam que a única fonte de autoridade política e moral vem do povo⁹⁷.

Nesta perspectiva, os valores autoritários enfatizam a importância da conformidade, da segurança e da lealdade, em uma forte associação entre autoritarismo e conservadorismo

⁹⁷ “The voice of ordinary citizens (the ‘silent majority’, the forgotten American) is regarded as the only ‘genuine’ form of democratic governance even when at odds with expert judgments” (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 5).

social. Os líderes populistas autoritários enfatizam as ansiedades públicas oriundas de incidentes violentos e justificam políticas duras de lei e ordem. É possível perceber que embora o populismo penal já esteja presente há décadas na agenda pública, o populismo autoritário reconfigurou e amplificou este processo.

No contexto latino-americano, o medo do crime, juntamente com a desconfiança nas instituições, pode ter uma influência no retorno de práticas e discursos autoritários. Deste modo, a busca pela ordem e segurança caminha lado-a-lado com menos garantias aos cidadãos e aumento da presença militar (DAMMERT, 2012). O incremento das taxas de criminalidade e da insegurança pode contribuir para que as pessoas demandem do governo o emprego de estratégias não democráticas para o combate ao crime, sacrificando assim as liberdades civis e os direitos humanos para aumentar a segurança (FERNANDEZ; KUENZI, 2010).

3.3 HIPÓTESE DA PESQUISA

Por fim, destaco as hipóteses de pesquisa, as quais contemplam formulações específicas para os efeitos do medo do crime e da vitimização na legitimidade democrática na América Latina. As hipóteses abordam assim três mecanismos causais apresentados anteriormente: *ineficiência da polícia e do sistema de justiça criminal (H.1.1)*, *o populismo penal (H.1.2)* e *a dinâmica da participação política (H.1.3)*, os quais serão analisados por meio de modelos de equações estruturais⁹⁸.

As hipóteses também consideram os fatores contextuais dos países a partir de quatro aspectos principais: a taxa de homicídios do país (*H.2*); o grau de estabilidade e ausência violência política (*H.3*); a estrutura social dos países (IDH e Taxa de desemprego entre os jovens) (*H.4*); indicadores de democracia do país (Polity IV e V-Dem⁹⁹) (*H.5*). Cabe ainda observar que a seleção de informações observou os indicadores já utilizados por Carreras (2013) e Fernandez e Kuenzi (2010), no entanto, buscou-se, também, aprofundar em aspectos não contemplados nestes estudos (como a taxa de homicídios, estabilidade e ausência de violência política e desemprego entre os jovens). Em comum, os dois estudos consideraram algum

⁹⁸ O modelo de equação estrutural é uma técnica estatística de análise multivariada que combina regressão e análise fatorial. Assim, a técnica possibilita estimar os efeitos diretos e indiretos das variáveis explicativas sobre as variáveis respostas em uma interface gráfica (ALEXANDRE; NEVES, 2018).

⁹⁹ O Varieties of Democracy - V-Dem contempla cinco indicadores de democracia: eleitoral, liberal, participativa, deliberativa e igualitária e “parte de uma visão multidimensional de democracia, admitindo que as diferentes definições desse regime político podem ser igualmente relevantes” (CASALECCHI, 2018, p. 35). É baseado em surveys realizados entre especialistas e estudiosos que são solicitados a responderem questões sobre diferentes indicadores do seu país.

indicador de democracia do país. Estas hipóteses serão analisadas por meio da análise multinível.

H1 – A vitimização e o medo do crime contribuem para o declínio da legitimidade democrática na América Latina, no entanto, este efeito ocorre por meio de mecanismos causais distintos;

H1.1 – A vitimização afeta a legitimidade democrática em decorrência da experiência concreta em relação à determinadas instituições (atendimento às vítimas pela polícia; desconfiança na polícia; julgamento justo pelos tribunais); ---- Mecanismos causais;

H1.2 – O medo do crime afeta a legitimidade democrática pelo fortalecimento de atitudes autoritárias que estão conectadas com o populismo penal (apoio aos golpes militares em caso de criminalidade); ----- Mecanismos causais;

H1.3 – A vitimização contribui para um maior engajamento comunitário e ao mesmo tempo fomenta o declínio no comparecimento eleitoral, o que teria consequências para a legitimidade democrática; (frequência em reuniões de associações de bairro, participação em protesto político, voto nas últimas eleições presidenciais) --- Mecanismos causais;

H2 – A taxa de homicídios do país não interfere diretamente na legitimidade democrática, mas sim a partir de interações *cross level* entre o nível micro e macro; ----- Efeito contextual – *violência*;

Em decorrência do nível de agregação do dado referente à taxa de homicídios, este efeito é analisado a partir da interação com a variável vitimização, considerando que esta variável está relacionada às experiências concretas e ao local de origem dos indivíduos.

H3 – O efeito vitimização na legitimidade democrática é reduzido em contextos de maior estabilidade política e ausência de violência; ----- Efeito contextual – *violência política*;

O indicador estabilidade política e ausência de violência, desenvolvido pelo Banco Mundial, mensura as percepções sobre a frequência da instabilidade política e da violência

politicamente motivada¹⁰⁰. Trata-se de um indicador que contempla aspectos como: intensidade de conflitos armados, manifestações violentas, escala de terror político, conflitos internos, conflitos étnicos, guerra civil e terrorismo. A definição de terrorismo considera o uso de violência para a promoção de causas políticas, bem como táticas usadas pelo crime organizado com fins lucrativos. A escolha deste indicador possui como objetivo conectar a questão da violência com aspectos políticos.

H4 – O efeito da vitimização e o medo do crime são intensificados em contextos de maior desemprego entre os jovens, o que ocorre pela interação *cross level* da vitimização e do medo do crime com o desemprego; ---- Efeito contextual – *estrutura social e econômica*;

Dammert (2012) salienta que variáveis como altos níveis de desigualdade de renda, significativos níveis de jovens desempregados, são importantes para compreender a insegurança na América Latina. O aumento da participação dos jovens no crime é uma tendência da região, sendo assim oportuno incluir uma variável que contemple os jovens e também vincule as mudanças econômicas nos países.

H5 – Os efeitos da vitimização e do medo do crime na legitimidade democrática são mais acentuados em contextos de democracias menos consolidadas; ---- Efeito contextual – *indicadores de democracia*.

Nesta hipótese destaca-se que as democracias menos consolidadas tenderiam a serem mais impactadas pela violência, o que remete à ideia da transição democrática analisada para LaFree e Tseloni (2006). Pretende-se assim aprofundar as análises de Carreras (2013) para um conjunto maior de países latino-americanos, o qual destacou a importância do nível de democracia (Polity IV) do país para o incremento do apoio político. Além disso, a análise também agregará outro indicador de democracia, o V-Dem, já empregado em estudos sobre legitimidade democrática (CASALECCHI, 2018; CLAASSEN, 2020), mas não em trabalhos sobre violência e democracia.

¹⁰⁰ Seguem as fontes utilizadas pelo Banco Mundial para a elaboração do indicador: Economist Intelligence Unit Riskwire & Democracy Index, Cingranelli Richards Human Rights Database and Political Terror Scale, IJET Country Security Risk Ratings, Institutional Profiles Database, Political Risk Services International Country Risk Guide, WCY Institute for Management and Development World Competitiveness Yearbook, World Justice Project Rule of Law Index, Global Insight Business Conditions and Risk Indicators. Informações disponíveis em: <http://info.worldbank.org/governance/wgi/pdf/pv.pdf>

Considerando a discussão realizada neste capítulo e as hipóteses formuladas, serão apresentadas no próximo capítulo as análises para os países latino-americanos a partir dos dados de duas ondas do Barômetro das Américas – Lapop de 2016/2017 e 2018/2019, com enfoque na concepção multidimensional de legitimidade democrática.

*Soy, soy lo que dejaron
Soy toda la sobra de lo que se robaron
Un pueblo escondido en la cima
Mi piel es de cuero, por eso aguanta cualquier clima*

(...)

*El sol que nace y el día que muere
Con los mejores atardeceres
Soy el desarrollo en carne viva
Un discurso político sin saliva*

*Las caras más bonitas que he conocido
Soy la fotografía de un desaparecido
La sangre dentro de tus venas
Soy un pedazo de tierra que vale la pena*

(...)

*Soy lo que me enseñó mi padre
El que no quiere a su patria, no quiere a su madre
Soy América Latina
Un pueblo sin piernas, pero que camina, ¡oye!*

*Tú no puedes comprar al viento
Tú no puedes comprar al sol
Tú no puedes comprar la lluvia
Tú no puedes comprar el calor*

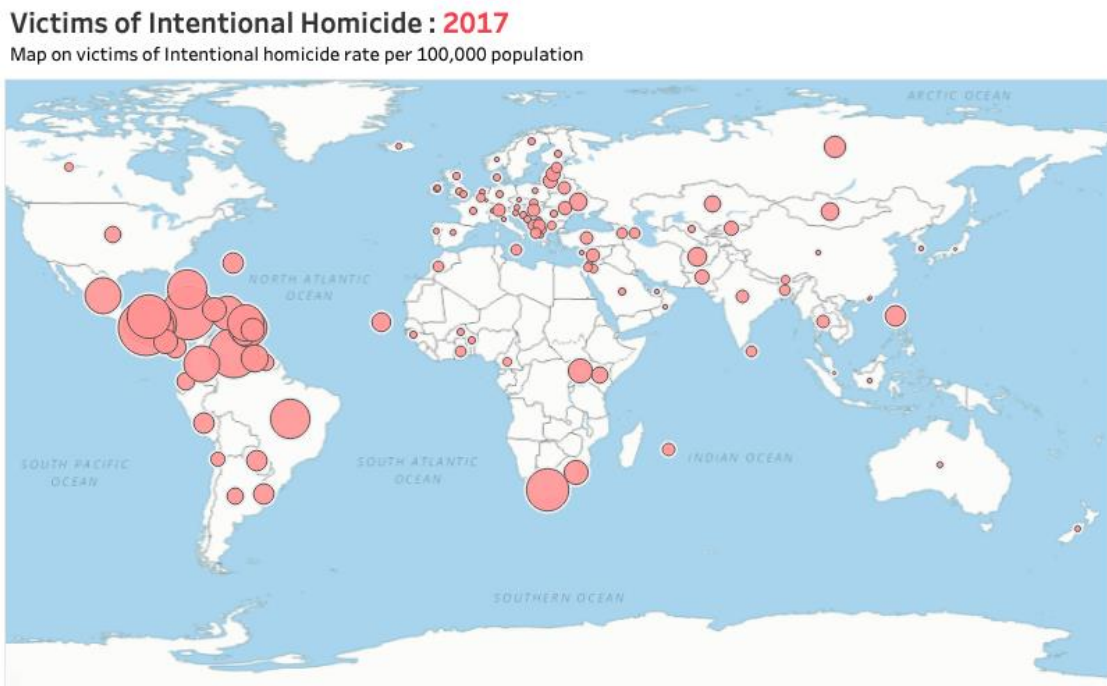
*Tú no puedes comprar las nubes
Tú no puedes comprar los colores
Tú no puedes comprar mi alegría
Tú no puedes comprar mis dolores*

(Latinoamérica, Calle 13)

4 VIOLÊNCIA E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA: EXPLICITANDO OS FATORES CONTEXTUAIS NA AMÉRICA LATINA

De acordo com o “*Global Study on Homicide*”, realizado pela *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC), em 2017 a média global da taxa de homicídios foi de 6,1 vítimas por 100.000 habitantes, sendo a média nas Américas (17,2) a mais elevada em comparação com os demais continentes, alcançando assim o maior percentual desde o início dos anos 1990. Em contraste, a taxa europeia em 2017 foi de 3 homicídios por 100.000 habitantes, a qual tem decrescido 63% desde 2002. Os homens¹⁰¹ jovens de 15 a 29 anos são, desproporcionalmente, mais afetados pelos homicídios nas Américas do que em outras partes do mundo, com uma taxa de 64 por 100.00 habitantes (UNODC, 2019). A figura 4 possibilita identificar a concentração dos homicídios na América Latina, com destaque para os países da América Central.

Figura 4 - Mapa das taxas globais de homicídios em 2017 (UNODC)



Fonte: United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC)

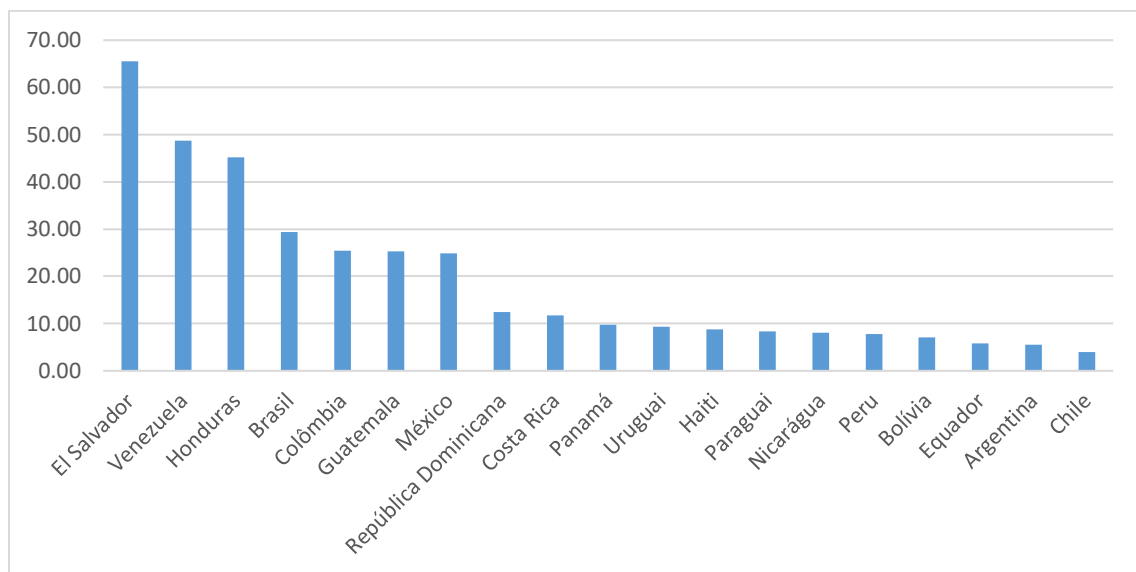
Disponível em: <https://dataunodc.un.org/content/homicide-rate-option-2>

¹⁰¹ “Homicides involving men tend to be affected to a greater extent by sociopolitical developments, drug markets and other volatile factors that cause spikes in killings. Homicides involving women tend to be determined by long-term issues such as gender roles, social norms, the status of women in society, discrimination and gender equality. Since these factors are less volatile, the rate at which women are killed tends to be more stable” (UNODC, 2019, p. 24–25).

4.1 FATORES CONTEXTUAIS NA AMÉRICA LATINA

No que se refere à violência na América Latina, as taxas de homicídios no período de 2016 a 2018 sinalizam a existência de um grande contraste entre países, pois um grupo de países como El Salvador, Venezuela, Honduras e Brasil apresenta médias móveis das taxas de homicídios¹⁰² muito elevadas (acima de 25 homicídios por 100.000 habitantes). Em contrapartida, outro grupo de países possui médias abaixo de 10 homicídios por 100.000 habitantes: Chile, Argentina, Equador, Bolívia, Peru, Nicarágua, Paraguai, Haiti, Uruguai e Panamá. A média móvel foi calculada com o intuito de identificar de modo mais preciso as tendências das taxas de homicídios e superar lacunas na disponibilidade de dados atualizados de alguns países.

Gráfico 1 - Média móvel da taxa de homicídios de 2016-2018 para a América Latina



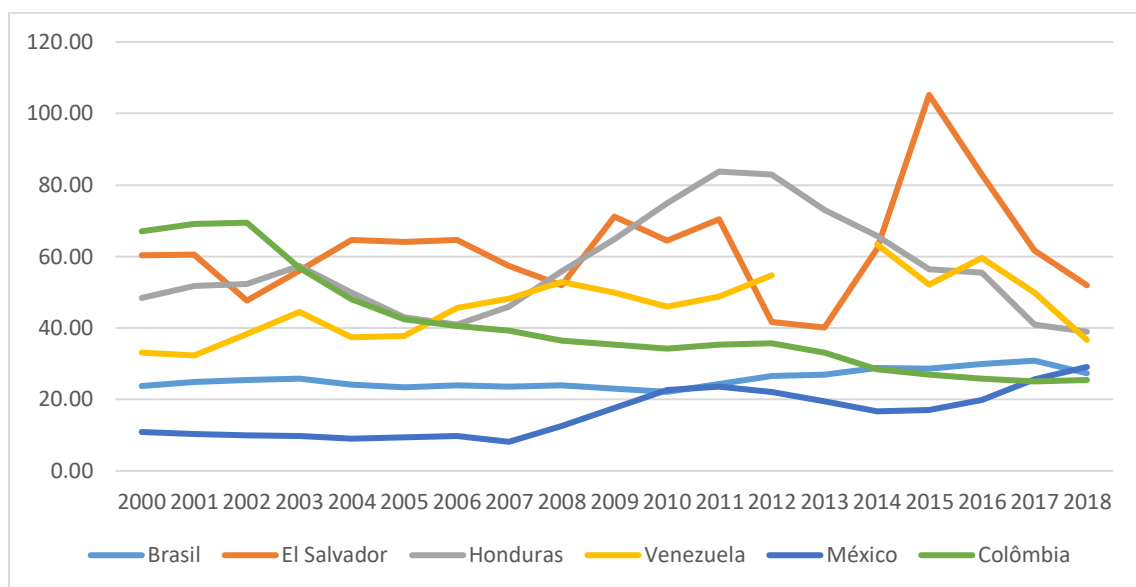
Elaboração da autora a partir de dados do United Nations Office on Drugs and Crime

Conforme o *gráfico 2*, no período de 2000 a 2018, o Brasil apresentou uma constante taxa elevada, com a média de 25,64. O valor máximo atingido ocorreu em 2017, com 30,83 homicídios por 100.000 habitantes. Em 2015, El Salvador apresentou a taxa de 105,23, o que representa a maior taxa identificada nos países latino-americanos. Já em 2018, a taxa declinou

¹⁰² A média móvel foi calculada pela soma e divisão das taxas de homicídios dos anos de 2016, 2017 e 2018, com exceção dos casos da Bolívia, Nicarágua e Peru, nos quais foram considerados os três últimos anos dos dados disponíveis.

consideravelmente passando para 52,02, no entanto, ainda assim, o país permaneceu com a taxa mais elevada da região. A Colômbia, por sua vez, apresentou um declínio constante nas taxas, passando de 69,45 em 2002, para 25,34 em 2018. Nos países da América Central, Guatemala, El Salvador e Honduras, as taxas de homicídios são semelhantes ao número de assassinatos que ocorreram nestes países durante as guerras civis e ditaduras (DAMMERT; TOBAR, 2018).

Gráfico 2 - Taxa de homicídios de 2000 a 2018 nos países de maiores taxas da América Latina

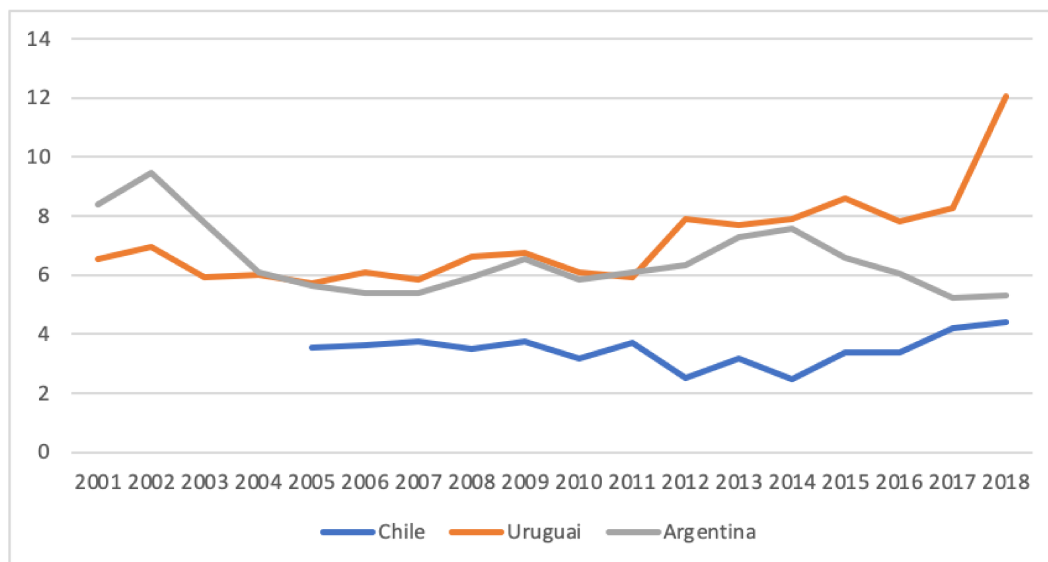


Fonte: United Nations Office on Drugs and Crime

Mesmo entre os países com as taxas de homicídios mais baixas na América Latina, alguns aspectos merecem ser salientados, os quais também apontam para a centralidade da violência e do medo do crime nestes contextos. Neste sentido, obtém destaque o caso uruguaio, país no qual ocorreu um aumento da taxa de homicídios que passou de 8,26 em 2017 para 12,06 em 2018, o que significou o maior número alcançado pelo país na série histórica (2001-2018). O Chile apresenta uma constante baixa taxa de homicídios, a qual é semelhante à média europeia, o que não significa que a questão da insegurança não seja importante haja vista a relevância que as pesquisas de vitimização possuem no país¹⁰³.

¹⁰³ Apenas dois países realizam pesquisas de vitimização de modo constante na América Latina: México e Chile. No caso chileno, conduzida pelo *Instituto Nacional de Estadísticas - INE*, a *Encuesta Nacional de Seguridad Ciudadana - ENUSC* foi realizada pela primeira vez em 2003 e desde 2005 possui periodicidade anual. No caso mexicano, a *Encuesta Nacional Sobre Inseguridad (ENSI)* tem sido realizada desde 2002 e surge da inexistência de instrumentos ou registros oficiais confiáveis, país no qual as cifras ocultas possuem proporções consideráveis (INE, 2011).

Gráfico 3 - Taxa de homicídios no período de 2001 a 2018 em países de baixas taxas da América Latina



Fonte: United Nations Office on Drugs and Crime

Disponível em: <https://dataunodc.un.org/content/data/homicide/homicide-rate>

As tabelas 1 e 2 apresentam os indicadores vinculados aos fatores contextuais dos países a partir dos quatro aspectos principais que serão considerados na análise multinível: 1) a média móvel da taxa de homicídios do país; 2) o grau de estabilidade e ausência de violência política; 3) a estrutura social dos países (IDH e Taxa de desemprego entre os jovens); 4) e os indicadores de democracia do país (Polity IV e V-Dem).

No que diz respeito à estrutural social dos países, os maiores IDHs são encontrados no Chile, Argentina e Uruguai, em contrapartida os índices mais baixos são observados no Haiti, Honduras e Guatemala. Os percentuais mais baixos de desemprego entre jovens, situados abaixo de 8% da população, foram observados na Guatemala, Bolívia e México. Por sua vez, os percentuais mais elevados de desemprego (acima de 25%), são observados no Haiti, Brasil, Uruguai e Costa Rica. Chama atenção o caso uruguaio, que figura entre os países com melhor IDH, indicadores de democracia e, ao mesmo tempo, possui valores elevados de desemprego. Convém destacar a relação entre desemprego entre os jovens e homicídios: “UNODC analysis and other studies have found a link between youth unemployment and levels of violence and homicide, particularly against a backdrop of violence perpetrated by street gangs and organized crime groups” (UNODC, 2019, p. 26).

O Polity IV¹⁰⁴ apresenta pouca (quase nenhuma) variação entre os países no período de 2016 a 2018, com exceção da Venezuela que declinou de 4 para -3. Seguindo a classificação do indicador, que considera os países entre -10 a 0 como autocráticos; 1 a 9 em transição; e 10 como totalmente democrático, são enquadrados como totalmente democráticos Chile, Costa Rica e Uruguai. Com exceção da Venezuela, os demais países são enquadrados como em transição democrática. Dentre as críticas ao Polity IV, está justamente a dificuldade em desenvolver uma definição positiva de democracia, pois não haveria como estabelecer quando um país se torna efetivamente democrático (CASALECCHI, 2018).

Tabela 1 - Indicadores países latino-americanos (2016-2018)

País	Ano	IDH	Desemprego entre jovens	Média Móvel da Taxa de Homicídios	Polity IV
Argentina	2016	0.839	21.71	5.05	9
Argentina	2018	0.842	24.01	5.52	9
Bolívia	2016	0.702	6.84	7.06	7
Bolívia	2018	0.714	6.81	7.06	7
Brasil	2016	0.758	26.92	29.11	8
Brasil	2018	0.762	28.27	29.36	8
Chile	2016	0.845	16.02	3.07	10
Chile	2018	0.849	18.22	3.99	10
Colômbia	2016	0.760	17.52	27.02	7
Colômbia	2018	0.764	18.58	25.37	7
Costa Rica	2016	0.801	22.12	11.08	10
Costa Rica	2018	0.808	25.88	11.75	10
El Salvador	2016	0.671	9.66	83.51	8
El Salvador	2018	0.670	9.45	65.58	8
Equador	2016	0.758	10.34	6.85	5
Equador	2018	0.762	7.93	5.81	5
Guatemala	2016	0.653	5.62	29.35	8
Guatemala	2018	0.657	4.89	25.28	8
Haiti	2016	0.500	30.57	9.60	-
Haiti	2018	0.508	30.01	8.73	5
Honduras	2016	0.626	12.75	59.27	7
Honduras	2018	0.633	10.64	45.15	7
México	2016	0.768	7.61	17.86	8
México	2018	0.776	6.82	24.90	8
Nicarágua	2016	0.657	7.57	8.05	6
Nicarágua	2018	0.659	10.32	8.05	6

¹⁰⁴ A partir das diferentes medidas, são criadas duas escalas que variam de 0 a 10: a de democracia institucionalizada e a de autocracia institucionalizada. Mediante a soma das suas escalas, cria-se uma nova medida que varia de -10 a 10 e proporciona um índice final que vai da condição mais autoritária (-10) até a mais democrática (+10) (CASALECCHI, 2018).

Panamá	2016	0.805	8.29	12.46	9
Panamá	2018	0.812	10.39	9.69	9
Paraguai	2016	0.722	11.44	9.28	9
Paraguai	2018	0.727	10.65	8.30	9
Peru	2016	0.765	8.71	7.38	9
Peru	2018	0.771	8.56	7.72	9
República Dominicana	2016	0.743	16.84	17.68	7
República Dominicana	2018	0.751	13.38	12.39	7
Uruguai	2016	0.810	23.88	8.10	10
Uruguai	2018	0.816	26.32	9.38	10
Venezuela	2016	0.759	16.34	58.31	4
Venezuela	2018	0.733	16.31	48.71	-3

Fonte: Human Development Report; The World Bank Data; United Nations Office on Drug and Crime; V-Dem / Sistematização da autora.

Os indicadores do V-Dem selecionados na pesquisa contemplam três aspectos: eleitoral, liberal e o participativo. O *índice de democracia eleitoral* considera o sufrágio como extensivo, além de eleições sem irregularidades, organizações civis e políticas podem operar livremente, liberdade de expressão e mídia independente. Trata-se de um indicador que capta elementos da definição de poliarquia¹⁰⁵ em Dahl. O *índice de democracia liberal* enfatiza a importância de proteger os direitos individuais e de minorias contra as violações do Estado, o que seria alcançado pela proteção constitucional das liberdades civis, fortalecimento do *rule of law* e de um judiciário independente. Já o *índice de democracia participativa* enfatiza a participação ativa dos cidadãos no processo político eleitoral e não eleitoral. Deste modo, o índice contempla o engajamento em organizações sociais e democracia direta (V-DEM, 2019). Os índices do V-Dem variam do baixo (0) para o alto (1).

Na América Latina, a média do índice de democracia eleitoral é a mais elevada entre os indicadores do V-Dem com 0,642, já a média do índice de democracia participativa é a mais baixa com 0,429, o que aponta para as diferenciações entre as dimensões da democracia analisadas pelo V-Dem, sendo as dimensões liberal e participativa mais frágeis. Diferentemente do Polity IV, os índices do V-Dem apresentam oscilações no período de 2016 a 2018 e a grande maioria dos países latino-americanos apresentou um retrocesso nas três dimensões da

¹⁰⁵ “As poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública” (DAHL, 2005, p. 31). Dentre as condições para a poliarquia estão: 1) Liberdade de formar e participar de organizações; 2) Liberdade de expressão; 3) Direito de voto; 4) Direito de líderes políticos disputarem apoio; 5) Fontes alternativas de informação; 6) Eleições livres e limpas; 7) Instituições para fazer as políticas governamentais dependerem de votos e outras expressões de preferência.

democracia. Apenas Argentina, Colômbia, Equador, Haiti, México e Peru apresentaram acréscimos nos índices. Em geral, Chile, Uruguai e Costa Rica apresentam os índices mais elevados, tendo em vista que estes países foram precursores no processo democrático na América Latina (CASALECCHI, 2018).

Dentre os indicadores dos países analisados, os maiores desvios-padrão são encontrados na média móvel da taxa de homicídios (19,70) e no indicador de estabilidade política e ausência de violência política (19,03). Ou seja, os indicadores que contemplam algum aspecto da violência, apresentam maior heterogeneidade entre os países latino-americanos. Como já destacado no capítulo 3, a estabilidade política e ausência de violência trata-se de um indicador que agrega a violência politicamente motivada, abordando aspectos como: intensidade de conflitos armados, manifestações violentas, escala de terror político, conflitos internos, conflitos étnicos, guerra civil e terrorismo. De acordo com o indicador, os países mais estáveis são o Uruguai, a Costa Rica e o Chile, já os mais instáveis e com maior violência política são a Venezuela, a Nicarágua (em 2018) e a Colômbia.

Tabela 2 - Indicadores países latino-americanos (2016-2018)

País	Ano	Índice de democracia eleitoral (V-Dem)	Índice de democracia liberal	Índice de democracia participativa	Estabilidade política e ausência de violência
Argentina	2016	0.747	0.611	0.501	52.86
Argentina	2018	0.834	0.650	0.557	47.62
Bolívia	2016	0.649	0.405	0.471	36.67
Bolívia	2018	0.587	0.341	0.432	37.14
Brasil	2016	0.847	0.737	0.577	31.90
Brasil	2018	0.737	0.577	0.463	31.9
Chile	2016	0.865	0.815	0.584	60.48
Chile	2018	0.852	0.775	0.569	60.95
Colômbia	2016	0.652	0.533	0.45	16.19
Colômbia	2018	0.680	0.550	0.477	19.52
Costa Rica	2016	0.904	0.857	0.668	67.62
Costa Rica	2018	0.879	0.812	0.648	62.86
El Salvador	2016	0.677	0.495	0.406	42.86
El Salvador	2018	0.641	0.463	0.391	32.86
Equador	2016	0.582	0.3	0.411	44.29
Equador	2018	0.637	0.459	0.456	43.33
Guatemala	2016	0.662	0.493	0.414	25.24
Guatemala	2018	0.615	0.435	0.379	28.57
Haiti	2016	0.402	0.243	0.23	20.95
Haiti	2018	0.451	0.248	0.253	23.33
Honduras	2016	0.451	0.24	0.261	30.48

Honduras	2018	0.366	0.215	0.247	26.67
México	2016	0.68	0.472	0.418	23.81
México	2018	0.725	0.502	0.448	25.71
Nicarágua	2016	0.354	0.134	0.207	43.81
Nicarágua	2018	0.244	0.057	0.155	14.76
Panamá	2016	0.792	0.59	0.519	60.00
Panamá	2018	0.758	0.589	0.478	56.19
Paraguai	2016	0.615	0.438	0.388	50.48
Paraguai	2018	0.587	0.405	0.361	44.29
Peru	2016	0.768	0.629	0.527	38.10
Peru	2018	0.779	0.667	0.577	37.62
República Dominicana	2016	0.54	0.279	0.312	55.24
República Dominicana	2018	0.536	0.277	0.314	48.10
Uruguai	2016	0.866	0.785	0.719	90.00
Uruguai	2018	0.853	0.774	0.698	87.62
Venezuela	2016	0.346	0.143	0.203	13.81
Venezuela	2018	0.232	0.066	0.141	10.00

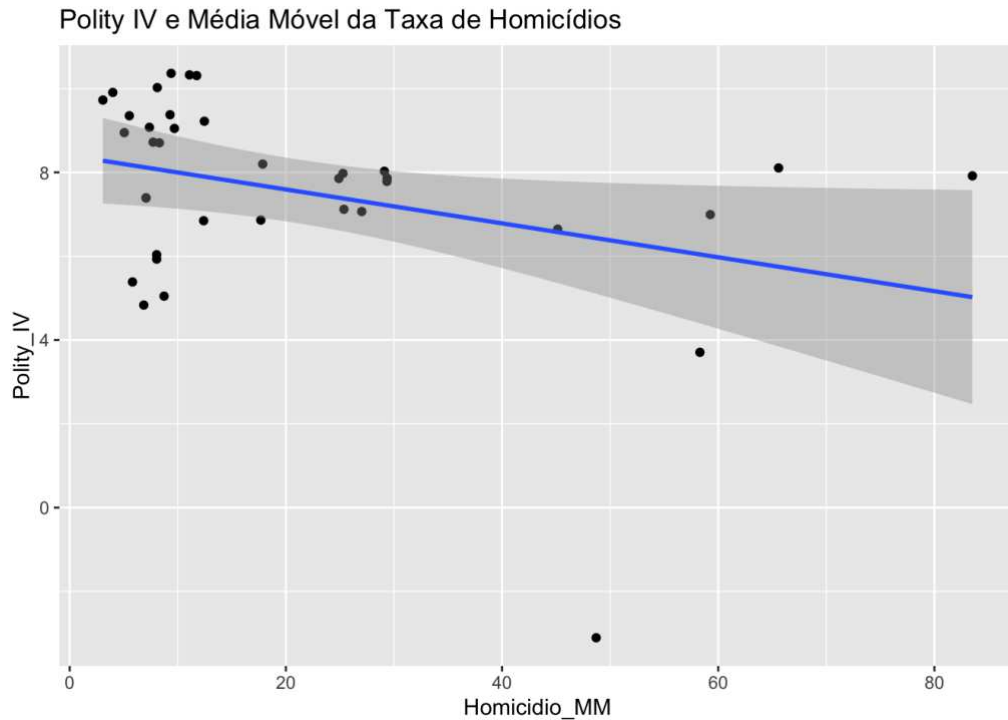
Fonte: V-Dem; Worlwide Governance Indicators World Bank / Sistematização da autora.

Cabe salientar que foi realizado um estudo de correlações entre os indicadores de democracia Polity_IV e V-Dem para os 19 países da América Latina no período de 2016 e 2018 com a média móvel da taxa de homicídios. O objetivo foi identificar se havia um efeito negativo dos homicídios nestes indicadores de democracia. No caso do Polity IV ocorreu uma correlação negativa (-0,337) com a média móvel da taxa de homicídios, o que também ocorreu para os índices do V-Dem: Índice de Democracia Eleitoral (-0,315), Índice de Democracia Liberal (-0,294) e Índice de Democracia Participativa (-0,369). Em síntese, pode-se destacar a influência das taxas de homicídios no declínio dos indicadores de democracia.

Para aprofundar nestes resultados, foram realizados testes de regressão linear para o Polity IV, Indicadores do V-Dem e a média móvel da taxa de homicídios. No caso do Polity IV, os resultados¹⁰⁶ observados foram significativos ($p < 0,05$) sendo que cada aumento na unidade da média móvel de homicídios representa uma redução de -0,040 no indicador. Ou seja, uma taxa de 30 homicídios por 100.000 habitantes (semelhante ao caso brasileiro) implicaria em uma redução de -1,2 no Polity IV.

Gráfico 4 – Polity IV e Média Móvel da Taxa de Homicídios

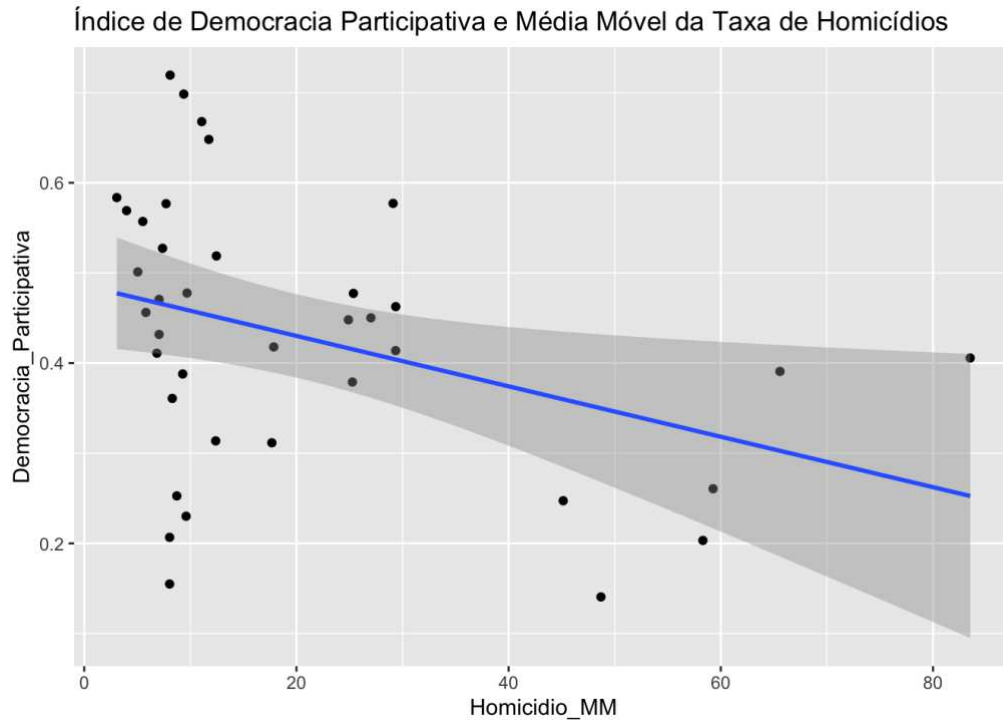
¹⁰⁶ O modelo explica 11% da variância do Polity IV, os resultados completos estão em anexo.



Para os indicadores do V-Dem também foi realizada a regressão linear, sendo significativo ($p < 0,05$) o resultado apenas para o Índice de Democracia Participativa, o que aponta para as maiores consequências dos homicídios na dimensão participativa da democracia. Assim, cada aumento na unidade da média móvel da taxa de homicídios implica em uma redução de $-0,003$ no indicador do V-Dem, o que também pode ser melhor visualizado no gráfico. Vale mencionar ainda que a média móvel da taxa de homicídios explica 13,6% da variância do modelo¹⁰⁷. A próxima seção abordará a metodologia empregada, o *survey* utilizado e a apresentação geral das variáveis dos modelos.

Gráfico 5 – Índice de democracia participativa e média móvel da taxa de homicídios

¹⁰⁷ Os modelos completos estão no anexo referente à Análise dos Dados para a América Latina.



4.2 A ANÁLISE MULTINÍVEL: SURVEY, METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DOS MODELOS

Para analisar a influência da vitimização e o medo do crime no declínio da legitimidade democrática na América Latina foram utilizados dados do Barômetro das Américas conduzido pelo *Latin American Public Opinion Project – Lapop*¹⁰⁸, vinculado a *Vanderbilt University*. O Lapop conduz pesquisas de opinião regulares sobre valores democráticos, comportamentos e condições socioeconômicas nos países da América Latina, Canadá e Estados Unidos desde 2004¹⁰⁹. Em 2016, a pesquisa de opinião foi conduzida em 29 países, totalizando 43.000 entrevistas, já em 2018 o estudo foi realizado em 20 países com 31.050 entrevistados. As amostras dos países utilizam o *design* probabilístico com vários estágios e são estratificadas pelas principais regiões do país, tamanho do município e áreas urbanas e rurais dentro dos municípios (LAPOP, 2019). Ressalta-se que o *survey* possui questões sobre vitimização e medo

¹⁰⁸ Fonte: The AmericasBarometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), www.LapopSurveys.org. Agradeço ao Latin American Public Opinion Project (LAPOP) e seus apoiadores por tornarem os dados disponíveis.

¹⁰⁹“In 2004, the first round of Americas Barometer surveys was implemented with eleven participating countries; the second took place in 2006 and incorporated 22 countries throughout the hemisphere. In 2008, 23 countries throughout the Americas were included, and over 36,000 individuals. In 2010, 26 countries were surveyed, involving over 43,000 interviews. In 2012, 26 countries were included again, and over 41,000 surveys were carried out. The 2014 round includes surveys conducted in 28 countries across the Americas and more than 50,000 interviews”. Fonte: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/about.php> Acesso em 12 fev. 2021.

do crime, assim como as questões vinculadas à abordagem multidimensional da legitimidade democrática.

A vitimização tem sido constantemente abordada no *survey* a partir da questão “*o(a) sr./sra. foi vítima de algum tipo de crime nos últimos doze meses? Ou seja, você foi vítima de agressão física, assalto, roubo, sequestro relâmpago, fraude, chantagem, extorsão, ameaças violentas ou qualquer outro tipo de crime nos últimos doze meses?*”. Esta questão discorre sobre a vitimização direta, ou seja, quando a própria pessoa entrevistada é vítima do crime, não contemplando a vitimização indireta (quando outro familiar é vítima). Vale destacar que outras questões mais específicas sobre vitimização tais como: frequência da vitimização nos últimos 12 meses, ocorrência de assassinatos no bairro, frequência dos assassinatos no bairro foram aplicadas nas baterias de 2016 e 2018 para apenas alguns países específicos¹¹⁰.

A questão sobre medo do crime, é formulada como: “*Falando do lugar ou bairro onde o(a) sr./sra. vive, e pensando na possibilidade de ser vítima de um assalto ou roubo, o(a) sr./sra. se sente muito seguro(a), pouco seguro(a), pouco in seguro(a) ou muito in seguro(a)?*”. Já questões que envolvem mudança de comportamento em decorrência do medo de ser vítima do crime (tais como: evitar comprar determinadas coisas, limitar os locais que frequenta, evitar que os filhos frequentem a escola, mudança de trabalho ou local de estudo), foram realizadas apenas em El Salvador e Honduras¹¹¹ na onda de 2018.

Farral, Jackson e Gray (2009) apontam que os *surveys* normalmente perguntam “se as pessoas estão muito, pouco ou nenhum pouco preocupadas em se tornarem vítimas” faltando clareza sobre *o quê* está sendo mensurado, bem como não perguntam sobre a frequência, quando ou *no quê* tais preocupações afetam a vida cotidiana. Esta é uma limitação da abordagem do Lapop, pois usualmente nos países com as taxas de homicídios mais elevadas são realizadas questões sobre as mudanças de comportamento em decorrência do medo. No entanto, considera-se que também pode ser relevante para o desenvolvimento de outras pesquisas, a existência de um conjunto mais amplo deste tipo de questões para a totalidade dos países latino-americanos em uma série temporal, visto que o fenômeno do medo do crime está conectado com à magnitude da violência, assim como com outros fenômenos sociais e políticos.

¹¹⁰ Em 2016, nos questionários do Lapop aplicados na Venezuela, Brasil, México, El Salvador, Guatemala e Honduras foram incluídas as seguintes questões por conta das altas taxas de homicídios: Ocorreram assassinatos no lugar ou bairro onde o(a) sr./sra. vive nos últimos 12 meses?; Pensando na sua vida diária, quanto medo o(a) sr(a) sente de ser vítima de homicídio?; Na sua opinião, quem deveria liderar o esforço para reduzir os homicídios neste país?; Na sua opinião, para reduzir os homicídios neste país, mais importante que o governo invista em medidas de prevenção ou aumente as punições para os bandidos?

¹¹¹ Parte destas questões também foram realizadas no Peru, Guatemala e Nicarágua.

Entretanto, convém destacar que no contexto latino-americano existe uma carência grande de pesquisas de vitimização, ainda mais pesquisas que tornem possível uma análise comparada entre os países e agreguem ainda questões sobre legitimidade democrática e outros aspectos políticos. Na região, os dados agregados de vitimização são proporcionados pelas pesquisas de opinião como Latinobarômetro e o Barômetro das Américas (Lapop), todavia, Lapop e Latinobarômetro possuem metodologias diferenciadas, bem como modos distintos de perguntar sobre medo do crime e vitimização, o que dificulta uma análise comparativa em geral (DAMMERT; TOBAR, 2018). Ciente das limitações do Lapop para as questões referentes ao medo do crime, ainda se trata do survey mais completo e apropriado para tratar dos objetivos da pesquisa nos países da América Latina.

A análise multinível é realizada no *software* livre R¹¹², por meio do pacote *multilevel*¹¹³. Assim sendo, a lógica subjacente aos modelos multinível consiste em considerar que indivíduos pertencentes a um mesmo grupo estão submetidos a influências semelhantes, deste modo, “*the individuals and the social groups are conceptualized as a hierarchical system of individuals nested within groups, with individuals and groups defined at separate levels of this hierarchical systems*” (HOX; MOERBEEK; SCHOOT, 2018, p. 1).

O banco de nível 1 agregou dados do Lapop 2016 e 2018 para dezessete países da América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. Haiti e Venezuela foram excluídos desta etapa da pesquisa, pois o Lapop não foi realizado em 2018 nestes países.

Nas variáveis independentes foram considerados os seguintes indicadores: vitimização, sentimento de insegurança, confiança interpessoal, avaliação da situação econômica do país, avaliação do indivíduo de sua própria situação econômica. Dentre as variáveis de controle, estão: sexo, idade por faixas etárias, escolaridade, raça e região de residência. O *quadro 7* apresenta uma síntese das variáveis utilizadas e a respectiva codificação. O processo de elaboração dos índices que compõem as variáveis dependentes será abordado no próximo capítulo.

¹¹² R Core Team (2020). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL <https://www.R-project.org/>.

¹¹³ “*The multilevel package provides (a) tools to estimate a variety of within-group agreement and reliability measures, (b) data manipulation functions to facilitate multilevel and longitudinal analyses, and (c) a number of datasets to illustrate concepts*” (BLIESE, 2016, p. 5).

Quadro 7 - Variáveis da pesquisa

	Tipo	Nível	Codificação
Índice de Confiança nas Instituições	Dependente	Micro	Escala de 10 pontos (1-10)
Índice de Apoio Difuso	Dependente	Micro	Escala de 10 pontos (1-10)
Avaliação Econômica Retrospectiva Sociotrópica	Independente	Micro	Binária (1=Pior)
Avaliação Econômica Retrospectiva Egotrópica	Independente	Micro	Binária (1=Pior)
Sentimento de insegurança	Independente	Micro	Binária (1=Inseguro)
Vitimização	Independente	Micro	Binária (1=Vítima)
Confiança Interpessoal	Independente	Micro	Binária (1=não confia)
Sexo	Controle	Micro	Binária (1=mulher)
Faixa Etária	Controle	Micro	Escala de 5 pontos (1-5)
Escolaridade	Controle	Micro	Binária (1=superior)
Raça	Controle	Micro	Binária (1=branco)
Região de Residência	Controle	Micro	Binária (1=urbano)
Média móvel da taxa de homicídios	Independente	Macro	Média Móvel da Taxa de Homicídios por 100.000 habitantes
Estabilidade política e ausência de violência política	Independente	Macro	Ranking percentual, varia de 0 a 100
Taxa de desemprego entre os jovens	Independente	Macro	% do total de força de trabalho de 15-24 anos
Polity IV	Independente	Macro	Escala que varia de -10 (fortemente autocrático) para + 10 (fortemente democrático)
V-Dem - <i>Índice de democracia eleitoral</i>	Independente	Macro	A medida varia do baixo (0) para o alto (1)
V-Dem - <i>Índice de democracia liberal</i>	Independente	Macro	A medida varia do baixo (0) para o alto (1)
V-Dem - <i>Índice de democracia participativa</i>	Independente	Macro	A medida varia do baixo (0) para o alto (1)

Como já mencionado anteriormente, na construção do banco de nível 2 utilizou-se variáveis dos países considerando quatro aspectos principais: a média móvel da taxa de homicídios do país (*H.2*); o grau de estabilidade e ausência violência política (*H.3*); a estrutura social dos países (IDH e Taxa de desemprego entre os jovens) (*H.4*); indicadores de democracia do país (Polity IV e V-Dem).

4.3 ANÁLISE DESCRITIVA

Ao analisar os dados do Lapop no período de 2016-2018 (tabela 3), é possível destacar que um quarto dos latino-americanos já foi vítima de algum crime nos últimos 12 meses, sendo que este percentual apresenta uma variação entre os países, oscilando entre 18% na Nicarágua e em 32% no México e Peru. Por conseguinte, 21,5% dos brasileiros afirmaram ter sido vítimas de crime nos últimos 12 meses, dado próximo à média latino-americana. Em 2017, 2/3 dos brasileiros declararam que ocorreram assassinatos na sua vizinhança nos últimos doze meses, dado superior a países como Venezuela (64,9%), El Salvador (37,4%) e Honduras (32%).

No que diz respeito ao sentimento de insegurança, 47,06% dos latino-americanos sentem-se inseguros, com destaque para os casos da República Dominicana (62%), Peru (57,2%) e Bolívia (56,4%). Os países com sentimento de insegurança mais baixo são Nicarágua (33,6%), Chile (36,9%), Panamá (38,1%) e Costa Rica (38,7%). Já a percepção de piora na situação econômica do indivíduo, é mais destacada na Argentina (56,7%), Honduras (51,4%) e Equador (50,3%), consideravelmente acima da média latino-americana de 40,98%. A percepção da piora da situação econômica do país apresenta valores mais elevados, especialmente na Argentina (74,6%), em Honduras (69%) e no Panamá (69,3%).

Tabela 3 - América Latina - Lapop (2016-2018)

<i>País</i>	Vitimização		Sentimento de insegurança		Percepção da situação econômica individual		Percepção da situação econômica do país	
	<i>Não</i>	<i>Sim</i>	<i>Inseguro</i>	<i>Seguro</i>	<i>Melhor ou igual</i>	<i>Pior</i>	<i>Melhor ou igual</i>	<i>Pior</i>
Argentina	71,6	28,4	47,5	52,5	43,3	56,7	25,4	74,6
Bolívia	71,5	28,5	56,4	43,6	65,8	34,2	58,6	41,4
Brasil	78,5	21,5	48,7	51,3	61,5	38,5	46,6	53,4
Chile	76,8	23,2	36,9	63,1	70,5	29,5	58,2	41,8
Colômbia	75,6	24,4	50,6	49,4	64,4	35,6	40,8	59,2
Costa Rica	77,8	22,2	38,7	61,3	60,9	39,1	33,5	66,5
El Salvador	78,1	21,9	41,2	58,8	56,5	43,5	37,6	62,4
Equador	70,4	29,6	51,7	48,3	49,7	50,3	38,3	63,7
Guatemala	77,9	22,1	50,6	49,4	60,7	39,3	34	66
Honduras	79,5	20,5	40,3	59,7	48,6	51,4	31	69
México	67,6	32,4	49,6	50,4	60,9	39,1	43,8	56,2
Nicarágua	82	18	33,6	66,4	51,4	48,6	42	58
Panamá	81,2	18,8	38,1	61,9	52,8	47,2	30,7	69,3

Paraguai	77,1	22,9	47,4	52,6	59,9	40,1	40,9	59,1
Peru	67,3	32,7	57,6	42,4	69,1	30,9	57,1	42,9
República Dominicana	74,2	25,8	62	38	55	45	43,8	56,2
Uruguai	73,5	26,5	45,6	54,4	67	33	49,4	50,6
América Latina	75,15	24,85	47,06	52,94	59,02	40,98	42,19	57,81

Os estudos específicos sobre medo do crime nos países da América do Sul têm enfocado principalmente nas consequências do sentimento de insegurança do que nas causas do fenômeno, o que em parte poderia ser explicado por uma compreensão que vincula o medo do crime como uma consequência das elevadas taxas de criminalidade (VALENTE; VACCHIANO, 2020). Vale ressaltar ainda que faltam estudos comparativos para os países da América Latina sobre as causas do medo do crime neste contexto, sendo mais usual estudos específicos de um país (ou de uma determinada região) a partir de pesquisas de vitimização pontuais.

De qualquer modo, alguns destes trabalhos apontam para a existência de características próprias do medo do crime entre os países. Na comparação entre Argentina e Brasil, Valente e Macchiano (2020) ressaltam que na Argentina o medo do crime é influenciado também por aspectos não-criminais, constituindo-se em um fenômeno ligado com outras formas de insegurança social. Já no caso brasileiro, a vitimização seria a explicação predominante, seguindo um padrão mais clássico¹¹⁴.

No caso chileno, enquanto as taxas de vitimização permaneceram estáveis no país no período de 2010 a 2015¹¹⁵, o medo do crime apresentou uma tendência inversa. Há um conjunto de hipóteses que têm sido desenvolvidas para explicar o *gap* entre vitimização e o medo no Chile: da importância das políticas neoliberais e a privatização dos serviços públicos, limitando o papel do Estado, e ao modo segregador como as cidades têm crescido no país (DAMMERT; TOBAR, 2018).

Com o intuito de aprofundar na compreensão do medo do crime na América Latina, foi realizado o modelo de regressão logística para a variável sentimento de insegurança (tabela 4). A partir deste estudo, destaca-se que ser vítima de um crime implica em um aumento de

¹¹⁴ “Analysis of the 2017 Latinobarómetro reveals a profound dissimilarity in the nature of the fear of crime in Brazil and Argentina respectively. Brazilian respondents follow a fairly classic pattern, since their worries depend directly on previous experiences of victimization to a greater extent. On the other hand, the perceptions of Argentinian respondents match more closely experiences reported in some European countries, where the fear of crime overlaps with forms of social insecurity and non-criminal factors” (VALENTE; VACCHIANO, 2020, p. 11).

¹¹⁵ De acordo com dados da pesquisa nacional de vitimização do país (DAMMERT; TOBAR, 2018).

110% na probabilidade de sentir-se inseguro. A desconfiança interpessoal, por sua vez, aumenta em 122% a chance de sentir-se inseguro. A percepção de piora na própria situação econômica implica na probabilidade de um aumento de 38% no sentimento de insegurança, o que possibilita identificar a relação do medo do crime com outras inseguranças, como a econômica. Já a piora da situação econômica do país implica na probabilidade de um aumento de 16% no sentimento de insegurança.

Ser mulher aumenta em 40% a chance de sentir-se insegura, o que corrobora o que já vem sendo discutido na literatura do medo do crime desde os estudos precursores, sobre os aspectos de gênero. Ser branco implica em uma redução de -8% no sentimento de insegurança, o que aponta, também, para a importância da questão racial. Possuir ensino superior implica em uma redução de 10% na chance de sentir-se inseguro. Viver em área urbana aumenta em 22% a probabilidade de sentir-se inseguro.

Tabela 4 – Regressão logística binária: Sentimento de insegurança na América Latina

	B	EXP(B)	PROB. (%)
Vitimização	0.742***	2.010	110
Idade faixa etária	0.044***	1.045	4
Sexo	0.339***	1.403	40
Raça	-0.088***	0.915	- 8
Escolaridade	-0.116***	0.890	-10
Urbano	0.200***	1.222	22
Confiança interpessoal (não-confia)	0.800***	2.225	122
Percepção economia indivíduo	0.325***	1.384	38
Percepção economia do país	0.155***	1.168	16
Intercepto	-1.245***	0.288	—

Notas: • $p < 0,1$ * $p < 0,05$ ** $p < 0,01$ *** $p < 0,001$

O resultado da análise de regressão logística mostra que embora a vitimização seja um aspecto relevante para o sentimento de insegurança, ela não consiste no único fator, evidenciando-se atributos individuais (ser mulher, branco), aspectos contextuais (viver em local urbano, desconfiança interpessoal) e econômicos. O próximo capítulo aborda os fatores

contextuais, apresentando os modelos de análise multinível, tratando também dos mecanismos causais que operam na relação entre violência e legitimidade democrática.

5 OS FATORES CONTEXTUAIS E OS MECANISMOS CAUSAIS NA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA

Este capítulo aprofunda principalmente nos fatores contextuais envolvidos na relação entre legitimidade democrática e violência na América Latina, a partir da análise multinível. O capítulo está organizado em quatro partes: 1) Inicialmente é abordado o processo de construção dos índices para a mensuração da legitimidade democrática, assim como a análise descritiva; 2) São apresentados os resultados da análise multinível para o índice de confiança nas instituições; 3) Na sequência, são tratados os resultados para o índice de apoio difuso e as considerações gerais sobre as hipóteses da pesquisa; 4) Por fim, são desenvolvidos os modelos de equações estruturais com o intuito de contemplar, ainda que brevemente, os mecanismos causais discutidos no capítulo 3.

5.1 CONSTRUÇÃO DOS ÍNDICES E ANÁLISE DESCRITIVA

As questões sobre legitimidade democrática são analisadas primeiramente em uma análise fatorial¹¹⁶, com o intuito de agregar as questões em indicadores. Logo, a análise fatorial consiste em um ponto de partida relevante para o emprego de outras técnicas multivariadas (HAIR et al., 2009). Após esta etapa, é realizada a análise multinível com o objetivo de identificar se ocorre, e qual o efeito de diferentes fatores contextuais dos países na relação entre vitimização, medo do crime e legitimidade democrática.

Após o processo de recodificação das variáveis, foi realizada a análise fatorial para elaborar índices com as variáveis de apoio difuso e de confiança nas instituições. O **primeiro fator** agregou as seguintes variáveis: confiança no congresso, confiança nos partidos políticos, confiança no Presidente da República e confiança nas eleições. O **segundo fator**, por sua vez, agregou as seguintes variáveis: respeito às instituições, orgulho do sistema político, apoio ao sistema político e direitos básicos protegidos.

Na sequência, foram agregadas as variáveis do fator 1 e criado o índice de confiança nas instituições (Índiceconf), o qual também foi recodificado para uma escala de 1 a 10, no qual 1 representa a menor confiança nas instituições e 10 a maior confiança. O alpha de cronbach do índice foi de 0.797. Sobre as variáveis do índice de confiança nas instituições, destaca-se que a confiança nas eleições e no presidente apresentam as maiores médias (5.424 e 5.039,

¹¹⁶ Foi realizada análise fatorial com extração oblíqua *promax* limitando a 2 fatores, com o objetivo de elaborar índices com as variáveis de apoio difuso e de confiança nas instituições.

respectivamente), a confiança nos partidos políticos apresenta a média mais baixa (3.834) para os países latino-americanos.

As variáveis do fator 2 também foram agregadas e criado o Índice de apoio difuso (Indicead), sendo que este foi recodificado para uma escala de 1 a 10, na qual 1 representa o valor mais baixo de apoio difuso e 10 o valor mais alto. O alpha de cronbach do índice foi de 0.791. Das variáveis que compõem o índice de apoio difuso, destaca-se que o respeito às instituições e apoio ao sistema político apresentam os valores mais elevados nos países (média de 6.511 e 6.276 respectivamente), já os direitos básicos protegidos apresentam a média mais baixa (3.481). Os resultados descritivos completos estão disponíveis no anexo do capítulo.

É relevante observar que, no contexto latino-americano, Cohen, Lupu e Zechmeister (2017) salientam que o declínio da confiança nas eleições e partidos é um fenômeno difundido. Assim, os/as pesquisadores/as destacam que a democracia na América Latina tem enfrentado um conjunto de desafios, os quais envolvem desde a baixa confiança nas eleições, partidos e lideranças políticas, bem como deficiências na garantia do Estado de direito, liberdades básicas e segurança cidadã.

Ao analisar dados de pesquisa de opinião do início dos anos 90 para o Brasil, Moisés¹¹⁷ (1995) salientou que a insatisfação com o desempenho dos partidos políticos é majoritária e haveria uma tendência nacional de rejeição aos políticos e ao modo de funcionar de algumas instituições. Em contrapartida, “os índices mais altos de confiança referem-se a poucas instituições públicas e privadas que são baseadas em estruturas hierárquicas, como a Igreja e as Forças Armadas” (MOISÉS, 2013, p. 53).

No que diz respeito às propriedades do apoio difuso, Easton (1975) argumenta que este tipo de apoio tende a ser mais durável do que o apoio específico, o que não significa que este nunca mudará ou que não possa flutuar em períodos curtos. Em geral, o nível de apoio difuso será independente dos *outputs* e da performance a curto prazo. No entanto, Easton considera que a relação entre apoio difuso e performance é complexa e necessita ser qualificada. Assim, se o descontentamento com a performance continuar por um longo período, é possível que até vínculos fortes de compromisso possam declinar. Além disso, podem acontecer certos casos

¹¹⁷ No contexto brasileiro, a obra “Os brasileiros e a democracia” (1995) de Álvaro Moisés dedicou-se à formação da legitimidade democrática, enfocando nas transformações políticas na década de 1980 e início dos anos 1990 no país. Moisés procurou identificar quem são os democratas brasileiros, bem como quais são os fatores que influenciam a sua formação de atitudes e opiniões políticas. A dimensão da confiança nas instituições é um dos aspectos importantes contemplados na análise, que retoma a distinção de David Easton entre apoio difuso e apoio específico. A temática da confiança política também é desenvolvida por Moisés em trabalhos posteriores, tornando-o uma das referências na discussão brasileira.

em que uma frustração súbita de expectativas abale lealdades profundas, contribuindo para o declínio acentuado do apoio difuso¹¹⁸.

O apoio difuso não é apenas mais durável, mas também pode ser considerado o mais básico de um modo especial. Logo, enquanto o apoio específico é dirigido às autoridades incumbentes, o apoio difuso é direcionado aos cargos em si mesmos e aos seus ocupantes. De um modo mais geral, o apoio difuso consiste no apoio que liga o regime como um todo e a comunidade política¹¹⁹. Outra propriedade do apoio difuso reside no fato de derivar tipicamente de duas fontes: da infância¹²⁰ e socialização adulta, e da experiência direta. Enquanto o apoio difuso ocorre de forma mais latente e incondicional às instituições do regime, o apoio específico refere-se à aprovação do desempenho de atores políticos específicos do governo (RENNO et al., 2011, p. 9).

A maior parte das pesquisas tem interpretado a conceitualização de Easton sobre apoio difuso e específico como um eixo unidimensional, no qual os diferentes objetos políticos variam do apoio difuso para o específico (TORCAL; MONCAGATTA, 2011). De acordo com essa concepção, é atribuído um nível de especificidade/apoio difuso para cada tipo de objeto, sendo que esta é a visão presente em Norris (1999; 2011), Booth e Seligson (2009).

Os refinamentos mais recentes do entendimento multidimensional do conceito de apoio político foram desenvolvidos por Torcal e Montero, e Dalton (2004) (TORCAL; MONCAGATTA, 2011). Estes autores argumentaram que cada objeto político está sujeito tanto ao apoio difuso quanto ao específico, desse modo, os objetos podem ser tanto difusos quanto específicos e deixam de lado a suposição que cada objeto possui por definição um nível de especificidade/difusão.

Dalton (2004) destaca que Easton contrastou o apoio específico (mais diretamente vinculado às avaliações do objeto político) em relação ao apoio difuso que refletiria as orientações mais generalizadas e afetivas. Em suas formulações, Dalton considera importante

¹¹⁸ “On the one hand, if discontent with perceived performance continues over a long enough time, it may gradually erode even the strongest underlying bonds of attachment. On the other hand, there may be instances, not so rare as they might seem, in which the sudden frustration of expectations can so jolt the deeper loyalties of the members of a system that their diffuse support falls into a precipitous decline” (EASTON, 1975, p. 445).

¹¹⁹ “Whereas specific support is extended only to the incumbent authorities, diffuse support is directed towards offices themselves as well as towards their individual occupants. More than that, diffuse support is support that underlies the regime as a whole and the political community” (EASTON, 1975, p. 445).

¹²⁰ Nesse sentido, vale ressaltar a existência de processos e estruturas para a socialização política: “Numerous processes and structures are brought into play to socialize a child into a political system. But among them the personal aspect of authority looms large as a mechanism. (...) As we might aspect, where agencies of socialization from which child learns, such as family or school, are hostile to the existing authorities, it is probable that he will absorb disaffection rather than supportive attitudes”. (EASTON, 1965, p. 306–307). Convém ainda destacar que Easton desenvolve, posteriormente, uma agenda de pesquisas em torno da socialização política.

diferenciar entre os elementos *afetivos* e *avaliativos* do apoio político ao analisar a opinião pública. Neste sentido, as *avaliações* referem-se aos julgamentos sobre os fenômenos políticos (apoio específico) e as orientações *afetivas* gerais representam à aderência aos valores (apoio difuso).

O *quadro 8* contém as questões típicas de opinião pública para mensurar os níveis de análise do apoio político segundo Dalton¹²¹, como explicitado, cada nível de apoio pode ser tanto difuso quanto específico. Vale mencionar ainda que a confiança nas instituições aparece como vinculadas às orientações afetivas, diferente de boa parte da literatura derivada de Easton que a associa ao apoio específico.

Quadro 8 - O apoio político para Dalton

Nível de análise	Avaliações	Orientações afetivas
<i>Comunidade</i>	Melhor nação para viver	Orgulho nacional Senso de identidade nacional
<i>Regime: Princípios</i>	Democracia como a melhor forma de governo	Valores democráticos
<i>Regime: Normas e procedimentos</i>	Avaliação dos direitos Satisfação com o processo democrático	Direitos políticos Normas do sistema Normas participativas
<i>Regime: Instituições políticas</i>	Julgamentos de performance Resultado das expectativas	Confiança nas instituições Apoio ao partido do governo
<i>Autoridades</i>	Apoio ao voto	Confiança nos políticos em geral Identificação com o partido

Extraído de Dalton, 2004, p. 24.

Portanto, a tese compartilha da interpretação do apoio difuso e específico como um eixo que não é unidimensional, destacando com maior ênfase os elementos constitutivos do apoio difuso e considerando a confiança nas instituições como não restrita ao apoio específico. A *tabela 5* apresenta a mediana e a média dos índices de confiança nas instituições, índice de apoio difuso e da adesão à democracia. O índice de apoio de difuso possui uma média de 5.829,

¹²¹ No entanto, para Torcal, a abordagem de Dalton assume *a priori* um nível de especificidade/difusão para os indicadores no *survey* relacionados a cada objeto político e ressalta ainda que alguns críticos de Dalton argumentam, por sua vez, que o nível de apoio condicional ou incondicional pode ser analisado empiricamente pelo papel de diferentes variáveis (preferências ideológicas, partidárias, satisfação com a performance econômica ou social) na explicação do apoio político para cada objeto.

o que representa valores mais elevados do que àqueles referentes ao índice de confiança nas instituições que possui uma média de 4,8. Neste sentido, é possível destacar que o apoio à democracia em termos gerais possui uma melhor avaliação entre os latino-americanos.

Chama atenção o caso brasileiro que figura com os valores mais baixos para o índice de confiança nas instituições (4.230) e também para o índice de apoio difuso (4.640) - valor este consideravelmente inferior à média dos demais países da região (5.829). Em contrapartida, a adesão à democracia em termos churchilianos, ou seja, da democracia enquanto melhor forma de governo, apresenta um percentual consideravelmente superior (6.673) e próximo à média latino-americana.

Por conseguinte, Cohen *et al* (2021) argumentam que a campanha, a vitória e posse de Bolsonaro produziram mudanças em atitudes políticas, pois a vitória eleitoral de um candidato autoritário pode alimentar a satisfação de curto prazo entre os críticos da democracia ao mesmo tempo em que encoraja a instabilidade futura. Embora eleger autoritários, temporariamente, agrade os cétricos à democracia, isto também alimenta o “reservatório de apoio” às futuras violações da ordem democrática. Em consonância com o modelo termostático de Claassen, os resultados da pesquisa de painel entre os brasileiros ressaltaram que o apoio abstrato à democracia e ao sistema político aumentou entre os perdedores e ganhadores da eleição presidencial.

Ao mesmo tempo em que os eleitores de Bolsonaro expressaram um entusiasmo com a democracia e com o sistema político, a vitória dele os tornou fortes apoiadores de rupturas institucionais que poderiam beneficiar o presidente eleito. Concomitantemente, há cidadãos pró-democracia que podem manter lealdade ao regime mesmo em face à vitória autoritária. De modo consistente com o modelo termostático de apoio à democracia, Cohen *et al* (2021) demonstram que os oponentes são ainda mais comprometidos com as normas democráticas após a derrota nas eleições e a ameaça ao regime democrático.

Tabela 5 - Legitimidade democrática na América Latina (2016-2018)

País	Índice de confiança nas instituições		Índice de apoio difuso		Adesão à democracia (Churchiliana)	
	<i>Mediana</i>	<i>Média</i>	<i>Mediana</i>	<i>Média</i>	<i>Mediana</i>	<i>Média</i>
Argentina	4.643	4.746	6.071	5.821	8.571	7.861
Bolívia	5.357	5.148	6.071	5.923	7.143	6.479
Brasil	3.929	4.230	4.643	4.640	7.143	6.673

Chile	4.643	4.624	5.714	5.403	7.143	7.086
Colômbia	4.286	4.492	6.071	5.848	7.143	6.745
Costa Rica	5.357	5.151	7.143	6.902	8.571	7.607
El Salvador	4.643	4.725	6.071	5.927	7.143	6.655
Equador	5.357	5.246	6.429	6.236	7.143	6.512
Guatemala	4.643	4.626	6.071	6.107	5.714	6.315
Honduras	4.286	4.378	5.714	5.421	5.714	6.170
México	5.000	4.924	6.071	5.944	7.143	6.605
Nicarágua	5.714	5.502	6.786	6.536	7.143	6.569
Panamá	3.929	4.176	5.714	5.654	7.143	6.687
Paraguai	4.643	4.672	5.357	5.408	5.714	6.365
Peru	4.286	4.409	5.714	5.454	7.143	6.399
República Dominicana	5.000	4.954	5.714	5.601	7.143	6.869
Uruguai	5.714	5.801	6.786	6.413	8.571	8.207
América Latina	4.643	4.800	6.071	5.829	7.143	6.802

5.2 VARIÁVEL DEPENDENTE: ÍNDICE DE CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES

As análises estão divididas em duas fases principais. Inicialmente são apresentados os resultados para o índice de confiança nas instituições enquanto variável dependente, na sequência, são apresentados os resultados para o índice de apoio difuso. Primeiramente, foi realizada uma análise de regressão múltipla para o índice de confiança nas instituições (figura 3¹²²).

O modelo¹²³ explica 9,2% da variância no Índice de Confiança nas Instituições. Ser vítima de crime implica em uma redução de 0,31 no índice, mesmo controlado pelas outras variáveis. Sentir-se inseguro implica em uma redução de 0,28 no índice. Em geral, a variável

¹²² A figura 3 apresenta os resultados do modelo de regressão múltipla, com a representação gráfica dos valores dos coeficientes.

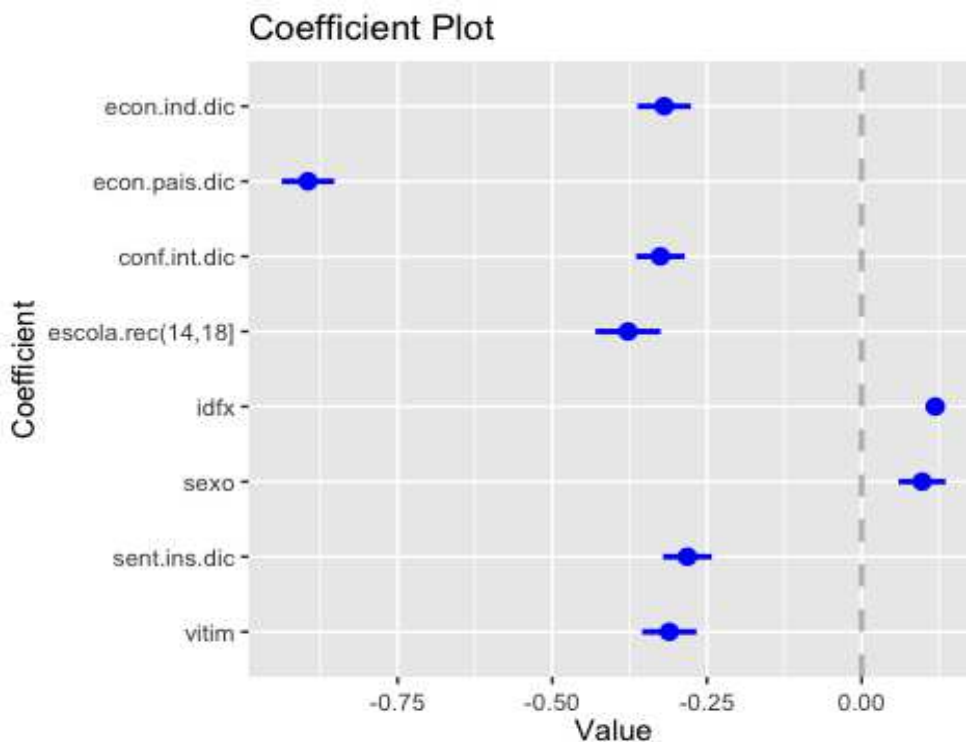
¹²³ Foi realizado também o teste *Variance Inflation Factor Test* - VIF para identificar se havia a presença de multicolinearidade entre as variáveis dependentes, especialmente entre vitimização e sentimento de insegurança. A partir do teste, pode-se ressaltar que não há multicolinearidade.

com maior influência no modelo foi a avaliação da situação econômica do país, que reduz em -0,89 o índice. Vale observar que a vitimização possui efeito semelhante à avaliação do indivíduo de sua própria situação econômica. Os mais velhos confiam mais nas instituições, ao passo que aqueles que possuem ensino superior desconfiam mais. Nota-se ainda que o efeito da vitimização e da escolaridade possui grande semelhança no modelo.

É relevante mencionar que também foram realizados modelos de regressões múltiplas com as mesmas variáveis independentes para cada uma das variáveis que compõem o índice de confiança nas instituições. Nestes testes, a vitimização e o sentimento de insegurança tiveram efeito negativo para todas as variáveis do índice (confiança no Presidente, confiança nos partidos políticos, confiança nas eleições e confiança no congresso). A vitimização afetou com maior intensidade a confiança no congresso (-0,35), ao passo que o sentimento de insegurança afetou mais marcadamente a confiança nos partidos políticos (-0,29). A adesão à democracia também foi testada como variável dependente para os mesmos preditores, sendo que o sentimento de insegurança afetou negativamente à adesão (-0,12), enquanto as vítimas passaram a apoiar positivamente a democracia (0,07)¹²⁴. Os modelos completos constam no anexo do capítulo.

Figura 5 - Coeficientes da Regressão múltipla para o índice de confiança nas instituições

¹²⁴ Uma possível interpretação para estes resultados da vitimização na adesão à democracia pode estar vinculada à discussão teórica que aponta uma participação política mais ativa das vítimas, a qual por sua vez, também pode ser de caráter autoritário. É possível ainda levantar a hipótese do modelo termostático, na qual as vítimas manifestam mais apoio à democracia após uma experiência traumática. De qualquer modo, são resultados preliminares e que demandariam maior aprofundamento.



O índice de correlação intraclasse - ICC encontrado para o índice de confiança nas instituições foi de 6,7%, este resultado indica que 6,7% da variação da variável dependente refere-se a aspectos que estão localizados no nível dos países (tabela 6). Convém mencionar que quanto maior o ICC, maior a variabilidade entre os países e, conseqüente, maior a chance do impacto de contextos diferentes.

Tabela 6 - Índice de Confiança nas instituições e ICC

	Índice de Confiança nas Instituições	
	Variância	Desvio Padrão
Intercepto (τ_{00})	0.3140763	0.5604251
Resíduos (σ^2)	4.3718888	2.0909062
ICC ($\tau_{00}/(\tau_{00} + \sigma^2)$)	0.06702489 (6,7%)	

Após a realização do modelo nulo considerando a variação entre os países, foi também verificado os valores do modelo sem a variação dos países (tabela 7). Trata-se assim de realizar um modelo considerando tanto a estrutura hierárquica quanto não a considerando, o que consiste em outro modo de comprovar a importância da análise multinível. A realização da

ANova possibilita identificar que a diferença entre os modelos é estatisticamente significativa (p-value < 0,0001).

Tabela 7 - Modelo Nulo – A Nova para o Índice de Confiança nas instituições

	df	AIC	logLik	Probability Ratio	P
Modelo com a variação dos países (Nulo.apoioesp)	2	225448.9	225466.6		
Modelo sem a variação dos países (gls) (MN Apoioesp)	3	222208.7	222235.2	3242.259	,0001

Antes da apresentação dos resultados dos modelos multiníveis completos, retomo as hipóteses referentes ao efeito contextual:

H2 – A taxa de homicídios do país não interfere diretamente na legitimidade democrática, mas sim a partir de interações cross level entre o nível micro e macro; — Efeito contextual – violência;

H3 – O efeito vitimização na legitimidade democrática é reduzido em contextos de maior estabilidade política e ausência de violência; — Efeito contextual – violência política;

H4 – O efeito da vitimização e o medo do crime são intensificados em contextos de maior desemprego entre os jovens, o que ocorre pela interação cross level da vitimização e do medo do crime com o desemprego; — Efeito contextual – estrutura social e econômica;

H5 – Os efeitos da vitimização e do medo do crime na legitimidade democrática são mais acentuados em contextos de democracias menos consolidadas; — Efeito contextual – indicadores de democracia.

A *tabela 8* apresenta os modelos desenvolvidos para a análise multinível, explicitando cada uma das hipóteses levantadas. Como já destacado na regressão múltipla, a vitimização e o sentimento de insegurança afetam negativamente na confiança nas instituições, no entanto, a análise multinível possibilita agregar na análise as variáveis contextuais que foram descritas no capítulo anterior. A seleção de informações considerou os indicadores empregados por Carreras (2013) e Ferndandez e Kuenzi (2010), aprofundando em aspectos não contemplados nestes estudos (como a taxa de homicídios, estabilidade e ausência de violência política e desemprego entre os jovens).

Desse modo, destaco que a *hipótese 2* da pesquisa foi confirmada, pois a taxa de homicídios de fato não interferiu diretamente na legitimidade democrática, mas sim a partir de interação entre vitimização e média móvel da taxa de homicídios. Por conseguinte, a *hipótese 3* referente ao efeito do contexto de violência política e ausência de estabilidade, foi confirmada tanto para o indicador separadamente quanto na interação com a vitimização.

A *hipótese 4* que trata da intensificação do efeito da vitimização e do medo do crime em contextos de maior desemprego entre os jovens foi parcialmente confirmada, pois a interação mostrou-se relevante para a vitimização, mas não para sentimento de insegurança. Já a *hipótese 5*, que tratou dos efeitos da vitimização e do medo do crime em diferentes contextos democráticos, foi parcialmente confirmada, sendo que os indicadores de democracia possuem significância apenas a partir da interação. O Polity IV interagiu apenas com a vitimização, ao passo que todos os indicadores do V-Dem testados interagiram com a vitimização e o sentimento de insegurança. Os testes completos estão disponíveis no anexo do capítulo.

Tabela 8 - Análise multinível - Índice de Confiança nas Instituições

<i>Variáveis</i>	<i>Modelo Hipótese 2</i>	<i>Modelo Hipótese 3</i>	<i>Modelo Hipótese 3</i>	<i>Modelo Hipótese 4</i>	<i>Modelo Hipótese 4</i>	<i>Modelo Hipótese 5</i>	<i>Modelo Hipótese 5</i>
<i>Vitimização</i>	-0.265*** (0.030)	-0.331*** (0.021)	-0.436*** (0.056)	-0.421*** (0.047)	-0.331*** (0.021)	-0.696*** (0.080)	-0.331*** (0.021)
<i>Sentimento de insegurança</i>	-0.285*** (0.019)	-0.285*** (0.019)	-0.286*** (0.019)	-0.286*** (0.019)	- 0.248*** (0.042)	-0.285*** (0.019)	-0.600*** (0.085)
<i>Sexo</i>	0.083*** (0.018)	0.084*** (0.018)	0.084*** (0.018)	0.084*** (0.018)	0.084*** (0.018)	0.083*** (0.018)	0.0836*** (0.0184)
<i>Idade (faixa etária)</i>	0.107*** (0.007)	0.107*** (0.007)	0.107*** (0.007)	0.108*** (0.007)	0.107*** (0.007)	0.107*** (0.007)	0.107*** (0.007)
<i>Escolaridade</i>	-0.421*** (0.026)	-0.421*** (0.026)	-0.421*** (0.026)	-0.420*** (0.026)	-0.421*** (0.026)	-0.418*** (0.026)	-0.420*** (0.026)
<i>Confiança interpessoal</i>	-0.255*** (0.020)	-0.254*** (0.019)	-0.255*** (0.019)	-0.255*** (0.019)	-0.255*** (0.019)	-0.254*** (0.019)	-0.255*** (0.019)
<i>Situação econômica do país</i>	-0.820*** (0.021)	-0.821*** (0.021)	-0.821*** (0.021)	-0.821*** (0.021)	-0.820*** (0.021)	-0.820*** (0.021)	-0.821*** (0.021)
<i>Situação econômica do indivíduo</i>	-0.340*** (0.021)	-0.340*** (0.021)	-0.340*** (0.021)	-0.340*** (0.021)	-0.340*** (0.021)	-0.340*** (0.021)	-0.340*** (0.021)
<i>Taxa de homicídios (média móvel)</i>	-0.006 (0.005)						
<i>Taxa de homicídios (média móvel)*Vitimização</i>	-0.004** (0.001)						
<i>Estabilidade política e ausência de violência</i>		0.010* (0.005)	0.009 (0.009)				
<i>Estabilidade política e ausência de violência*vitimização</i>			0.002* (0.001)				
<i>Desemprego entre os jovens</i>				0.003 (0.012)	0.006 (0.013)		
<i>Desemprego entre os jovens*Vitimização</i>				0.006* (0.003)			
<i>Desemprego entre os jovens*Sentimento de insegurança</i>					-0.003 (0.003)		
<i>V-Dem Participação</i>						-0.135 (0.665)	
<i>V-Dem Participação*Vitimização</i>						0.784*** (0.166)	
<i>V-Dem Poliarquia</i>							-0.608 (0.556)
<i>V-Dem Poliarquia*Sentimento de insegurança</i>							0.462*** (0.121)
<i>AIC</i>	198889.4	198883.2	198892.7	198892.5	198896.6	198858.8	198867.4
<i>BIC</i>	199003.3	198988.4	199006.6	199006.4	199010.5	198972.7	198981.3
<i>Observações</i>	47224	47224	47224	47224	47224	47224	47224
<i>Grupos</i>	34	34	34	34	34	34	34

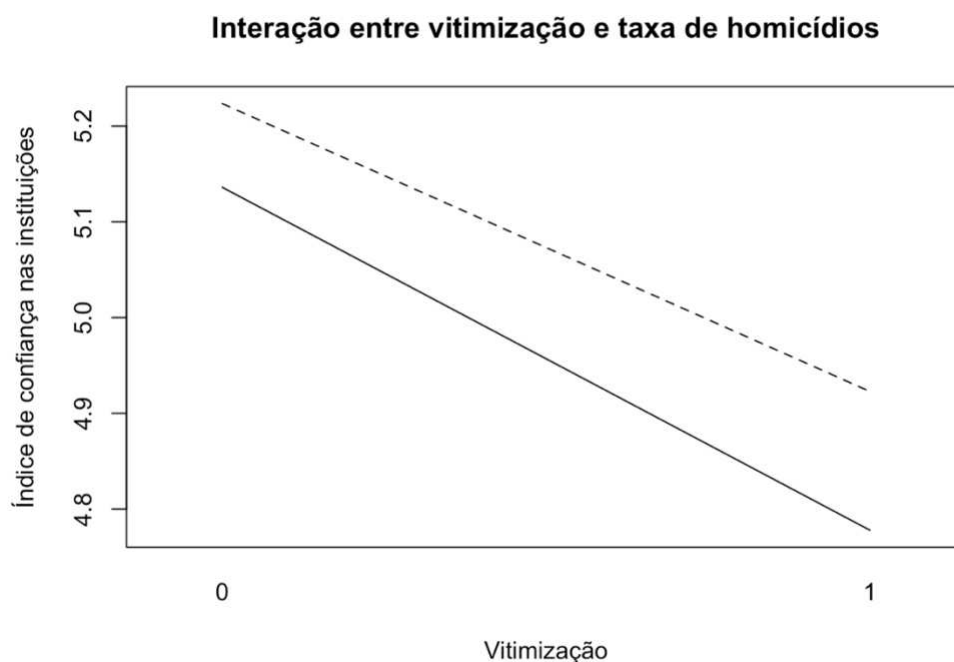
• $p < 0,1$ * $p < 0,05$ ** $p < 0,01$ *** $p < 0,001$

Fonte: LAPOP, 2016-2018.

Para tratar, de modo mais detalhado, dos efeitos das interações apresentadas na tabela, foram calculados os valores preditos do índice de confiança nas instituições para alguns perfis específicos: vítimas de crime e pessoas que não foram vítimas; cidadãos seguros e inseguros em contextos nacionais violentos, de desemprego entre os jovens e de democracias mais consolidadas.

Referente à hipótese 2, no *gráfico 6* a linha tracejada representa o efeito da vitimização em um contexto de taxa de homicídios menor e a linha sólida indica o efeito da vitimização em um contexto de taxa de homicídios elevada. Assim sendo, é possível observar que, em um contexto de alta taxa de homicídios, a confiança nas instituições apresenta um valor um pouco mais baixo. Deste modo, a alta taxa de homicídios, contribui para que o efeito da vitimização seja maior e o índice de confiança nas instituições diminua. Estes dados reforçam o argumento desenvolvido pela tese sobre o impacto da violência na legitimidade democrática, pois além da vitimização afetar negativamente a confiança nas instituições, países com taxas de homicídios mais elevadas contribuem para a intensificação do efeito de ser vítima de um crime.

**Gráfico 6 - Efeitos da interação entre vitimização e média móvel da taxa de homicídios
- Hipótese 2**



O *quadro 9* detalha a construção de quatro perfis hipotéticos de cidadãos que se distinguem por terem sido vítimas de um crime (ou não) e por viverem em países com baixas e altas taxas de homicídios. Para cada perfil descrito, há o respectivo valor para o índice de confiança nas instituições. Assim sendo, a diferença no índice de confiança nas instituições para um indivíduo que não foi vítima de crime em um país com baixa taxa de homicídios para um indivíduo que foi vítima de um crime em país com alta taxa de homicídios é de 0,44.

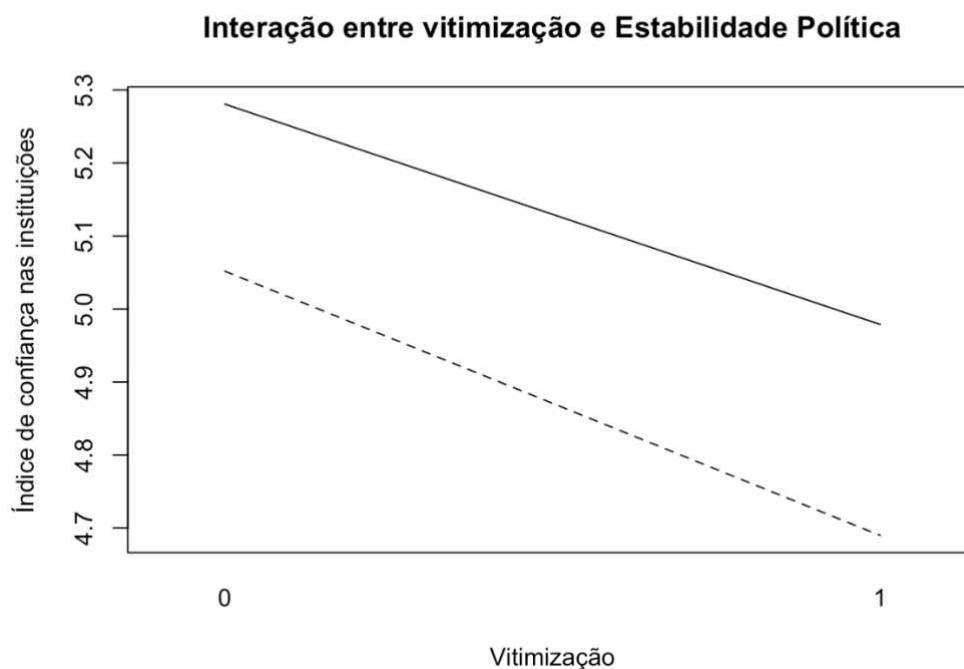
Quadro 9 - Valores preditos para vitimização e taxa de homicídios

	Índice de confiança nas instituições
Não foi vítima de crime , indivíduo que se sente seguro, homem, na faixa etária de 18-30, com ensino superior, possui confiança interpessoal, boa avaliação da economia do país e do indivíduo, em um país com baixa média móvel da taxa de homicídios (9,69) ¹²⁵ .	5,22
Não foi vítima de crime , indivíduo que se sente seguro, homem, na faixa etária de 18-30, com ensino superior, possui confiança interpessoal, boa avaliação da economia do país e do indivíduo, em um país com alta média móvel da taxa de homicídios (25,37) .	5,14
Vítima de crime , indivíduo que se sente seguro, homem, na faixa etária de 18-30, com ensino superior, possui confiança interpessoal, boa avaliação da economia do país e do indivíduo, em um país com baixa média móvel da taxa de homicídios (9,69) .	4,92
Vítima de crime , indivíduo que se sente seguro, homem, na faixa etária de 18-30, com ensino superior, possui confiança interpessoal, boa avaliação da economia do país e do indivíduo, em um país com alta média móvel da taxa de homicídios (25,37) .	4,78

A hipótese 3 articulou o efeito da violência vinculada com aspectos políticos ao contemplar o indicador do Banco Mundial que trata das percepções sobre a frequência da instabilidade política e da violência politicamente motivada. Cabe assim identificar que o indicador possui significância tanto de modo isolado, quanto a partir da interação com a vitimização, reforçando a pertinência da relação entre violência e aspectos políticos. No *gráfico 7*, a linha contínua expressa um índice mais elevado de estabilidade política e ausência de violência política. Em países mais estáveis politicamente, o índice de confiança nas instituições tende a ser mais elevado (5,28) do que em países mais instáveis (5,05).

¹²⁵ Para a média móvel da taxa de homicídios, foram considerados os valores da mediana (9,69) e do terceiro quartil (25,37).

**Gráfico 7 - Efeitos da interação entre vitimização e estabilidade política -
- Hipótese 3**



Além disto, o efeito da vitimização na confiança das instituições é mais destacado em contextos de instabilidade política e de mais alta violência política, pois a diferença entre um indivíduo que não foi vítima de um crime em um país com alta estabilidade e um indivíduo vítima de um crime em um país com baixa estabilidade é de 0,60 (conforme descrito no *quadro 10* dos valores preditos).

Quadro 10 - Valores preditos para vitimização e estabilidade política e ausência de violência

	Índice de confiança nas instituições
Não foi vítima de crime , indivíduo que se sente seguro, homem, na faixa etária de 18-30, com ensino superior, possui confiança interpessoal, boa avaliação da economia do país e do indivíduo, em um país com baixa estabilidade política (30,48) ¹²⁶ .	5,05
Não foi vítima de crime , indivíduo que se sente seguro, homem, na faixa etária de 18-30, com ensino superior, possui confiança	5,28

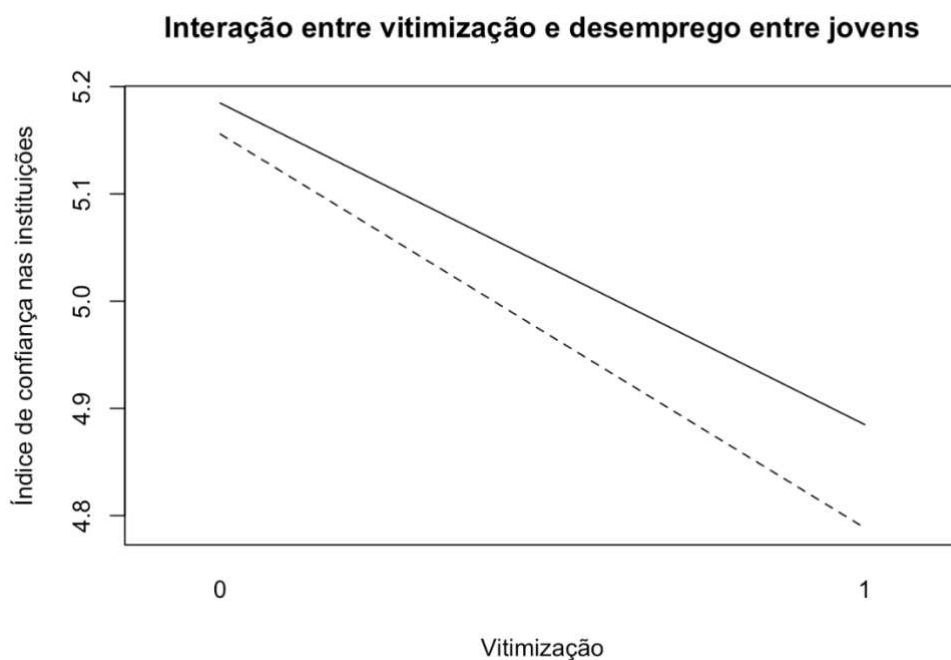
¹²⁶ Para a estabilidade política, foram considerados os valores do primeiro quartil (30,48) e do terceiro quartil (55,24).

interpessoal, boa avaliação da economia do país e do indivíduo, em um país com alta estabilidade política (55,24).	
Vítima de crime , indivíduo que se sente seguro, homem, na faixa etária de 18-30, com ensino superior, possui confiança interpessoal, boa avaliação da economia do país e do indivíduo, em um país com baixa estabilidade política (30,48).	4,68
Vítima de crime , indivíduo que se sente seguro, homem, na faixa etária de 18-30, com ensino superior, possui confiança interpessoal, boa avaliação da economia do país e do indivíduo, em um país com alta estabilidade política (55,24).	4,97

Convém observar que esta mesma hipótese não foi confirmada para o índice de apoio difuso, o que pode estar relacionado ao fato do índice de confiança nas instituições estar mais suscetível às mudanças conjunturais de curto e médio prazo. De qualquer forma, considero relevante articular este resultado com as discussões desenvolvidas por Ley (2018) que salienta o papel da violência na alteração do próprio processo político de um modo mais amplo, o que pode contribuir para o declínio no comparecimento eleitoral pelo aumento dos custos e riscos associados ao voto. Ademais, o crime organizado desenvolve interesses políticos, especialmente com o objetivo de obter ganhos econômicos e operar com relativa imunidade, e as eleições possuem um papel na reconfiguração das redes de proteção (LEY, 2018).

Vale ressaltar que alguns estudos têm apontado a relação entre desemprego entre os jovens e o nível de violência e homicídios, especialmente pela existência de gangues e grupos de crime organizado (UNODC, 2019, p. 26). Na análise, a hipótese 4 foi parcialmente confirmada, pois ocorreu interação entre vitimização e desemprego entre jovens, mas não entre sentimento de insegurança e desemprego. O *gráfico 8* expressa a interação entre vitimização e desemprego entre os jovens, sendo que a linha tracejada representa o efeito da vitimização em contexto de desemprego menor. Em contexto econômico de alto desemprego, é ligeiramente menor o efeito negativo da vitimização no índice de confiança nas instituições, o que se diferencia do que foi formulado inicialmente na hipótese. Trata-se assim de um aspecto a ser mais bem explorado, especialmente pelo fato da situação econômica por si só interferir negativamente na legitimidade democrática como demonstrado no modelo de regressão e, também, nos modelos multiníveis.

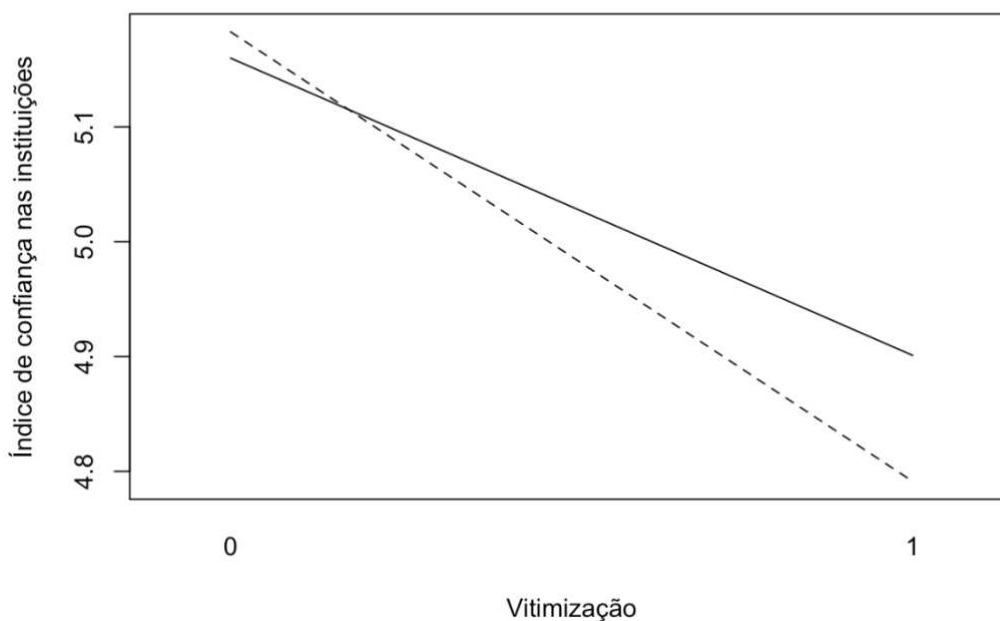
**Gráfico 8 - Efeitos da interação entre vitimização e desemprego entre os jovens -
Hipótese 4**



A hipótese 5 considerou a existência de efeitos mais acentuados da vitimização e do medo do crime na legitimidade democrática em contextos de democracias menos consolidadas, ou seja, as democracias menos consolidadas tenderiam a serem mais impactadas pela violência. A hipótese 5 foi parcialmente confirmada, sendo que os indicadores de democracia possuem significância a partir da interação com a vitimização e o sentimento de insegurança (somente o Polity IV interagiu apenas com a vitimização). O gráfico 9 trata da interação entre vitimização e o V-Dem Participação, no qual a linha sólida expressa o efeito do V-Dem Participação elevado, logo, um contexto mais democrático diminui o efeito de ser vítima de um crime na confiança nas instituições. Pode-se observar que, inicialmente, os valores do índice de confiança nas instituições são próximos, no entanto, a experiência de vitimização em um contexto mais democrático contribui para uma atenuação desta queda.

Gráfico 9 - Efeitos da interação entre vitimização e V-Dem Participação - Hipótese 5

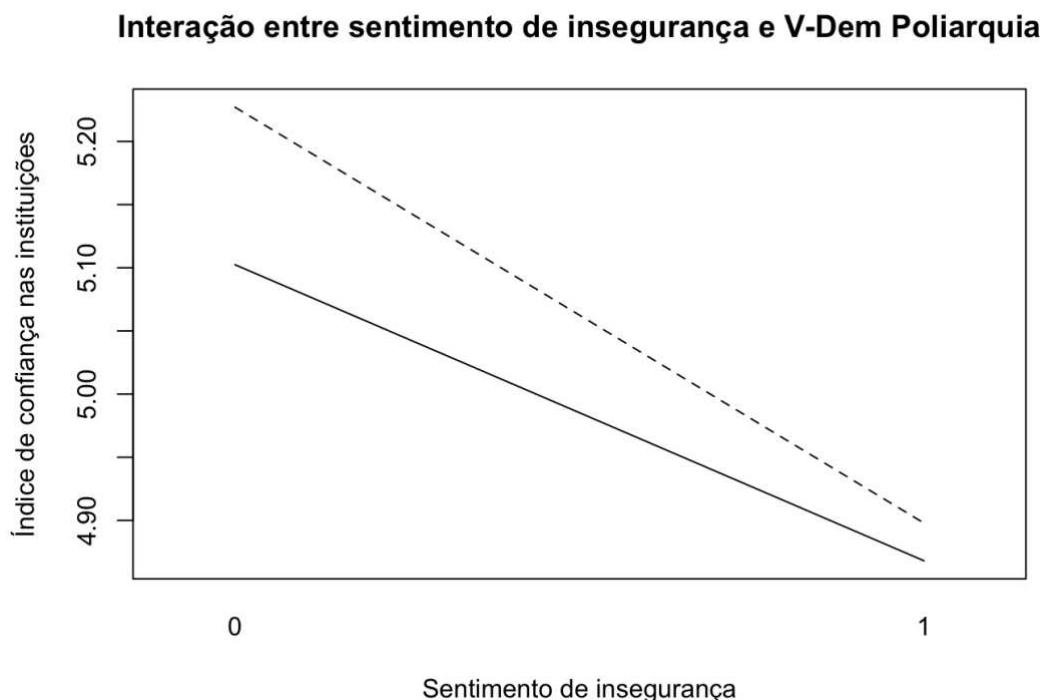
Interação entre vitimização e V-Dem Participação



A hipótese 5 também foi testada com o indicador do V-Dem Poliarquia, posto que este índice agrega os seguintes aspectos: sufrágio extensivo, eleições sem irregularidades, organizações civis e políticas podem operar livremente e liberdade de expressão. Na interação entre sentimento de insegurança e o V-Dem Poliarquia, a linha tracejada expressa o efeito do V-Dem Poliarquia mais baixo. Inicialmente, contextos de V-Dem poliárquico mais elevado apresentam um índice de confiança nas instituições menor, o que pode significar uma visão mais crítica em relação ao funcionamento das instituições (gráfico 10). Uma possível explicação para esta diferenciação seria o conceito de cidadãos críticos, ou seja, aqueles que aspiram a democracia enquanto a forma ideal de governo, mas que ao mesmo tempo permanecem céticos sobre o funcionamento desta (NORRIS, 2011).

Nos países com democracias menos consolidadas, sentir-se inseguro afeta mais marcadamente o índice de confiança nas instituições, o que proporciona um declínio de 0,329 no índice, já indivíduos inseguros em países com V-Dem Poliarquia mais elevado, esta diferença é de 0,234. Ou seja, pode-se salientar a influência do contexto democrático para o maior efeito da insegurança na confiança nas instituições.

**Gráfico 10 - Efeitos da interação entre sentimento de insegurança e V-Dem Poliarquia
- Hipótese 5**



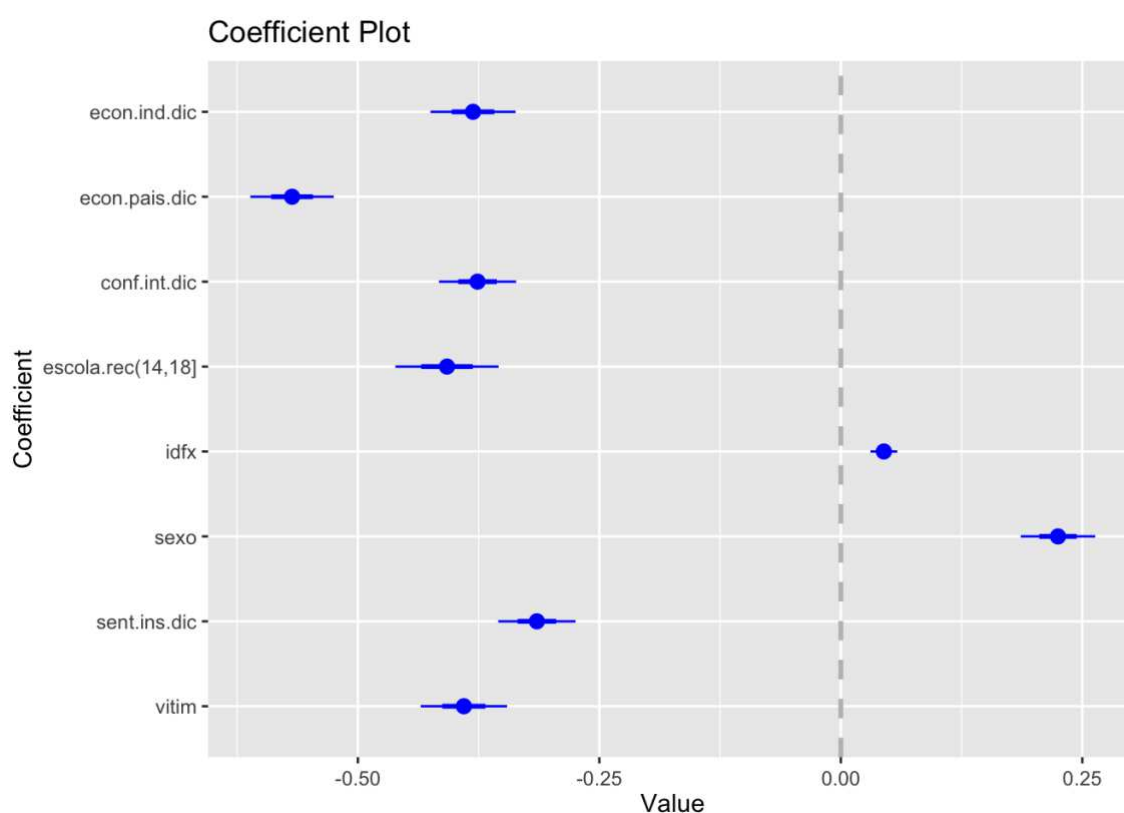
5.3 ÍNDICE DE APOIO DIFUSO

Inicialmente, foi realizada uma análise de regressão múltipla para o índice de apoio difuso (figura 6). Nesta análise foi possível identificar que o modelo explica 7% da variância do índice de apoio difuso. Ser vítima de crime implica em uma redução de -0,39 no índice de apoio difuso, mesmo controlado pelas outras variáveis. Por sua vez, sentir-se inseguro implica em uma redução de -0,31 no índice, já a desconfiança interpessoal reduz em -0,37 o índice. É relevante mencionar que também foi observada a questão da multicolinearidade, a qual não foi identificada no teste VIF, o que contribui para reforçar o que já vem sendo apontado na literatura sobre a diferenciação entre vitimização e medo do crime como fenômenos distintos. Em comparação com a análise de regressão realizada para o índice de confiança nas instituições, é possível observar que o efeito da vitimização e do medo do crime são um pouco mais pronunciados para o apoio difuso.

A variável com maior influência no modelo foi a avaliação negativa da situação econômica do país, que reduz em -0,56 o índice, convém ainda mencionar que a percepção

negativa do indivíduo sobre a sua própria situação econômica (avaliação egotrópica), reduz em -0,38 o índice. Em geral, os resultados da regressão contribuem para a confirmação da hipótese 1 da pesquisa no que se refere aos efeitos negativos da vitimização e do sentimento de insegurança na legitimidade democrática. Cabe ressaltar que especialmente a vitimização possui um impacto no apoio difuso comparável a outras variáveis de destaque na literatura sobre comportamento político, como confiança interpessoal e avaliação da economia (na dimensão egotrópica), reforçando os achados de Carreras (2013) neste aspecto.

Figura 6 - Coeficientes da Regressão Múltipla - Índice de apoio difuso



Para as variáveis que compõem o índice de apoio difuso, também foram realizados os testes de regressão múltipla separadamente, sendo que tanto a vitimização quanto o sentimento de insegurança tiveram um efeito negativo em todas as variáveis. O orgulho do sistema político foi a variável mais afetada pela vitimização (-0,517) e pelo sentimento de insegurança (-0,438), já o apoio ao sistema político foi a variável menos afetada. Os testes completos estão disponíveis no anexo do capítulo.

Para a análise multinível, inicialmente foi verificada em que medida os países se diferenciam em relação ao índice de apoio difuso por meio de um modelo nulo. Os resultados são apresentados na *tabela 9*, ao calcular o ICC (Índice de Correlação Intraclasse), identificou-se que 7,1% da variação da variável dependente se refere aos aspectos que estão localizados no nível dos países. Vale mencionar que quanto maior o ICC, maior a variabilidade entre os países e, conseqüentemente, maior a chance do impacto de contextos diferentes. Após a realização do modelo nulo considerando a variação entre os países, também se verificou os valores do modelo sem a variação dos países. A realização da ANOVA (análise de variância) possibilita identificar que a diferença entre os modelos é estatisticamente significativa ($p\text{-value} < 0,0001$).

Tabela 9 - Modelo Nulo para o Índice de Apoio difuso

	Índice de Apoio Difuso	
	Variância	Desvio Padrão
Intercepto (τ_{00})	0.330013	0.5744675
Resíduos (σ^2)	4.334330	2.0819053
ICC ($\tau_{00}/(\tau_{00} + \sigma^2)$)	0.0707523	
	(7,1%)	

Tabela 10 - Modelo com variação e sem variação para os países - Índice de Apoio difuso

	df	AIC	BIC	logLik	Probability Ratio	P
Modelo com a variação dos países (Nulo.apoioidif)	2	223928.8	223946.5	-111962.4		
Modelo sem a variação dos países (gls) (MN Apoioidif)	3	220509.3	220535.8	-110251.6	3421.499	,0001

A *tabela 11* apresenta a síntese dos resultados da análise multinível, considerando as hipóteses da pesquisa. A *hipótese 2*, que tratava da interação *cross level* entre vitimização e o efeito contextual violento (média móvel da taxa de homicídios), foi confirmada, reforçando assim o vínculo entre a experiência concreta da vitimização no nível micro e as taxas de homicídios dos países em nível macro. A *hipótese 3* que tratava da estabilidade política e ausência de violência não foi confirmada para o índice de apoio difuso, diferentemente do que ocorreu para o índice de confiança nas instituições.

A *hipótese 4* que contemplava a intensificação do efeito da vitimização e o medo do crime em contextos de maior desemprego entre os jovens foi parcialmente confirmada para a

variável sentimento de insegurança. A *hipótese 5* sobre a acentuação dos efeitos da vitimização e do medo do crime na legitimidade democrática em contextos de democracias menos consolidadas foi parcialmente confirmada. Os indicadores de democracia¹²⁷, isoladamente, não apresentaram significância no modelo, o que ocorreu a partir da interação *cross level* com a vitimização para os indicadores do V-Dem.

Tabela 11 - Análise multinível para o índice de apoio difuso

¹²⁷ O Polity IV não teve significância, do mesmo modo que as interações com a vitimização e o sentimento de insegurança. O teste foi realizado, apenas não foi acrescentado na tabela.

<i>Variáveis</i>	<i>Modelo Hipótese 2</i>	<i>Modelo Hipótese 3</i>	<i>Modelo Hipótese 4</i>	<i>Modelo Hipótese 4</i>	<i>Modelo Hipótese 5</i>	<i>Modelo Hipótese 5</i>
<i>Vitimização</i>	-0.350*** (0.030)	-0.399*** (0.022)	-0.410*** (0.047)	-0.398*** (0.022)	-0.585*** (0.081)	-0.712*** (0.100)
<i>Sentimento de insegurança</i>	-0.291*** (0.020)	-0.292*** (0.020)	-0.292*** (0.020)	-0.167*** (0.042)	-0.292*** (0.020)	-0.292*** (0.020)
<i>Sexo</i>	0.218*** (0.019)	0.219*** (0.019)	0.219*** (0.019)	0.219*** (0.019)	0.218*** (0.019)	0.218*** (0.020)
<i>Idade (faixa etária)</i>	0.040*** (0.007)	0.040*** (0.007)	0.040*** (0.007)	0.040*** (0.007)	0.040*** (0.007)	0.040*** (0.007)
<i>Escolaridade</i>	-0.435*** (0.026)	-0.435*** (0.026)	-0.435*** (0.026)	-0.435*** (0.026)	-0.434*** (0.026)	-0.433*** (0.026)
<i>Confiança interpessoal</i>	-0.284*** (0.020)	-0.283*** (0.020)	-0.284*** (0.020)	-0.284*** (0.020)	-0.283*** (0.020)	-0.283*** (0.020)
<i>Situação econômica do país</i>	-0.593*** (0.022)	-0.593*** (0.022)	-0.593*** (0.022)	-0.592*** (0.022)	-0.593*** (0.022)	-0.593*** (0.022)
<i>Situação econômica do indivíduo</i>	-0.389*** (0.021)	-0.389*** (0.021)	-0.389*** (0.021)	-0.389*** (0.021)	-0.389*** (0.021)	-0.389*** (0.021)
<i>Taxa de homicídios (média móvel)</i>	-0.003973 (0.005)					
<i>Taxa de homicídios (média móvel)*Vitimização</i>	-0.003* (0.001)					
<i>Estabilidade política e ausência de violência</i>	0.007 (0.005)					
<i>Desemprego entre os jovens</i>	-0.008 (0.014) -0.004 (0.014)					
<i>Desemprego entre os jovens*Vitimização</i>	0.001 (0.003)					
<i>Desemprego entre os jovens*Sentimento de insegurança</i>	-0.009*** (0.003)					
<i>V-Dem Participação</i>	0.133 (0.732)					
<i>V-Dem Participação*Vitimização</i>	0.399* (0.168)					
<i>V-Dem Poliarquia</i>	-0.322 (0.616)					
<i>V-Dem Poliarquia*Vitimização</i>	0.457** (0.143)					
<i>AIC</i>	199207	199197.4	199208.8	199198	199187.5	199183.6
<i>BIC</i>	199320.8	199302.6	199322.7	199311.9	199301.4	199297.5
<i>Observações</i>	47078	47078	47078	47078	47078	47078
<i>Grupos</i>	34	34	34	34	34	34

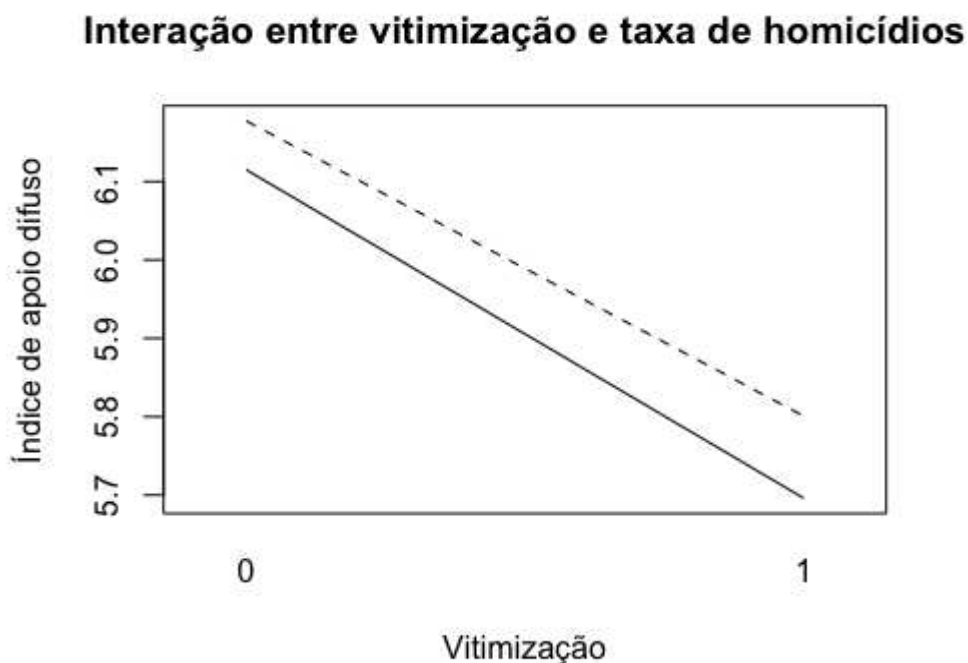
• $p < 0,1$ * $p < 0,05$ ** $p < 0,01$ *** $p < 0,001$

Fonte: LAPOP, 2016-2018.

O gráfico 11 apresenta a análise dos valores preditos para a interação entre vitimização e a média móvel da taxa de homicídios para o índice de apoio difuso. A linha tracejada representa o efeito da vitimização em um contexto de taxa de homicídios menor (taxa igual a

9.69) e a linha sólida indica o efeito da vitimização em contexto de taxa de homicídios elevada (taxa igual a 25.37). Um indivíduo em um contexto de menor taxa de homicídios e que não foi vítima de crime, apresenta um índice de apoio difuso igual a 6.17, já um indivíduo em um contexto de elevada taxa de homicídios e que foi vítima de um crime, apresenta um índice de apoio difuso igual a 5.69. Ou seja, a alta taxa de homicídios contribui para que o efeito da vitimização seja maior e o índice de apoio difuso diminua. Desta forma, destaca-se que a hipótese 2 foi confirmada.

Gráfico 11: Efeitos interativos entre vitimização e taxa de homicídios



Do mesmo modo que foi realizado para o índice de confiança nas instituições, o *quadro 11* especifica a construção de quatro perfis hipotéticos de cidadãos que se diferenciam por terem sido vítimas de um crime (ou não) e por viverem em países com baixas e altas taxas de homicídios. Assim sendo, a diferença no índice de apoio difuso para um indivíduo que não foi vítima de crime em um país com baixa taxa de homicídios para um indivíduo que foi vítima de um crime em país com alta taxa de homicídios é de 0,48.

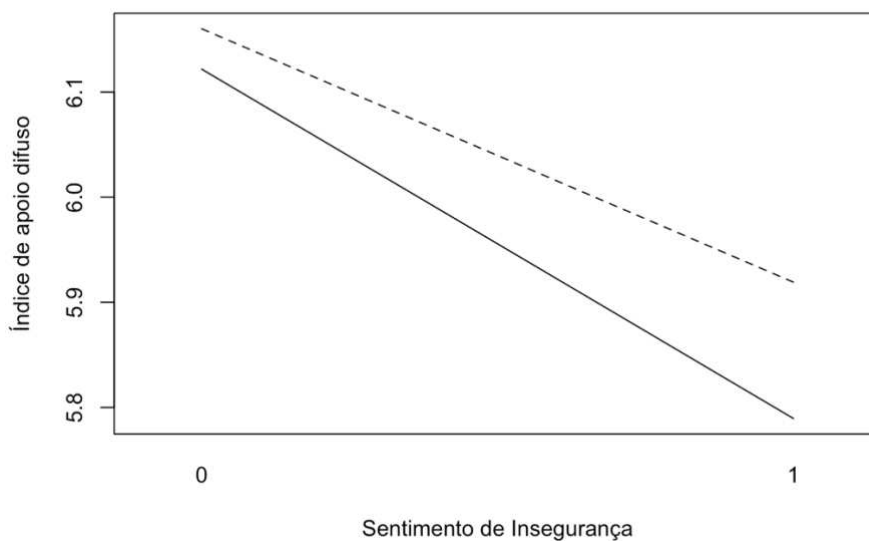
Quadro 11 - Valores preditos para vitimização e taxa de homicídios

	Índice de apoio difuso
Não foi vítima de crime , indivíduo que se sente seguro, homem, na faixa etária de 18-30, com ensino superior, possui confiança interpessoal, boa avaliação da economia do país e do indivíduo, em um país com baixa média móvel da taxa de homicídios (9,69) .	6,17
Não foi vítima de crime , indivíduo que se sente seguro, homem, na faixa etária de 18-30, com ensino superior, possui confiança interpessoal, boa avaliação da economia do país e do indivíduo, em um país com alta média móvel da taxa de homicídio média (25,37) .	6,11
Vítima de crime , indivíduo que se sente seguro, homem, na faixa etária de 18-30, com ensino superior, possui confiança interpessoal, boa avaliação da economia do país e do indivíduo, em um país com baixa média móvel da taxa de homicídios (9,69) .	5,80
Vítima de crime , indivíduo que se sente seguro, homem, na faixa etária de 18-30, com ensino superior, possui confiança interpessoal, boa avaliação da economia do país e do indivíduo, em um país com alta média móvel da taxa de homicídios (25,37) .	5,69

No *gráfico 12*, sobre a interação entre sentimento de insegurança e desemprego entre os jovens, a linha sólida representa o efeito do sentimento de insegurança em um contexto de maior desemprego. Em um contexto de desemprego elevado, aumenta o efeito negativo de sentir-se inseguro no índice de apoio difuso, o que confirmaria a hipótese 4 para o sentimento de insegurança. Destarte, o resultado observado aponta para a relação entre transformações sociais e econômicas geradas pelo desemprego e o sentimento de insegurança, o que pode estar vinculado à ideia do medo do crime constituir uma ansiedade difusa conectada às inseguranças sociais (FARRALL; JACKSON; GRAY, 2009).

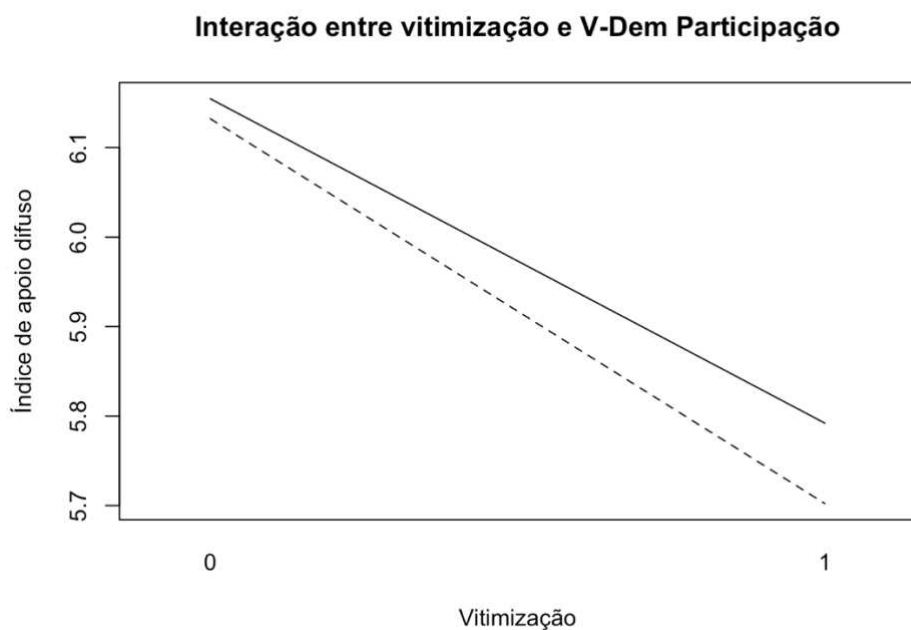
Gráfico 12 - Efeitos interativos entre sentimento de insegurança e desemprego entre os jovens

Interação entre sentimento de insegurança e desemprego entre jovens



O gráfico 13 apresenta a interação entre vitimização e o V-Dem Participação, sendo que a linha sólida representa o efeito do V-Dem Participação elevado (igual a 0.557). Ou seja, um contexto democrático mais elevado (no que diz respeito à participação), diminui o efeito da vitimização no apoio difuso. O resultado reforçaria a ideia de que democracias menos consolidadas tenderiam a serem mais impactadas pela violência (LAFREE; TSELONI, 2006).

Gráfico 13 - Efeitos interativos entre vitimização e V-Dem Participação



Após a tratar das hipóteses de pesquisa, é relevante também realizar breves considerações sobre os resultados. Neste sentido, o *quadro 12* apresenta a síntese das hipóteses da pesquisa e os resultados das análises, possibilitando a comparação dos resultados para os dois índices de legitimidade democrática elaborados. Embora em linhas gerais os índices apresentem efeitos semelhantes nas variáveis contextuais testadas, existem algumas diferenciações que estão vinculadas, em certa medida, as próprias características do apoio difuso e da confiança nas instituições.

A hipótese 3 apresentou expressiva distinção nos resultados para os dois índices, sendo o indicador de estabilidade política e ausência de violência política significativo para o índice de confiança nas instituições, o que não ocorreu para o apoio difuso. Já a hipótese 2 referente à taxa de homicídios, seguiu o mesmo padrão para os dois índices, reforçando a centralidade desta dimensão contextual. Os indicadores de democracia, testados na hipótese 5, foram parcialmente significativos, pois possuíram significância a partir da interação com a vitimização ou com o sentimento de insegurança, mas não de modo isolado. Nestes casos, os efeitos da vitimização e do sentimento de insegurança, foram atenuados em contextos mais democráticos.

Quadro 12 - Hipóteses da pesquisa

Hipótese	Índice de Confiança nas Instituições	Índice de apoio difuso
Hipótese 2 Taxa de homicídios	+	+
Hipótese 3 Estabilidade política e ausência de violência política	+	-
Hipótese 4 Desemprego entre os jovens (estrutura social)	Parcialmente (confirmada para vitimização)	Parcialmente (confirmada para o sentimento de insegurança)
Hipótese 5 Indicadores de democracia	Parcialmente Indicadores têm significância apenas a partir da interação Polity IV – interage com a vitimização V-Dem Participação – interage com vitimização e sentimento de insegurança V-Dem Poliarquia – interage com a vitimização e sentimento de insegurança V-Dem Liberal – interage com a vitimização e sentimento de insegurança	Parcialmente Indicadores têm significância apenas a partir da interação Polity IV – não interage V-Dem Participação – interage com a vitimização V-Dem Poliarquia – interage com a vitimização e sentimento de insegurança V-Dem Liberal – interage com a vitimização

Em geral, as análises realizadas destacam os efeitos negativos da vitimização e do medo do crime no declínio da legitimidade democrática para o contexto latino-americano, em consonância com os aspectos observados pela literatura. De forma mais específica, o estudo reforça os achados de Fernandez e Kuenzi (2010) sobre a relevância da vitimização e a crítica à performance democrática. No entanto, o presente trabalho avança em relação aos estudos de Carreras (2013) e Fernandez e Kuenzi (2010) ao contemplar o efeito do contexto violento, a partir da média móvel da taxa de homicídios para os países estudados. Assim, é possível ressaltar que altas taxas de homicídios contribuem para o maior efeito da vitimização no declínio da legitimidade democrática.

Apesar da vitimização e do medo do crime influenciarem no declínio da legitimidade democrática, a interação diferenciada com as variáveis contextuais observada na análise multinível possibilitou reforçar o argumento sobre as consequências distintas dos fenômenos e, portanto, para um vínculo com a legitimidade democrática que, não necessariamente, opera pelos mesmos mecanismos causais.

5.4 VIOLÊNCIA, MECANISMOS CAUSAIS E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA

Esta última parte do capítulo dedica-se à análise dos mecanismos causais que operam na relação entre vitimização, medo do crime e legitimidade democrática. Para tanto, foi realizada a análise dos modelos de equações estruturais com os dados do Lapop. É importante retomar as hipóteses vinculadas com os mecanismos causais abordadas anteriormente:

H1 – A vitimização e o medo do crime contribuem para o declínio da legitimidade democrática na América Latina, no entanto, este efeito ocorre por meio de mecanismos causais distintos;

H1.1 – A vitimização afeta a legitimidade democrática em decorrência da experiência concreta em relação à determinadas instituições (atendimento às vítimas pela polícia; desconfiança na polícia; julgamento justo pelos tribunais); ---- Mecanismos causais;

H1.2 – O medo do crime afeta a legitimidade democrática pelo fortalecimento de atitudes autoritárias que estão conectadas com o populismo penal (apoio aos golpes militares em caso de criminalidade); ----- Mecanismos causais;

H1.3 – A vitimização contribui para um maior engajamento comunitário e ao mesmo tempo fomenta o declínio no comparecimento eleitoral, o que teria consequências para a legitimidade democrática; (frequência em reuniões de associações de bairro, participação em protesto político, voto nas últimas eleições presidenciais) --- Mecanismos causais;

Os modelos de equações estruturais abrangem uma ampla gama de técnicas estatísticas multivariadas: como análise de dependência (*path analysis*), desenvolvida originalmente por geneticistas e depois utilizada pela sociologia; modelo de equações simultâneas desenvolvido por economistas; e a análise fatorial oriunda da psicologia. Estas três tradições desenvolveram-

se no início dos anos 70 e muitos pesquisadores fizeram importantes contribuições (ROSSEEL, 2012).

Os modelos de equações estruturais podem ser vistos como uma combinação da análise fatorial confirmatória e da análise de regressão múltipla, possibilitando explicar as relações entre múltiplas variáveis. Trata-se assim de uma “técnica multivariada que permite a estimação simultânea de múltiplas equações. Essas equações representam a maneira como construtos se relacionam com itens de indicadores medidos, bem como o modo como construtos se relacionam entre si” (HAIR et al., 2009, p. 549).

Para as análises da tese, é utilizado o *software* R¹²⁸ e mais especificamente o pacote *lavaan*, acrônimo para "*latent variable analysis*". Um dos objetivos da criação do *lavaan* é o ensino das técnicas de modelo de equações estruturais em aulas ou *workshops*, assim, para os professores também é relevante o fato do *lavaan* ser um software livre (ROSSEEL, 2012). O quadro a seguir apresenta as variáveis utilizadas e a codificação empregada.

Quadro 13 - Variáveis modelo de equações estruturais

	Codificação
Confiança no congresso	Escala de 10 pontos (1-10)
Confiança nos partidos políticos	Escala de 10 pontos (1-10)
Confiança nas eleições	Escala de 10 pontos (1-10)
Confiança no presidente	Escala de 10 pontos (1-10)
Respeito pelas instituições	Escala de 10 pontos (1-10)
Orgulho do sistema político	Escala de 10 pontos (1-10)
Apoio ao sistema político	Escala de 10 pontos (1-10)
Direitos básicos protegidos	Escala de 10 pontos (1-10)
Avaliação Econômica Retrospectiva Egotrópica	Binária (1=Pior)
Sentimento de insegurança	Binária (1=Inseguro)
Vitimização	Binária (1=Vítima)
Confiança Interpessoal	Binária (1=não confia)
Confiança na polícia (B18)	Escala de 10 pontos (1-10)
Julgamento justo pelos tribunais (B1)	Escala de 10 pontos (1-10)
Apoio a golpe militar em casos de criminalidade (JC10)	Binária (1=apoio ao golpe militar)
Comparecimento eleitoral - Votou nas últimas eleições presidenciais (VB2)	Binária (1=votou)
Engajamento comunitário - Participa de reuniões para melhora da comunidade (CP8)	Binária (1=sim)
Protesto político - Nos últimos 12 meses participou de uma manifestação ou protesto público (PROT3)	Binária (1=sim)

¹²⁸ R Core Team (2020). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL <https://www.R-project.org/>.

No modelo, foi criada a variável latente legitimidade (Lgt) que reuniu as variáveis que compõem o índice de confiança nas instituições e o índice de apoio difuso¹²⁹, tendo em vista que as hipóteses desta etapa de pesquisa não previam diferenciações entre os índices e pretendiam considerar a legitimidade de modo mais amplo. O modelo agrega as variáveis independentes já analisadas para os índices de legitimidade democrática (vitimização, medo do crime, confiança interpessoal, avaliação da economia), assim como os fatores que contribuiriam na explicação do medo do crime (vitimização, confiança interpessoal, avaliação da economia).

Além destes aspectos reunidos em um único teste, foram acrescentadas as variáveis contemplando os seguintes elementos: percepção sobre o julgamento justo pelos tribunais, apoio aos golpes militares em caso de criminalidade e participação política (frequência em reuniões de associações de bairro, participação em protesto político, voto nas últimas eleições presidenciais). A tabela a seguir apresenta os resultados do modelo de equações estruturais de modo detalhado, abordando a variável latente, as regressões, as covariâncias e as variâncias.

Tabela 12 - Modelo de equações estruturais

Latent Variables:						
	Estimate	Std.Err	z-value	P(> z)	Std.lv	Std.all
Legit =~						
conf.con10	1.000				1.906	0.728
conf.part10	0.847	0.009	99.086	0.000	1.615	0.670
conf.elei10	0.972	0.010	98.662	0.000	1.853	0.667
conf.pres10	1.015	0.011	95.885	0.000	1.934	0.649
resp.inst10	0.823	0.010	84.453	0.000	1.568	0.572
org.sist10	1.125	0.010	113.028	0.000	2.144	0.764
apo.sist10	1.001	0.010	98.766	0.000	1.908	0.668
direitos10	0.924	0.009	105.832	0.000	1.761	0.715

¹²⁹ Variáveis utilizadas dos índices: confiança no congresso, confiança nos partidos políticos, confiança nas eleições, confiança no presidente, respeito pelas instituições, orgulho do sistema político, apoio ao sistema político e direitos básicos protegidos.

Regressions:						
	Estimate	Std.Err	z-value	P(> z)	Std.lv	Std.all
julga.justo10 ~						
vitim	-0.494	0.034	-14.704	0.000	-0.494	-0.094
protesto ~						
vitim	0.073	0.005	16.148	0.000	0.073	0.105
sent.ins.dic	0.003	0.004	0.653	0.513	0.003	0.004
reuniao ~						
vitim	0.046	0.007	6.680	0.000	0.046	0.043
sent.ins.dic	0.006	0.006	1.051	0.293	0.006	0.007
eleicao ~						
vitim	0.023	0.007	3.508	0.000	0.023	0.023
sent.ins.dic	0.022	0.006	3.850	0.000	0.022	0.025
sent.ins.dic ~						
econ.ind.dic	0.104	0.006	16.526	0.000	0.104	0.102
conf.int.dic	0.201	0.006	32.037	0.000	0.201	0.198
vitim	0.168	0.007	23.981	0.000	0.168	0.148
golpe ~						
sent.ins.dic	0.070	0.006	11.164	0.000	0.070	0.072
Legit ~						
reuniao	0.231	0.023	9.903	0.000	0.121	0.056
protesto	-0.079	0.035	-2.257	0.024	-0.041	-0.013
sent.ins.dic	-0.215	0.023	-9.551	0.000	-0.113	-0.056
vitim	-0.241	0.025	-9.599	0.000	-0.127	-0.056
conf.int.dic	-0.281	0.022	-12.524	0.000	-0.147	-0.073
econ.ind.dic	-0.489	0.022	-21.813	0.000	-0.256	-0.125
julga.justo10	0.467	0.005	85.810	0.000	0.245	0.567
golpe	-0.140	0.022	-6.333	0.000	-0.074	-0.036
Covariances:						
	Estimate	Std.Err	z-value	P(> z)	Std.lv	Std.all
.Legit ~						
.eleicao	0.031	0.005	6.536	0.000	0.021	0.046
Variances:						
	Estimate	Std.Err	z-value	P(> z)	Std.lv	Std.all
.conf.con10	3.212	0.034	93.989	0.000	3.212	0.469
.conf.part10	3.199	0.032	98.509	0.000	3.199	0.551
.conf.elei10	4.277	0.043	98.687	0.000	4.277	0.555
.conf.pres10	5.150	0.052	99.776	0.000	5.150	0.579
.resp.inst10	5.051	0.049	103.196	0.000	5.051	0.673
.org.sist10	3.270	0.036	90.051	0.000	3.270	0.416
.apo.sist10	4.520	0.046	98.644	0.000	4.520	0.554
.direitos10	2.955	0.031	95.163	0.000	2.955	0.488
.julga.justo10	5.294	0.048	110.086	0.000	5.294	0.991
.protesto	0.094	0.001	110.086	0.000	0.094	0.989
.reuniao	0.212	0.002	110.086	0.000	0.212	0.998
.eleicao	0.197	0.002	110.086	0.000	0.197	0.999
.sent.ins.dic	0.228	0.002	110.086	0.000	0.228	0.918
.golpe	0.235	0.002	110.086	0.000	0.235	0.995
.Legit	2.290	0.038	61.000	0.000	0.630	0.630

Estatísticas de ajuste do modelo

$\chi^2=6268,719$, $df= 105$, $p < 0,000^{130}$, CFI= 0,933, TLI=0,915, RMSEA= 0,049, SRMR=0,033

¹³⁰ Vale observar que o χ^2 é dependente do tamanho da amostra no MEE, neste sentido, são também utilizadas outras medidas de ajuste. “For models with about 75 to 200 cases, the chi square test is generally a reasonable measure of fit. But for models with more cases (400 or more), the chi square is almost always statistically significant. Chi square is also affected by the size of the correlations in the model: the larger the correlations, the poorer the fit. For these reasons alternative measures of fit have been developed”. <http://www.davidakenny.net/cm/fit.htm>

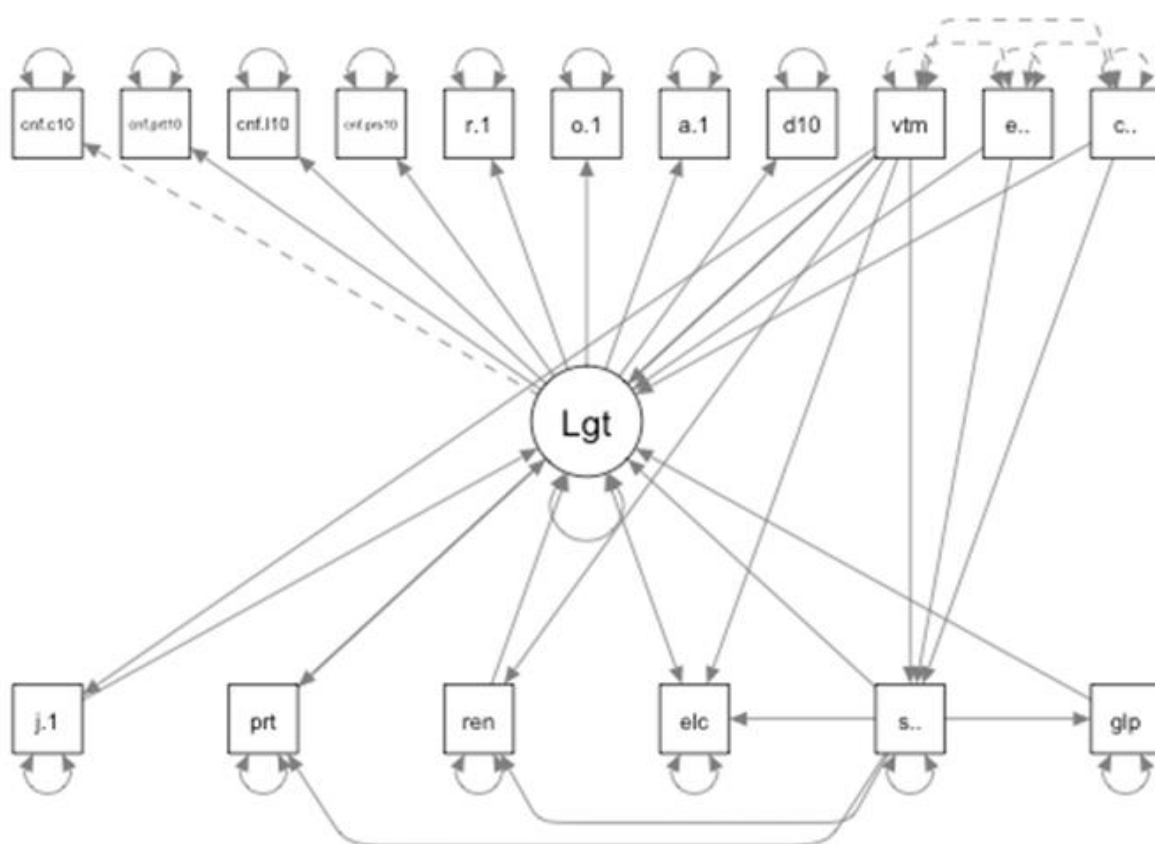
Os resultados reiteram a relevância das variáveis independentes já testadas para a legitimidade democrática e apontam ainda a pertinência de outras variáveis. Neste sentido, as vítimas de crime participam mais em protestos do que em reuniões e nas eleições. De qualquer modo, é possível observar um efeito positivo da vitimização para o comparecimento eleitoral ligado à eleição presidencial para os países analisados, o que se diferenciou do levantado inicialmente na hipótese. Para os inseguros, não ocorreu significância na participação em protestos e reuniões, apenas nas eleições. Trata-se de um tópico interessante a ser aprofundado, pois aponta para possíveis diferenciações nos efeitos da vitimização e medo do crime na participação política.

Ademais, ser vítima de um crime afetou negativamente a percepção das pessoas sobre um julgamento justo pelos tribunais, sendo a própria legitimidade democrática consideravelmente impactada por esta variável, ou seja, a percepção positiva das pessoas sobre um julgamento justo contribuiria para o incremento da legitimidade. Este debate sobre o sistema de justiça criminal é importante no caso latino-americano, estando vinculado à ausência de efetividade e seletividade no acesso à justiça, bem como ao desapontamento das vítimas de crime com as respostas judiciais (DAMMERT, 2012; CARRERAS, 2013).

A confiança na polícia não foi agregada no modelo apresentado, pois ao ser incluída os ajustes pioravam significativamente. Contudo, ressalta-se que consiste em algo relevante a ser considerado, como foi apontado pela literatura. O sentimento de insegurança é afetado pela vitimização, confiança interpessoal e autopercepção do indivíduo sobre a sua situação econômica. Por sua vez, o sentimento de insegurança afeta positivamente o apoio aos golpes militares em casos de criminalidade, ou seja, os mais inseguros estariam mais propícios a aceitar iniciativas autoritárias, sendo que este apoio aos golpes impacta negativamente na legitimidade democrática. Em geral, a legitimidade democrática permanece sendo negativamente afetada pela vitimização e sentimento de insegurança.

Na sequência, é apresentada a representação gráfica do MEE para sintetizar as relações estabelecidas entre as variáveis e o diagrama de caminhos. No gráfico, pode-se visualizar que o sentimento de insegurança é afetado pela vitimização, autopercepção sobre a situação econômica e confiança interpessoal e, na sequência, o sentimento de insegurança impacta positivamente no apoio aos golpes militares. A vitimização e o sentimento de insegurança interferem na legitimidade democrática, juntamente com as variáveis de participação política, confiança interpessoal, economia, percepção sobre julgamento justo e apoio aos golpes. Há ainda uma covariância entre legitimidade e comparecimento eleitoral.

Gráfico 14: Modelo de equações estruturais



Mais do que encerrar a discussão acerca das hipóteses da pesquisa sobre os mecanismos causais, o MEE aponta para a possibilidade do desenvolvimento de modelos analíticos que agreguem a legitimidade democrática, vitimização e participação política, medo do crime e seus preditores, autoritarismo e percepção sobre justiça. Ressalta-se a necessidade de se aprofundar, para um conjunto maior de variáveis, na relação entre medo do crime e populismo penal, o que não foi possível pelos dados do Lapop. Análises futuras podem ainda considerar outros desdobramentos e refinamentos do MEE como a realização de uma análise multigrupos que aborde também cada país de modo separado, o que pode apontar para possíveis especificidades.

Tem um Brasil que é próspero
Outro não muda
Um Brasil que investe
Outro que suga
Um de sunga
Outro de gravata
Tem um que faz amor
E tem o outro que mata
(Brasis, Elza Soares)

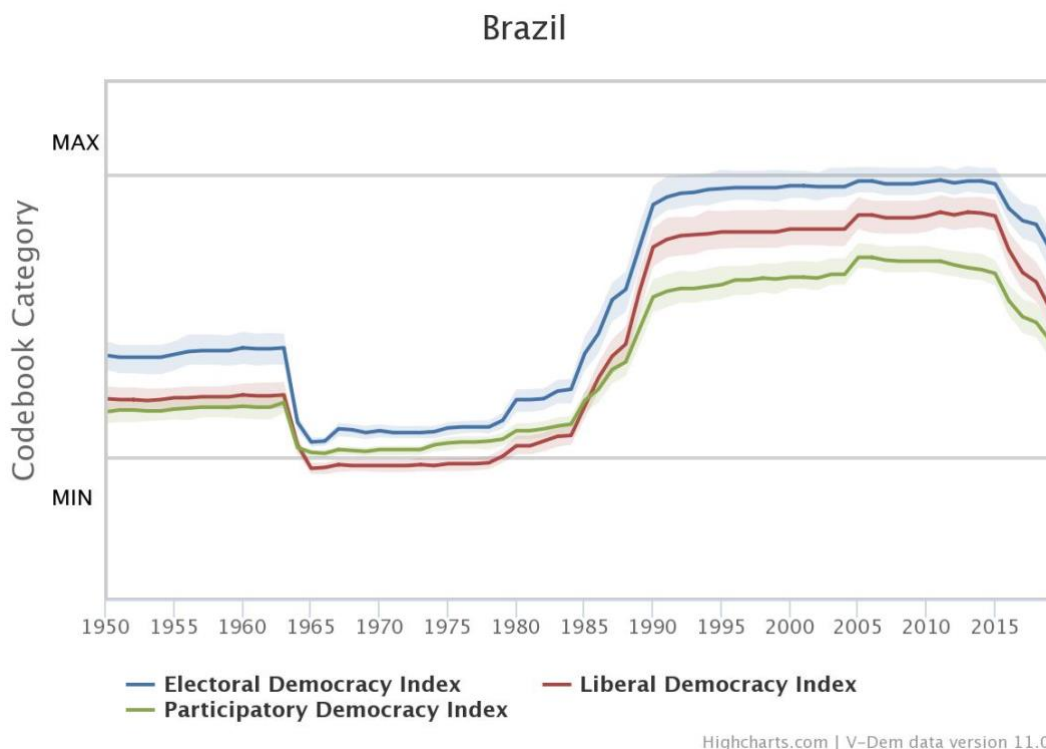
6 LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA EM VERTIGEM: VISÕES E AVALIAÇÕES DA DEMOCRACIA NO BRASIL

No período de 2016 a 2019, ocorreu um significativo decréscimo no Brasil para os três índices do V-Dem: índice de democracia eleitoral, o índice de democracia participativa e o índice de democracia liberal, sendo a queda mais acentuada no último índice. Vale mencionar que a queda consistente no índice de democracia liberal expressa o decréscimo na proteção das minorias no país e das liberdades civis. Mesmo o índice de democracia eleitoral que enfoca na realização de eleições sem irregularidades, na liberdade de expressão e na mídia independente, também apresentou uma diminuição relevante após duas décadas de estabilidade.

O *gráfico 15* contempla o período de 1950 a 2019 e possibilita ter uma perspectiva temporal sobre o caso brasileiro. Neste sentido, os números alcançados em 2019 são semelhantes aos valores encontrados no final da década de 1980, o que permite compreender o tamanho da decadência vivenciada na democracia do país nos últimos anos. Embora a pesquisa não se dedique a uma análise da série temporal para o caso brasileiro, é oportuno ressaltar que o período de análise compreendido pela tese (2016 a 2019), foi permeado por intensos retrocessos democráticos no país e pela ascensão do bolsonarismo.

As eleições presidenciais de 2018 e a ascensão de Bolsonaro marcaram um alinhamento extensivo de várias posições de direita e o voto para um candidato abertamente conservador. Logo, é possível destacar a ocorrência de um alinhamento entre o conservadorismo moral, social e o liberalismo econômico na escolha do eleitor brasileiro (RENNÓ, 2020). Tal alinhamento multidimensional, de preferências por políticas conservadoras, abrangeu indicadores de conservadorismo vinculados às questões morais e sociais em temas como aborto, ao direito dos gays, defesa de valores religiosos nas questões públicas; visões sobre lei e ordem e atitudes favoráveis à punição dura contra o crime; economia; oposição às políticas sociais redistributivas, alinhando-se às preferências políticas conservadoras de voto em um candidato com esta plataforma (RENNÓ, 2020).

Gráfico 15 - V-Dem no Brasil (1950 a 2019)



Fonte: <https://www.v-dem.net/en/analysis/CountryGraph/>

Um caso específico ganhou notoriedade no Brasil e pode, em certa medida, estar relacionado com os indicadores mais abstratos de legitimidade democrática. No dia 14 de março de 2018, Marielle Franco, vereadora pelo PSol na cidade do Rio de Janeiro, eleita em 2016 com mais de 40 mil votos, foi executada junto com o seu motorista Anderson Gomes. Na semana do seu assassinato, pessoas lotaram as ruas na Favela da Maré pedindo por justiça¹³¹. O caso teve ampla repercussão nacional e internacional, chegando ao Alto Comissariado da ONU¹³². Desde 2018, a pergunta sobre quem foi mandante do assassinato permanece sem resposta.

O assassinato da vereadora Marielle Franco entrecruza vários aspectos abordados na tese. De um lado, aponta para a intensidade da violência política no Brasil, no qual lideranças políticas e defensores/as dos direitos humanos são vítimas da violência. Marielle expressa ainda as elevadas taxas de homicídios no país, muito maiores entre as pessoas negras, o que reverbera a ausência de proteção aos direitos das minorias.

Por outro lado, o legado de Marielle também teve desdobramentos na participação política tanto no associativismo quanto na representação política, ou seja, expressaria os possíveis efeitos da vitimização indireta. A família de Marielle Franco criou o Instituto Marielle

¹³¹ <https://casomarielleeanderson.org/linha-do-tempo> Acesso em 14 de março de 2021.

¹³² <https://www.conectas.org/noticias/caso-marielle-e-debatido-em-reuniao-na-onu> Acesso em 14 de março de 2021.

Franco que é dirigido pela irmã de Marielle, Anielle Franco, e constitui-se em uma organização sem fins lucrativos com a “missão de inspirar, conectar e potencializar mulheres negras, LGBTQIA+ e periféricas a seguirem movendo as estruturas da sociedade por um mundo mais justo e igualitário”¹³³. Dentre os pilares de ação do Instituto estão a luta pela justiça, a defesa da memória, a multiplicação do legado e o apoio às mulheres, pessoas negras e faveladas em espaços de representação política.

Figura 7 - Instituto Marielle Franco

Nossos Pilares de Ação

Conheça as frentes em que vamos atuar prioritariamente!



LUTAR POR JUSTIÇA

"Quem mandou matar Marielle?"
Não vamos medir esforços para cobrar das autoridades que as investigações cheguem ao mandante político desse crime.



DEFENDER A MEMÓRIA

"Nossos passos vêm de longe."
Nenhuma fake news será capaz de manchar a história de Marielle. Vamos defender sua memória para que as futuras gerações sigam lembrando quem Marielle foi e o que ela representa.



MULTIPLICAR O LEGADO

"Não serei interrompida!"
Vamos atuar na multiplicação do legado deixado por Marielle, para que o trabalho construído por ela e pela sua equipe seja espalhado e concretizado em todos os cantos.



REGAR AS SEMENTES

"Eu sou porque nós somos."
Vamos potencializar e dar apoio às mulheres, pessoas negras e faveladas que querem ocupar a política, para que os espaços de tomada de decisão tenham mais a cara do povo.

Fonte: Instituto Marielle Franco¹³⁴

Em 2020, a viúva de Marielle Franco, Mônica Benício, foi eleita vereadora pelo PSol na cidade de Rio de Janeiro com quase 23.000 votos, sendo a terceira mulher mais votada na cidade¹³⁵, restituindo, de certo modo, o mandato que foi abruptamente interrompido. Dentre as suas pautas, estão o enfrentamento ao bolsonarismo e a política de “ódio à vida das mulheres”.

Considerando os desafios apontados sobre a democracia brasileira, este capítulo dedica-se a analisar a legitimidade democrática a partir da conceitualização da legitimidade como produto, tal qual tem sido abordada principalmente no contexto europeu e difere da abordagem eastoniana e das formulações de Norris (2011), Dalton (2007), Booth e Seligson

¹³³ Fonte: <https://www.institutomariellefranco.org>

¹³⁴ <https://www.institutomariellefranco.org> / Acesso em 14 de março de 2021.

¹³⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/enfrentar-o-bolsonarismo-e-o-meu-1o-compromisso-diz-viuva-de-marielle-eleita-vereadora-no-rio.shtml> Acesso em 14 de março de 2021.

(2009), as quais também predominam no contexto brasileiro e foram exploradas no capítulo anterior. Para tanto, são utilizados dados do *World Values Survey* (WVS) da onda 7. No capítulo, são analisadas as visões que os brasileiros possuem da democracia em perspectiva comparada com outros países da América Latina, são realizadas análises de regressão para identificar as variáveis que influenciam na configuração destas visões, considerando também a questão da violência. Por fim, são tecidas considerações sobre as avaliações de democracia no país e a legitimidade como produto.

6.1 VISÕES SOBRE A DEMOCRACIA ENTRE OS BRASILEIROS EM PERSPECTIVA COMPARADA

Na obra “*How Europeans View and Evaluate Democracy*” (2016) os autores destacam que a maior parte dos cidadãos não adota um único modelo teórico de democracia e defendem uma concepção ampla de democracia que inclua um conjunto de atributos (FERRÍN; KRIESI, 2016). Os autores diferenciam as *visões*, vinculadas ao ideal normativo de democracia, e as *avaliações da democracia*, que tratam da avaliação sobre a implementação dos princípios democráticos.

No contexto europeu, as visões sobre a democracia são analisadas considerando três grupos: a liberal, a justiça social e a direta. Como mencionado no capítulo 2, o grupo liberal compreende os componentes eleitorais e liberais, abarcando indicadores vinculados à competição eleitoral (como eleições livres e justas) e elementos liberais que garantem os direitos civis básicos dos cidadãos e limitam o poder do Estado. Vale ressaltar que na obra o grupo liberal agrega a maior quantidade de questões realizadas. Os grupos da justiça social e democracia direta abarcam aspectos que vão além do modelo básico de democracia liberal, compreendendo assim a relevância das democracias para a redução das desigualdades de renda e proteção do governo contra a pobreza dos cidadãos.

O WVS 7 contempla uma bateria específica de questões¹³⁶ que abordam aspectos a serem analisadas pelos respondentes como características da democracia, mensuradas em uma escala de 1 (características não essenciais à democracia) a 10 (característica essencial). Estas questões compreendem principalmente o grupo liberal e o grupo de justiça social, assim como aspectos aqui denominados como autoritário, em decorrência do histórico de ditaduras militares em vários países da América Latina. Embora não seja uma bateria extensiva na quantidade de

¹³⁶ Desta bateria não foram incluídas as seguintes questões: as autoridades religiosas interpretam as leis em última análise; as pessoas recebem ajuda do Estado pelo desemprego; as pessoas devem obedecer aos seus governantes.

questões, considero que ainda assim possa trazer contribuições para a análise das visões e avaliações da democracia e da própria legitimidade democrática como produto para um contexto diferente.

O WVS¹³⁷ consiste em um programa de pesquisa internacional que possui como objetivo “*to assess which impact values impact stability or change over time has on the social, political and economic development of countries and societies*”¹³⁸, sendo realizado desde 1981 em ondas a cada cinco anos. O WVS onda 7 está sendo realizado no período de 2017 a 2021, com uma cobertura de 80 países. A pesquisa monitora valores culturais, atitudes, crenças sobre gênero, família e religião; educação, saúde e segurança; tolerância social e confiança; cultura política e regimes políticos; diferenças culturais; questões sobre justiça e princípios morais; migração. No contexto latino-americano, a pesquisa contemplou 10 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, México, Nicarágua e Peru. No Brasil, a pesquisa foi aplicada em 2018.

Em consonância com as formulações dos pesquisadores europeus, no *grupo liberal* foram agrupadas as seguintes questões: escolha dos líderes em eleições livres e justas; os direitos civis das pessoas são protegidos da opressão do Estado; mulheres possuem os mesmos direitos que os homens. No grupo *autoritário*, formulado considerando também o contexto latino-americano e a influência dos militares, agrega a questão: o exército assume o poder quando o governo é incompetente. Por último, o grupo justiça social, reúne as seguintes questões: os governos taxam os ricos e subsidiam os pobres; o Estado torna a renda das pessoas igual. O *quadro 14* sintetiza as visões sobre a democracia de acordo com os diferentes grupos e as respectivas questões do *survey*.

Quadro 14 - Visões sobre a democracia - WVS 7

Grupo liberal		Grupo autoritário	Grupo justiça social
Elementos eleitorais	Elementos liberais	Elementos iliberais	Elementos de justiça social
- Escolha dos líderes em eleições livres e justas (Q243);	- Os direitos civis das pessoas são protegidos da opressão do Estado (Q246);	- O exército assume o poder quando o governo é incompetente (Q245);	- Os governos taxam os ricos e subsidiam os pobres (Q242);

¹³⁷ O WVS-7 realiza uma cooperação e parceria entre a *World Values Survey Association* e a *European Values Study*.

¹³⁸ <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSContents.jsp> Acesso em 8 de junho de 2021.

	- Mulheres possuem os mesmos direitos que os homens (Q249);		- O Estado torna a renda das pessoas igual (Q247);
--	---	--	--

Em linhas gerais, na América Latina há um predomínio das visões relacionadas aos aspectos liberais, em detrimento da justiça social. Trata-se de um resultado que é consistente com as análises observadas na Europa, tendo em vista que a justiça social implica em uma visão mais exigente de democracia. Assim, as médias mais elevadas concentram-se nas questões: mulheres possuem os mesmos direitos que os homens (7.788); a escolha dos líderes ocorre em eleições livres e justas (7.471); os direitos civis das pessoas são protegidos da opressão do Estado (6.439).

Tabela 13 - Grupo liberal

País	Escolha dos líderes em eleições livres e justas		Os direitos civis das pessoas são protegidos da opressão do Estado		Mulheres possuem os mesmos direitos que os homens	
	<i>Mediana</i>	<i>Média</i>	<i>Mediana</i>	<i>Média</i>	<i>Mediana</i>	<i>Média</i>
Argentina	10.000	8.699	8.000	7.908	10.000	8.701
Bolívia	8.000	7.675	7.000	6.643	9.00	8.51
Brasil	10.000	8.281	10.000	7.674	10.00	8.16
Chile	9.000	7.863	6.00	6.43	8.0	7.4
Colômbia	8.00	6.71	5.000	5.661	9.000	7.136
Equador	8.000	6.986	6.000	5.899	9.000	7.547
Guatemala	8.000	7.242	6.000	6.025	7.000	6.958
México	7.000	6.661	6.000	5.732	8.000	7.021
Nicarágua	9.000	7.189	6.000	6.117	10.000	8.226
Peru	8.000	7.787	7.000	6.671	9.000	8.094
América Latina	8.000	7.471	7.000	6.439	7.788	7.788

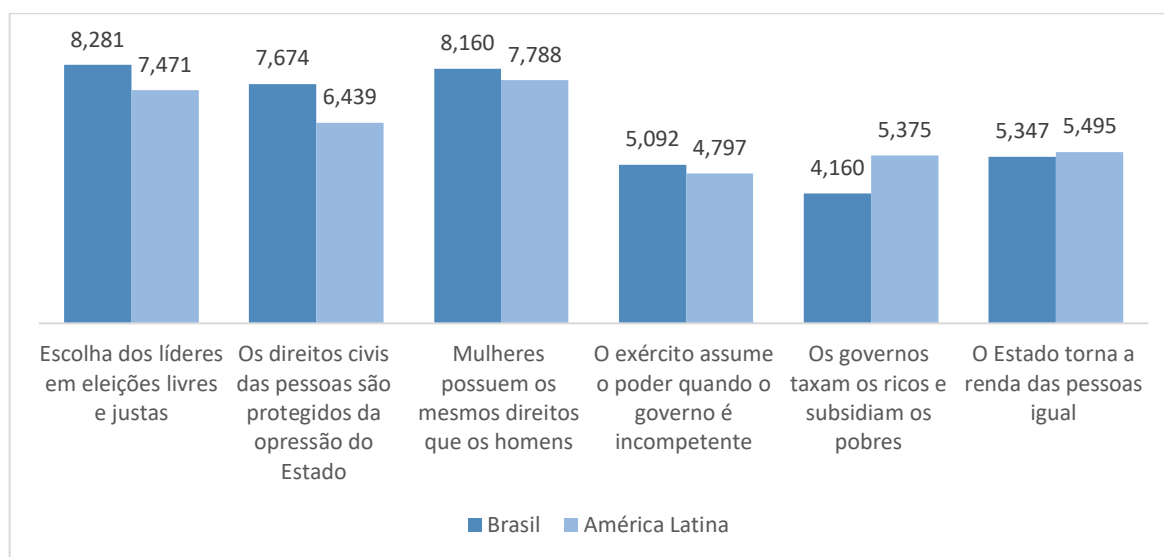
Na América Latina, conforme *tabela 14*, o grupo autoritário apresenta os valores mais baixos, o que é relevante considerando que esta abordagem consiste justamente em um

contraponto aos preceitos básicos de uma concepção minimalista e liberal de democracia. No entanto, ainda se trata de um valor muito expressivo (média de 4.797), o qual é menor justamente nos países com melhores indicadores de democracia, como a Argentina e o Chile. As duas questões referentes à justiça social apresentam valores consideravelmente mais baixos do que às vinculadas ao grupo liberal.

Tabela 14 - Grupo autoritário e Grupo Justiça Social

País	O exército assume o poder quando o governo é incompetente		Os governos taxam os ricos e subsidiam os pobres		O Estado torna a renda das pessoas igual	
	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana	Média
Argentina	2.000	3.571	7.000	6.408	7.000	6.537
Bolívia	5.000	4.694	6.000	5.876	6.000	6.214
Brasil	5.000	5.092	4.000	4.16	5.000	5.347
Chile	3.000	3.798	6.00	6.05	6.000	6.073
Colômbia	4.000	4.48	5.000	5.082	2.000	3.928
Equador	5.000	5.403	6.000	5.652	5.000	5.06
Guatemala	5.000	4.651	5.000	4.903	5.000	5.135
México	5.000	5.144	5.000	5.061	5.000	5.445
Nicarágua	5.000	5.168	5.000	5.309	5.000	5.387
Peru	5.000	5.39	6.000	5.772	6.000	6.09
América Latina	5.000	4.797	5.000	5.375	5.000	5.495

No Brasil, as visões de democracia predominantes reportam-se ao grupo liberal, com médias superiores aos demais países da América Latina analisados (gráfico 16). Cabe observar que o elemento eleitoral consiste na visão mais associada à democracia. Em contrapartida, o Brasil apresenta visões de justiça social abaixo da média da região, sendo que especialmente a questão “os governos taxam os ricos e subsidiam os pobres”, possui a média de 4.16, a mais baixa observada. Tais resultados, ainda que descritivos, possibilitam identificar as dificuldades para concepções de democracia que avancem nas desigualdades sociais. No que diz respeito à visão de democracia associada ao exército assumir o poder quando o governo é incompetente, trata-se de um valor superior à média da região, o que reforça a presença do discurso militar no país e se tornou um aspecto de grande centralidade no governo Bolsonaro.

Gráfico 16 - Média das visões da democracia no Brasil

Ao tratar das fontes e explicações acerca dos diferentes entendimentos da democracia entre os países europeus, Ceka e Magalhães (2016) argumentam que o *status* social, bem como as hierarquias sociais, contribuem para determinar a versão de democracia¹³⁹ que as pessoas endossam. Deste modo, aqueles que ocupam posições privilegiadas na sociedade tendem a defender uma concepção de democracia mais consistente com o *status quo* político. Assim sendo, Ceka e Magalhães (2016) consideram que os indivíduos de *status* social elevado tendem a incluir menos frequentemente a justiça social como uma parte do entendimento da democracia. Por conseguinte, indivíduos de *status* social mais alto são menos frequentemente apoiadores de políticas redistributivas do que aqueles com *status* mais baixo.

Nesta análise são observados os fatores que interferem na configuração de cada uma das visões, considerando o papel da violência pelas variáveis vitimização direta e sentimento de insegurança em casa. O WVS-7 incluiu duas questões que dizem respeito à vitimização: uma contempla se o próprio entrevistado foi vítima de algum crime nos últimos 12 meses (vitimização direta) e a outra questão indaga se alguém da família foi vítima de algum crime no último ano (vitimização indireta). Para os modelos testados, foi utilizada a questão sobre a vitimização direta, seguindo o padrão adotado para análise dos dados do Lapop. Já sobre sentimento de insegurança, o WVS contempla duas questões, a primeira trata de quão seguro o

¹³⁹ Ceka e Magalhães consideram que “the specific version of ‘democracy’ individuals happen to espouse may be contingent both upon whether they have a privileged position in society and the particular institutions and practices that happen to constitute the established *status quo* in their society” (CEKA; MAGALHÃES, 2016, p. 93).

entrevistado se sente naqueles dias, ao passo que a segunda aborda se nos últimos 12 meses o entrevistado ou alguém da família sentiu-se inseguro por conta do crime em sua residência. Por considerar que a primeira questão versa sobre a insegurança de maneira muito amplificada e sem referência à criminalidade, optou-se pela segunda questão. Na sequência, são apresentadas as variáveis utilizadas nos modelos de regressão múltipla.

Quadro 15 - Variáveis modelos de regressão múltipla¹⁴⁰

	Tipo	Codificação
Escolha dos líderes em eleições livres e justas (Q243);	Dependente	Escala de 10 pontos (1-10)
Os direitos civis das pessoas são protegidos da opressão do Estado (Q246);	Dependente	Escala de 10 pontos (1-10)
Mulheres possuem os mesmos direitos que os homens (Q249);	Dependente	Escala de 10 pontos (1-10)
O exército assume o poder quando o governo é incompetente (Q245);	Dependente	Escala de 10 pontos (1-10)
Os governos taxam os ricos e subsidiam os pobres (Q242);	Dependente	Escala de 10 pontos (1-10)
O Estado torna a renda das pessoas igual (Q247);	Dependente	Escala de 10 pontos (1-10)
Sentimento de insegurança em casa (Q52)	Independente	Binária (1=Inseguro)
Vitimização direta (Q144)	Independente	Binária (1=Vítima)
Confiança Interpessoal (Q59) ¹⁴¹	Independente	Binária (1=não confia)
Classe (autoposicionamento) (Q287) ¹⁴²	Independente	Binária(1=Classe alta e média alta)
Desempregado (Q279)	Independente	Binária(1=desempregado)
Sexo (Q260)	Controle	Binária (1=mulher)
Faixa Etária (Q262) ¹⁴³	Controle	Escala de 5 pontos (1-5)
Escolaridade (Q275)	Controle	Binária (1=superior)
Raça (Q290)	Controle	Binária (1=branco)

Os modelos de regressão múltipla consideraram cada variável sobre a visão de democracia como variável dependente (tabela 15). No **modelo 1**, possuir ensino superior implica em um aumento de 0,449 na visão de democracia que contempla a escolha dos líderes

¹⁴⁰ As análises descritivas das variáveis independentes, a recodificação das variáveis e os testes completos estão disponíveis no anexo do capítulo.

¹⁴¹ Questão: “Você poderia me dizer se a sua confiança na sua vizinhança é: Confia completamente; Confia um pouco; Não confia muito; Não confia de modo algum”. A variável foi recodificada.

¹⁴² Questão: “Algumas pessoas se descrevem como pertencentes a classe trabalhadora; a classe média; a classe alta ou baixa. Você poderia se descrever como pertencente a: Classe Alta; Classe Média Alta; Classe Média Baixa; Classe Trabalhadora; Classe Baixa”. A variável foi recodificada.

¹⁴³ A variável foi recodificada por faixas etárias: 16 a 30 anos; 31 a 40 anos; 51 a 60 anos; 61 ou mais.

em eleições livres e justas. Ser branco também contribui para o incremento desta visão, da mesma forma que autopercepção de classe alta e média alta, a qual aumenta em 1,729 esta visão, sendo a variável com maior efeito.

No **modelo 2**, tanto a vitimização direta quanto o sentimento de insegurança interferiram na visão de democracia sobre a importância dos direitos civis. Portanto, ser vítima de um crime reduz em -0,584 a escala que trata da visão sobre os direitos civis protegendo contra a opressão do Estado. Do mesmo modo, sentir-se inseguro também reduz o apoio a esta visão, o que pode estar vinculado ao apoio à uma concepção de segurança punitivista ligada ao populismo penal.

Cabe ainda observar que foi, somente neste modelo, que a vitimização apresentou significância, o que aponta a centralidade da experiência de ser vítima de um crime para o declínio de uma visão liberal de democracia calcada na proteção dos direitos civis. No Brasil, a questão da seletividade e a desigualdade no acesso à justiça são características centrais do funcionamento da justiça criminal, mesmo após a redemocratização (ADORNO, 2008).

O autoposicionamento de classe reduz em -1,781 o apoio aos direitos civis, sendo que também ocorreu um efeito negativo no modelo 1 sobre as eleições, o que pode estar conectado ao fato das pessoas em posições privilegiadas defenderem uma concepção condizente com o *status quo*, como foi abordado por Ceka e Magalhães (2016). No modelo 2, também foi testada a interação entre sentimento de insegurança e autoposicionamento de classe; e vitimização e autoposicionamento de classe, contudo, a primeira não se mostrou significativa. Em contrapartida, a interação entre vitimização e classe apresentou resultados interessantes, potencializando os efeitos negativos e implicando em uma redução de -3,022 na visão de democracia amparada nos direitos civis.

Cabe assim destacar a relevância da questão da vitimização em conexão com a autopercepção de classe, pois, como tem sido evidenciado na literatura, os desdobramentos da vitimização nas atitudes políticas, especialmente na participação política, podem modificar-se dependendo da renda dos indivíduos. Brasileiros/as mais pobres, normalmente, possuem mais dificuldades no acesso à justiça, sofrem mais frequentemente com ações policiais arbitrárias e podem recorrer às organizações comunitárias como um modo de mitigar os efeitos negativos da vitimização. Já brasileiros/as mais ricos podem recorrer aos mecanismos privados de proteção e apoiar mais fortemente candidatos com o discurso de lei e ordem, amparado em violações dos direitos civis. Este resultado também aponta para a pertinência da discussão sobre o *ressentimento* de classe entre os/as brasileiros/as em uma relação com a violência.

No **modelo 3**, sentir-se inseguro implica em uma redução de -0,348 na visão de democracia na qual as mulheres possuem os mesmos direitos que os homens. Os mais velhos e mais escolarizados apoiam positivamente esta característica da democracia. No **modelo 4**, sobre uma visão autoritária calcada na intervenção do exército, ser mulher reduz em -0,498 este apoio, do mesmo que entre os mais escolarizados (redução de -0,691 na variável dependente). Trata-se do único modelo no qual a variável sexo teve efeito. Por outro lado, os mais velhos, os desempregados, os mais desconfiados, apresentam maior adesão à esta visão autoritária, a qual também expressa uma ruptura com preceitos básicos democráticos.

Os modelos 5 e 6 detalham as visões de democracia que retratam aspectos de justiça social. No que se refere à variável dependente de que o governo taxe os ricos e subsidie os pobres, ser branco reduz em -0,451 a adesão a esta visão, apontando para as desigualdades raciais existentes no país e para o modo como elas impactam na promoção da justiça social e na redistribuição da renda. Por sua vez, estar desempregado aumenta em 0,526 o apoio a esta visão. Finalmente, no **modelo 6**, que trata da igualdade de renda promovida pelo Estado, apenas a variável sentimento de insegurança mostrou-se significativa e com o maior efeito para as visões de democracia analisadas (-0,491), sinalizando o viés conservador daqueles que se sentem inseguros no Brasil.

Os resultados analisados também reforçam a ideia apresentada nos capítulos anteriores de que a vitimização e o medo do crime não são fenômenos equivalentes e não operam necessariamente pelos mesmos mecanismos causais, tendo em vista as diferenciações das variáveis entre as distintas visões de democracia.

Tabela 15: Modelos de regressão múltipla - visões de democracia - Brasil

Variáveis	Modelo 1 liberal - Eleições (Q243);	Modelo 2 liberal - Direitos civis (Q246);	Modelo 2 liberal - Direitos civis (Q246); (Interação)	Modelo 3 liberal Direitos - mulheres (Q249);	Modelo 4 Autoritário - Exército (Q245)	Modelo 5 Justiça Social - taxar ricos (Q241)	Modelo 6 Justiça Social - renda igual (Q247);
Vitimização direta	-0.316 (0.183)	-0.584** (0.208)	-0.527* (0.210)	-0.228 (0.198)	-0.284 (0.253)	-0.306 (0.231)	-0.293 (0.248)
Sentimento de insegurança em casa	-0.247 (0.154)	-0.382* (0.174)	-0.364* (0.174)	-0.348* (0.165)	-0.151 (0.213)	-0.163 (0.193)	-0.491* (0.207)
Sexo	0.009 (0.148)	0.173 (0.167)	0.157 (0.167)	-0.291 (0.159)	-0.498* (0.205)	0.311 (0.185)	0.351 (0.200)
Idade (faixa etária)	0.091 (0.051)	0.119* (0.058)	0.126* (0.058)	0.134* (0.055)	0.168* (0.071)	0.030 (0.064)	-0.040 (0.069)
Escolaridade	0.449* (0.198)	0.523* (0.220)	0.528* (0.220)	0.494* (0.213)	-0.691* (0.272)	0.123 (0.244)	0.019 (0.265)
Raça	0.292* (0.149)	-0.002 (0.168)	0.004 (0.168)	0.135 (0.159)	-0.308 (0.207)	-0.451* (0.186)	-0.365 (0.200)
Confiança interpessoal	-0.068 (0.149)	-0.250 (0.169)	-0.260 (0.168)	-0.210 (0.160)	0.462* (0.207)	-0.246 (0.186)	-0.103 (0.201)
Classe (alta + média alta)	-1.729*** (0.523)	-1.781** (0.586)	-1.219 (0.649)	-0.846 (0.575)	-0.058 (0.714)	-0.251 (0.644)	0.041 (0.697)
Desempregado	0.122 (0.202)	0.004 (0.230)	0.012 (0.230)	0.044 (0.217)	0.666* (0.279)	0.526* (0.253)	0.292 (0.270)
Vitimização*Classe			-3.022* (1.510)				
R2 ajustado	0.01459	0.02106	0.02326	0.01421	0.01855	0.006045	0.00421
p-value	0.0003724	2.24e-05	9.63e-06	0.0003908	7.177e-05	0.04417	0.0962

N=1762

***! 0.001 **! 0.01 *! 0.05

6.2 AVALIAÇÕES DA DEMOCRACIA: CONFIGURANDO A LEGITIMIDADE COMO PRODUTO

Outro aspecto analisado na abordagem da legitimidade como produto, diz respeito às avaliações da democracia. Torcal e Trechsel (2016) salientam que existe uma vasta literatura que contempla o modo como os diferentes determinantes moldam as avaliações dos cidadãos sobre a democracia, sendo que esta literatura enfoca na satisfação com o regime. No entanto, os autores consideram que a avaliação da performance do regime, mensurada pela satisfação com a democracia, não leva em conta que esta pode variar dependendo de quais fatores do sistema político são considerados.

Desse modo, Torcal e Trechsel (2016) argumentam que não há uma avaliação geral da performance democrática, pois as avaliações dos cidadãos irão diferir dependendo da dimensão da democracia. Assim sendo, espera-se que as avaliações dos cidadãos referentes à justiça social

estejam vinculadas à satisfação com políticas econômicas e sociais. Nesta perspectiva, as ideias normativas ou visões da democracia possuem um papel crucial para prever as avaliações individuais da democracia e espera-se uma congruência entre os entendimentos dos cidadãos sobre a democracia e as avaliações que realizam.

Apesar do WVS-7 não possuir questões específicas para que as pessoas avaliassem a implementação de cada uma das visões sobre a democracia, a exemplo do que foi realizado pelos autores europeus, considero que é possível abordar minimamente a avaliação da democracia a partir de duas questões: “quão democraticamente o país está sendo governado atualmente” e a tradicional satisfação com a democracia “em uma escala de 1-10, quão satisfeito você está com o funcionamento do sistema político do seu país atualmente”. Deste modo, as duas questões foram consideradas como variáveis dependentes nos modelos de regressão e as variáveis referentes às visões de democracia foram testadas como variáveis independentes, assim, *espera-se identificar de modo aproximado como cada uma das diferentes visões de democracia afeta (ou não) as avaliações da democracia.*

Para Ferrín (2016), a satisfação com a democracia vincula-se melhor a uma medida de satisfação dos cidadãos com os componentes liberais da democracia, logo, a satisfação com a democracia proporcionaria uma medida relativamente confiável das percepções dos cidadãos sobre o modo como os componentes liberais funcionam no país, assegurando a validade da medida. A satisfação com a democracia ainda dependeria das concepções dos cidadãos sobre a democracia, já que os níveis de satisfação podem ser superestimados em um país no qual os democratas não exigentes predominam. Logo, os níveis de satisfação podem ser mal interpretados se não houver o controle das diferentes concepções de democracia, tanto entre os indivíduos quanto entre os países.

A *tabela 16* apresenta os dados referentes à importância que as pessoas atribuem em viver em um país democrático (o que se aproxima à questão padrão de adesão à democracia) e apresenta a média mais elevada (8.273). Quando se trata da avaliação da democracia, os resultados são bem mais baixos, sendo 5.375 a média para quão democrático o país é governado e de 4.430 para a satisfação com o funcionamento do sistema político. O Brasil, por sua vez, possui uma média e mediana elevada sobre a importância de viver em um país democrático, mas ao mesmo tempo apresenta os piores valores na região para a avaliação da democracia com os mais insatisfeitos com o funcionamento do sistema político (média 2.596) e uma mediana extremamente baixa, com metade dos brasileiros totalmente insatisfeitos (mediana de 1.000).

Os *boxplots* realizados para o Brasil possibilitam visualizar de modo comparado as distribuições entre a população para as três variáveis, explicitando o contraponto entre a

importância atribuída à democracia e às medidas de avaliação. De qualquer modo, cabe a reflexão acerca das consequências políticas de elevados índices de insatisfação com o sistema político especialmente em 2018, pois o discurso antipolítica esteve fortemente presente nos debates eleitorais e foi apropriado como retórica *antiestablishment* por Bolsonaro. Os insatisfeitos com o regime, com as instituições e com os atores políticos apoiaram mais intensamente Bolsonaro nas eleições presidenciais (RENNÓ, 2020).

Tabela 16 - Importância e satisfação com a democracia (2018)

País	Importância de viver em um país democrático		Quão democrático está sendo governado o país hoje		Satisfação com o funcionamento do sistema político do país	
	<i>Mediana</i>	<i>Média</i>	<i>Mediana</i>	<i>Média</i>	<i>Mediana</i>	<i>Média</i>
Argentina	10.00	8.88	7.000	7.005	6.000	5.412
Bolívia	9.000	8.513	6.000	6.116	6.000	5.551
Brasil	10.000	8.179	3.000	3.701	1.000	2.586
Chile	8.00	7.79	7.000	6.786	6.000	5.476
Colômbia	10.000	8.314	5.000	5.239	3.000	3.807
Equador	9.00	8.21	7.000	6.258	5.000	5.234
Guatemala	8.000	7.532	5.000	4.934	4.000	3.919
México	9.000	8.308	5.000	5.225	4.500	4.398
Nicarágua	10.000	8.167	5.000	4.833	5.000	4.846
Peru	9.000	8.622	6.000	5.454	3.000	3.779
América Latina	9.000	8.273	5.000	5.375	5.00	4.43

Gráfico 17: Importância e satisfação com a democracia no Brasil

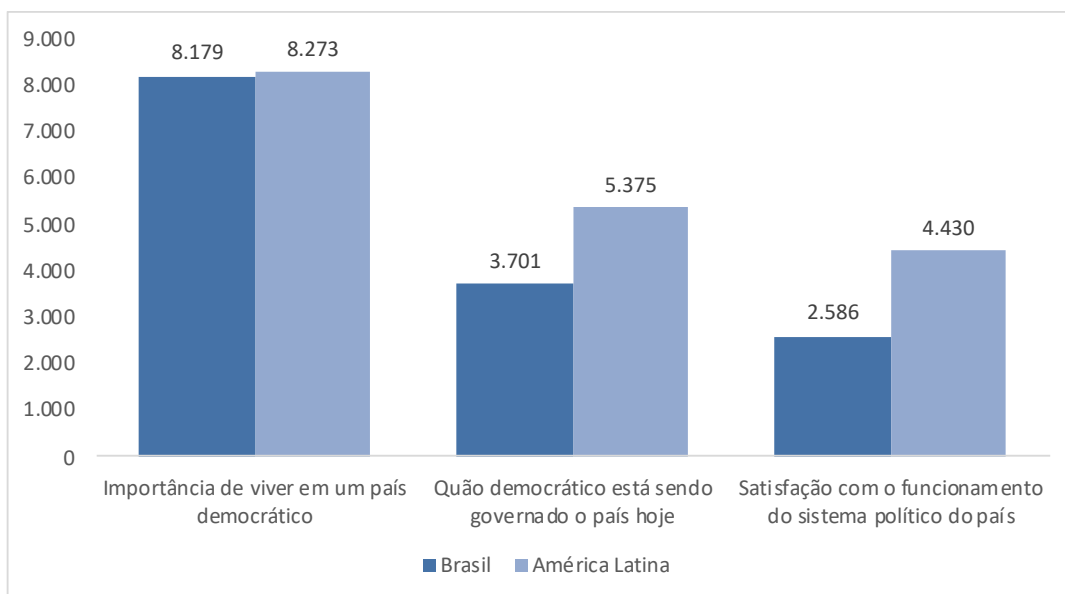
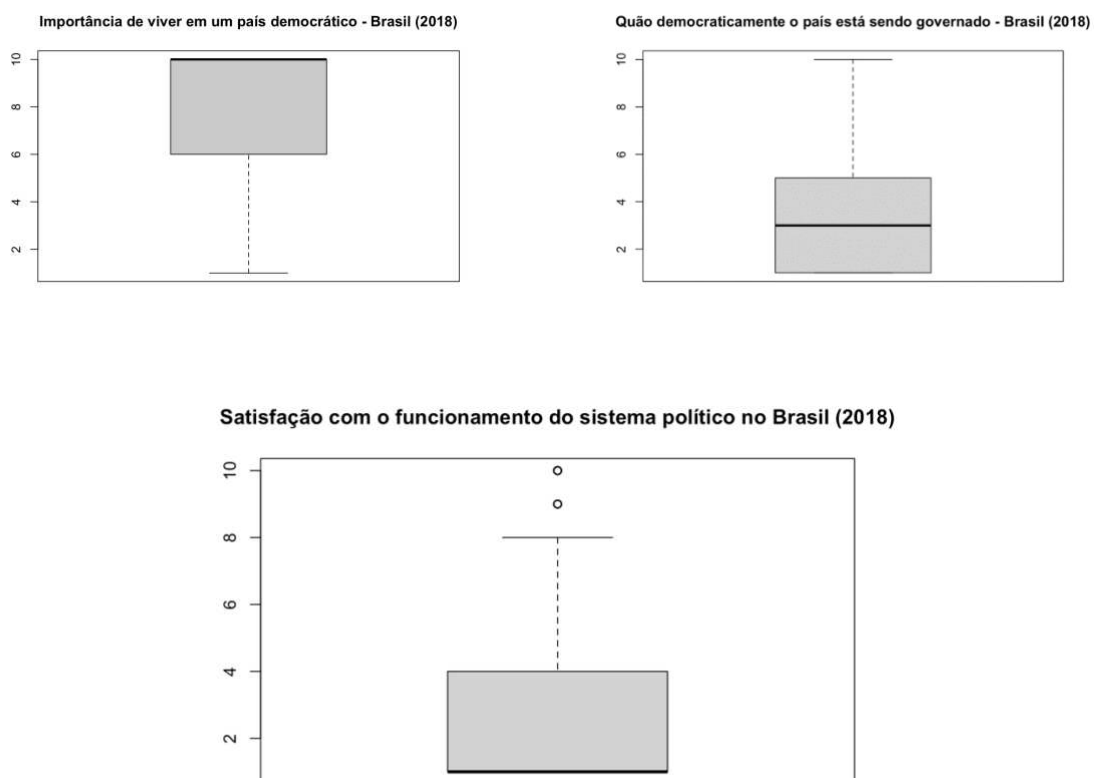


Figura 8 - Boxplots



Embora não seja possível a construção de um indicador de legitimidade baseado nas medidas de significado (visões) e avaliações da democracia, como foi realizado para o caso

européu, é possível observar alguns critérios para a análise da legitimidade. A partir da importância atribuída à ideia de consentimento como fonte da legitimidade política, Webels (2016) ressalta a relevância do critério numérico e do nível de legitimidade (a partir da medida desenvolvida). No que diz respeito ao critério numérico, Webels destaca a importância da existência de uma super maioria (66% da população ou mais) e da maioria da população (50% ou mais).

Segundo essa classificação, um país possui alto nível de legitimidade se 2/3 ou mais da população situam-se no nível da escala de legitimidade entre 0,6 e 0,9 (escala que varia de 0 a 1) e uma legitimidade moderada se acima de 50% até 2/3 da população situam-se no mesmo nível da escala. Se considerarmos a distribuição dos dois indicadores de avaliação da democracia, fica nítida a ausência de uma maioria da população brasileira com uma avaliação razoavelmente positiva, o que possui consequências negativas à ideia do consentimento como fonte de legitimidade.

Na regressão, são analisadas quais visões de democracia influenciam nas avaliações da democracia (tabela 17). Nestes testes, as variáveis dependentes referem-se às avaliações de democracia: 1) quão democraticamente o país está sendo governado e 2) satisfação com o funcionamento do sistema político. Já as variáveis independentes são as visões de democracia, as quais foram testadas separadamente. A variável “quão democraticamente o país está sendo governado” é afetada negativamente pelas visões de democracia relacionadas com o modelo liberal: eleições, direitos civis e direitos das mulheres, sendo mais afetada pela visão eleitoral, o que pode sinalizar um déficit democrático. A variável *taxar os ricos* afeta positivamente esta avaliação de democracia, ou seja, esta visão de democracia pode ter uma repercussão favorável na avaliação, o que aponta para um possível impacto de políticas redistributivas.

Tabela 17 - Regressão Linear - Visões de democracia e país democraticamente governado - Brasil

	Modelo liberal - Eleições (Q243);	Modelo liberal - Direitos civis (Q246);	Modelo liberal - Direitos - mulheres (Q249);	Modelo Autoritário - Exército (Q245)	Modelo Justiça Social - taxar ricos (Q241)	Modelo Justiça Social - renda igual (Q247);
Quão democraticamente o país está sendo governado (Q251)	-0.09196*** (0.02528)	-0.05404* (0.02419)	-0.04714* (0.02355)	0.005395 (0.019545)	0.07896*** (0.02170)	0.01943 (0.01996)
Intercepto	4.46581*** (0.22044)	4.15402*** (0.19936)	4.08250*** (0.20512)	3.704953*** (0.123553)	3.40360*** (0.11595)	3.60027*** (0.12940)

R2	0.008539	0.00348	0.00256	5.247e-05	0.008992	0.0006426
P-value	0.0002836	0.02564	0.0455	0.7826	0.0002838	0.3303

N=1762

***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05

Os resultados observados para a variável dependente “satisfação com o funcionamento do sistema político” são bem semelhantes à observação de Ferrín que reforça a variável satisfação com a democracia como uma medida que mensura melhor os componentes liberais (tabela 18). Assim, todas as variáveis vinculadas ao modelo liberal apresentam um efeito negativo na satisfação com o funcionamento do sistema político, ao passo que novamente a visão de democracia sobre a taxaço dos ricos apresenta uma relação positiva.

Tabela 18: Regressão Linear - Visões de democracia e satisfação com o funcionamento do sistema político

	Modelo liberal - Eleições (Q243);	Modelo liberal - Direitos civis (Q246);	Modelo liberal - Direitos - mulheres (Q249);	Modelo Autoritário -Exército (Q245)	Modelo Justiça Social - taxar ricos (Q241)	Modelo Justiça Social - renda igual (Q247);
Satisfação com o funcionamento do sistema político (Q252)	-0.12185*** (0.02141)	-0.06624** (0.02083)	-0.05531** (0.02010)	-0.02632 (0.01660)	0.05462** (0.01834)	0.009826 (0.016967)
Intercepto	3.58326 (0.18727)	3.14708 (0.17211)	3.07044 (0.17505)	2.72635 (0.10478)	2.36090 (0.09788)	2.533426 (0.109622)
R2	0.02	0.006889	0.004642	0.001688	0.005899	0.0002221
P-value	1.496e-08	0.001502	0.005991	0.113	0.002944	0.5626

N=1762

***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05

No Brasil, as visões de democracia predominantes referem-se ao grupo liberal, nas quais o elemento eleitoral consiste na concepção mais associada à democracia. As visões sobre justiça social apresentam valores abaixo da média latino-americana, o que salienta as dificuldades para a consolidação de visões que avancem na redução das desigualdades sociais. Ao tratar dos fatores que interferem em cada uma das visões de democracia, tanto a vitimização quanto o medo do crime afetaram negativamente a importância dos direitos civis. O autopercebimento de classe reduziu consistentemente o apoio aos direitos civis, o que foi amplificado ainda mais na interação com a vitimização. Portanto, destaco a potencialidade de análises que articulem a vitimização com a autopercepção de classe, pois, como já vem sendo

apontado na literatura, os desdobramentos da vitimização com a participação política podem modificar-se de acordo com a renda.

Por fim, destaco que a análise desenvolvida da abordagem da legitimidade como produto, embora tenha lacunas em decorrência das questões existentes nas bases de dados disponíveis para o caso brasileiro, pode contribuir para pesquisas que contemplem concepções normativas de democracia. A articulação das visões com as avaliações de democracia possibilita a construção de indicadores de legitimidade democrática que permitam dimensionar a importância do consentimento para a compreensão da legitimidade. Esta concepção é capaz ainda de identificar quais são as visões e características da democracia predominantes e viabilizar estudos comparativos entre os países com enfoques nos aspectos contextuais.

7 CONCLUSÃO

O debate sobre legitimidade democrática mobiliza um conjunto amplo de pesquisadores/as, sendo de grande influência a abordagem oriunda de Easton a respeito do apoio político. Embora a tese se dedique às contribuições estonianas e os seus desdobramentos posteriores, o trabalho procura traçar outras perspectivas analíticas como o debate sobre legitimidade e legitimação; e a legitimidade como produto que aponta para a articulação entre visões e avaliações da democracia.

Para as análises realizadas na tese, foco na concepção multidimensional de Booth e Seligson (2009), filiada à Easton, e na legitimidade como produto elaborada por pesquisadores europeus, a qual foi desenvolvida mais recentemente e carece de estudos em outras regiões. A vertente multidimensional trouxe contribuições ao questionar as abordagens explícitas sobre democracia, salientando o endosso às normas e práticas democráticas pelos cidadãos, do que a preferência por tipos de regime em abstrato. Deste modo, a legitimidade é compreendida em uma acepção mais ampla, com a preocupação da operacionalização empírica em um conjunto de variáveis. Entretanto, a abordagem também possui algumas limitações para estudos longitudinais, comparativos e nos diagnósticos produzidos sobre a democracia. Logo, realizo uma análise revisitada da legitimidade democrática com destaque aos aspectos que são considerados centrais pelos próprios autores para a estabilidade democrática: 1) os princípios do regime; 2) e o apoio às instituições do regime.

Com o intuito de salientar os diagnósticos sobre as democracias contemporâneas e considerá-los no decorrer do trabalho, a tese apresenta as contribuições do debate sobre a desconsolidação democrática, o modelo termostático e os desafios impostos às democracias pelos populistas autoritários que questionam o *establishment* político. Neste sentido, a pesquisa aponta para a conexão entre o populismo penal e o populismo autoritário. Ou seja, as percepções conservadoras sobre a punição e a ênfase no discurso de endurecimento penal estão presentes no debate público há algum tempo. No entanto, o vínculo estreito entre medo do crime e populismo autoritário, como descrito por Norris e Inglehart (2019), é algo mais recente, pois líderes populistas autoritários destacam as ansiedades públicas e buscam justificar políticas duras de lei e ordem.

No Brasil, trabalhos como o de Ventura (2021) ressaltam ainda a influência da violência no comportamento eleitoral, ao destacar o papel da temática da segurança para a eleição de deputados oriundos de trajetórias profissionais da área da segurança pública com o discurso punitivista. Ao analisar dados da eleição presidencial de 2018, Rennó (2020) conclui

que os eleitores com uma visão baseada na lei e ordem, bem como favoráveis à pena de morte e que aderem a máxima “bandido bom é bandido morto”, tendem a apoiar Bolsonaro.

A revisão de literatura desenvolvida contribuiu para a percepção sobre a centralidade necessária da vitimização e do medo do crime em diferentes aspectos políticos, especialmente no contexto latino-americano. Destaco ainda que a discussão sobre o medo do crime guarda uma conexão mais profunda com aspectos *societais*, sendo o vínculo com fenômenos políticos posterior e uma literatura em desenvolvimento. Os trabalhos voltados à análise da legitimidade democrática e à democratização destacaram predominantemente o impacto das condições econômicas e da percepção da economia, já a relação com a violência constitui-se em objeto de análise mais recente.

A partir da literatura pesquisada, ressalto que o medo do crime e a vitimização são compreendidos como fenômenos distintos (embora vinculados), os quais também podem operar por mecanismos causais diferentes (ALTAMIRANO; BERENS; LEY, 2020; MALONE, 2012). Indivíduos inseguros mais frequentemente se voltam aos meios privados de proteção em resposta ao aumento da percepção de insegurança, já as vítimas de crime violento e não-violento enfrentam novos e crescentes custos, necessidades e problemas (ALTAMIRANO; BERENS; LEY, 2020). No contexto latino-americano, o medo do crime, juntamente com a desconfiança nas instituições, pode ter uma influência no retorno de práticas e discursos autoritários (DAMMERT, 2012).

Os mecanismos causais apresentados contribuem para relacionar temáticas muitas vezes abordadas de modo disperso nas análises sobre vitimização, medo do crime e aspectos políticos, tais como: percepção e papel do Estado; impunidade, ineficiência da polícia e do sistema de justiça criminal; dinâmica da participação política; populismo penal. Em síntese, os mecanismos também podem sinalizar para uma agenda de pesquisas futuras na América Latina sobre violência, legitimidade democrática e proporcionar contribuições específicas ao caso brasileiro.

A tese aborda os efeitos contextuais, primeiramente de um modo descritivo, conforme sistematizado no capítulo 4. As taxas de homicídios no período de 2016 a 2018 apontaram para a existência de um contraste grande entre os países latino-americanos. Todavia, considera-se que mesmo nos países com as taxas mais baixas, também há espaço para a saliência da violência e do sentimento de insegurança, a exemplo do caso uruguaio. Nesta perspectiva, a questão da violência permeia as análises desenvolvidas no trabalho equalizando distintos aspectos: as taxas de homicídios nos países; o indicador de violência política; a vitimização reportada pelos indivíduos nas pesquisas de opinião; e a própria configuração do medo do crime.

No período de 2016 a 2018, a grande maioria dos países latino-americanos apresentou um retrocesso nas dimensões da democracia consideradas pelo V-Dem, sendo a liberal e a participativa as mais fragilizadas. Ao analisar qual o efeito das taxas de homicídios nos indicadores de democracia (Polity IV e V-Dem), foi possível observar a influência da violência no declínio destes, o que também corrobora o objetivo da tese de analisar a influência da violência na legitimidade democrática. Além disso, considero que estudos futuros podem tratar de um modo mais sistemático a relação entre indicadores de democracia e taxas de homicídios para um conjunto mais amplo de países em um estudo longitudinal.

A configuração do medo do crime entre os/as latino-americanos evidencia a influência da vitimização, pois ser vítima de um crime aumenta em 110% a chance de sentir-se inseguro/a, sendo que a desconfiança interpessoal aumenta em 122% esta probabilidade. Há assim uma forte conexão do medo do crime com a vitimização em um padrão mais clássico, além disso, ocorre uma grande influência da desorganização social. De qualquer modo, a incerteza oriunda das fragilidades econômicas afeta negativamente o sentimento de insegurança, especialmente a percepção do indivíduo de sua própria situação econômica.

Por conseguinte, o medo do crime entre os/as latino-americanos também possui um marcante viés de gênero e um viés racial, tendo em vista que ser mulher aumenta em 40% a probabilidade de sentir-se insegura e ser branco/a diminui em 8% a chance de sentir-se inseguro/a. Tais resultados conectam as principais interpretações elaboradas a respeito do fenômeno, contemplando desde as concepções mais clássicas calcadas fortemente na vitimização, às mais contemporâneas que vinculam a exclusão social, processos de mudança social e inseguranças de um modo mais amplo. Em consonância com outros estudos, é possível ressaltar ainda que estas variáveis podem ter pesos diferenciados entre os países. Em síntese, a compreensão do medo do crime possibilita embasar de modo mais aprofundado a influência da temática na legitimidade democrática.

Na análise da legitimidade democrática entre os/as latino-americanos, identificou-se que o apoio à democracia em termos mais gerais, no sentido difuso, possui uma melhor avaliação do que em termos da confiança nas instituições. No entanto, merece destaque o caso brasileiro que possui os valores mais baixos para o índice de confiança nas instituições e para o índice de apoio difuso, mas apresenta valores de apoio à democracia (no sentido churchiliano) elevados. Cohen *et al* (2021) desenvolvem contribuições que auxiliam na compreensão destes dados e argumentam que a vitória de Bolsonaro contribuiu para a satisfação, em curto prazo, e entre os críticos da democracia, eleger um candidato autoritário pode alimentar um “reservatório de apoio” às futuras violações democráticas. Considero ainda que este caso é

emblemático para salientar a relevância de medidas multidimensionais de legitimidade, não limitando a análise apenas às abordagens explícitas de democracia.

Ao tratar do efeito da violência na legitimidade democrática, observou-se que ser vítima de um crime e sentir-se inseguro/a reduzem tanto o índice de confiança nas instituições quanto o índice de apoio difuso, sendo este efeito um pouco mais pronunciado no último. Vale ressaltar que especialmente a vitimização possui um impacto no apoio difuso semelhante a outras variáveis pesquisadas na literatura sobre comportamento político, como confiança interpessoal e avaliação da economia (na dimensão egotrópica), o que reforça os achados de Carreras (2013). Em geral, as análises da tese confirmam os efeitos negativos da vitimização e do medo do crime na legitimidade democrática na América Latina.

A seleção dos indicadores utilizados para a análise multinível considerou os itens levantados por Carreras (2013) e Fernandez e Kuenzi (2010), aprofundando em aspectos não contemplados nestes estudos, a exemplo da taxa de homicídios, indicador de estabilidade e ausência de violência política e desemprego entre os jovens. A partir dos resultados da análise multinível, pode-se inferir que em contextos de elevadas taxas de homicídios, a confiança nas instituições e o apoio difuso apresentam valores mais baixos.

Ou seja, as taxas de homicídios por si só não apresentam significância nos índices de legitimidade, entretanto, tal vínculo ocorre a partir da interação com a vitimização, o que pode ser compreendido pelo fato desta variável focalizar melhor os contextos violentos. Trata-se de um aspecto não explorado nos estudos anteriores e que pode contribuir para o refinamento no emprego dos indicadores de violência para fenômenos políticos. Tais dados confirmam o argumento da tese acerca do impacto da violência na legitimidade democrática, pois em países com elevadas taxas de homicídios há uma intensificação do efeito de ser vítima de um crime. Por sua vez, as análises com os indicadores do V-Dem reforçam a ideia de que democracias menos consolidadas tenderiam a serem mais afetadas pela violência (LAFREE; TSELONI, 2006).

O efeito da vitimização na confiança das instituições também é mais acentuado em contextos de instabilidade política e de mais alta violência política. Este resultado está em consonância com as discussões desenvolvidas por Ley (2018) que enfatiza o papel da violência (como taxas de homicídios, atuação do crime organizado, violência contra candidatos e partidos) na alteração do próprio processo político de um modo mais amplo. Assim, a instabilidade e violência política possui também desdobramentos na legitimidade democrática.

No que diz respeito às questões econômicas, em um contexto de elevado desemprego entre os jovens, ocorreu uma ampliação do efeito negativo do sentimento de insegurança no

índice de apoio difuso. Este resultado observado salienta a relação entre transformações sociais e econômicas geradas pelo desemprego que afetam de modo mais acentuado os jovens e relaciona-se à ideia do medo do crime constituir uma ansiedade difusa conectada às inseguranças sociais (FARRALL; JACKSON; GRAY, 2009).

Por fim, a partir do caso brasileiro, é explorada a abordagem da legitimidade como produto. As visões de democracia predominantes referem-se ao grupo liberal, sendo o elemento eleitoral o mais associado à democracia. Contudo, os/as brasileiros/as apresentam visões de justiça social, em geral, abaixo da média latino-americana. A visão da democracia associada ao exército assumindo o poder é superior à média da região, reforçando a presença do discurso militar no país.

No que se refere às visões de democracia, a vitimização e o sentimento de insegurança possuem um efeito negativo na proteção dos direitos civis da opressão do Estado. Há assim uma interação entre vitimização e o autoposicionamento de classe, o que reforça o argumento presente na literatura sobre os desdobramentos da experiência de ser vítima de um crime nas atitudes políticas em articulação com a renda. Por sua vez, a visão de justiça social, que aborda à equiparação da renda entre ricos e pobres, é negativamente impactada pelo sentimento insegurança, o que aponta também, para o viés conservador dos/as brasileiros/as inseguros/as.

Mais do que encerrar o debate sobre vitimização, medo do crime e legitimidade democrática, a tese propõe-se ainda a contribuir para o aprofundamento de estudos futuros apontando para diferentes perspectivas metodológicas e teóricas. De qualquer modo, considero que a questão da violência, em sua multiplicidade de expressões, merece ser considerada com centralidade nos estudos latino-americanos sobre comportamento político e não apenas de modo periférico. Conceber como democrático um país que conjuga taxas de homicídios comparáveis às guerras ou ainda desconsiderar a potência dos discursos punitivistas e das arbitrariedades cometidas em nome da segurança e do medo, é assumir uma concepção de democracia que carrega a sua própria antítese.

REFERÊNCIAS

- ABROMEIT, H.; STOIBER, M. Criteria of democratic legitimacy. In: HURRELMANN, A.; SCHNEIDER, S.; STEFFEK, J. (Eds.). . **Legitimacy in an Age of Global Politics**. 1. ed. London: Palgrave Macmillan UK, 2007. p. 35–57.
- ADORNO, S. Políticas Públicas de Segurança e Justiça Penal. **Cadernos Adenauer**, v. 4, p. 9–27, 2008.
- ALEXANDRE, J.; NEVES, B. **Modelo de equações estruturais : uma introdução aplicada**. Brasília: Enap, 2018.
- ALTAMIRANO, M.; BERENS, S.; LEY, S. The Welfare State amid Crime: How Victimization and Perceptions of Insecurity Affect Social Policy Preferences in Latin America and the Caribbean*. **Politics and Society**, v. 48, n. 3, p. 389–422, 2020.
- BATESON, R. Crime victimization and political participation. **American Political Science Review**, v. 106, n. 3, p. 570–587, 2012.
- BLIESE, P. Multilevel Modeling in R (2.6): A Brief Introduction to R, the multilevel package and the nlme package. p. 1–82, 2016.
- BOOTH, J. A.; SELIGSON, M. A. **The Legitimacy Puzzle in Latin America**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- BROOKS, S. M. Insecure Democracy: Risk and Political Participation in Brazil. **The Journal of Politics**, v. 76, n. 4, p. 972–985, 2014.
- CARDIA, N.; ADORNO, S.; POLETO, F. Z. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, p. 43–73, 2003.
- CARLIN, R. E. Distrusting democrats and political participation in new democracies: Lessons from Chile. **Political Research Quarterly**, v. 64, n. 3, p. 668–687, 2011.
- CARLIN, R. E. Sorting Out Support for Democracy: A Q-Method Study. **Political Psychology**, v. 39, n. 2, p. 399–422, 2018.
- CARLIN, R. E.; SINGER, M. M. Support for polyarchy in the Americas. **Comparative Political Studies**, v. 44, n. 11, p. 1500–1526, 2011.
- CARRERAS, M. The impact of criminal violence on regime legitimacy in Latin America. **Latin American Research Review**, v. 48, n. 3, p. 85–107, 2013.
- CASALECCHI, G. A. **Legado democrático e apoio à democracia na América Latina: evidências e mecanismos explicativos**. 1. ed. Curitiba: UFPR, 2018.
- CEKA, B.; MAGALHÃES, P. How People Understand Democracy: A Social Dominancy Approach. In: FERRÍN, M.; KRIESI, H. (Eds.). . **How Europeans view and evaluate democracy**. New York: Oxford University Press, 2016. p. 90–110.

- CLAASSEN, C. In the Mood for Democracy? Democratic Support as Thermostatic Opinion. **American Political Science Review**, p. 36–53, 2020.
- COHEN, M. J. et al. Winners' Consent? Citizen Commitment to Democracy when Illiberal Candidates Win Elections. **Conditionally Accepted, American Journal of Political Science**, 2021.
- DAHL, R. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 2005.
- DALTON, R. J. **Democratic Challenges Democratic Choices**. New York: Oxford University Press, 2004.
- DALTON, R. J.; KLINGEMANN, H. D. Citizens and Political Behavior. In: **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Nova York: Oxford University Press, 2007. p. 1–29.
- DALTON, R.; WELZEL, C. **The Civic Culture Transformed**. New York: Cambridge University Press, 2014.
- DAMMERT, L. **Fear an Crime in Latin America: redefining State-Society Relations**. 1. ed. New York: Routledge, 2012.
- DAMMERT, L.; TOBAR, F. S. Fear and insecurity in Latin America. In: LEE, M.; MYTHEN, G. (Eds.). . **The Routledge Handbook on Fear of Crime**. New York: Routledge, 2018. p. 494.
- DE JONGE, C. P. K. Should researchers abandon questions about “democracy”? **Public Opinion Quarterly**, v. 80, n. 3, p. 694–716, 2016.
- EASTON, D. **A systems analysis of political life**. 1. ed. New York: John Wiley & Sons, 1965.
- EASTON, D. A Re-Assessment of the Concept of Political Support. **British Journal of Political Science**, v. 5, n. 4, p. 435–457, 1975.
- FARRALL, S.; JACKSON, J.; GRAY, E. **Social Order and the Fear of Crime in Contemporary Times**. New York: Oxford University Press, 2009.
- FERNANDEZ, K. E.; KUENZI, M. Crime and Support for Democracy in Africa and Latin America. **Political Studies**, v. 58, n. 3, p. 450–471, 2010.
- FERRÍN, M. An Empirical Assessment of Satisfaction with Democracy. In: FERRÍN, M.; KRIESI, H. (Eds.). . **How europeans view and evaluate democracy**. New York: Oxford University Press, 2016. p. 283–306.
- FERRÍN, M.; KRIESI, H. Introduction: Democracy - the European Verdict. In: FERRÍN, M.; KRIESI, H. (Eds.). . **How europeans view and evaluate democracy**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 2016. p. 1–20.
- FOA, R. S.; MOUNK, Y. The signs of deconsolidation. **Journal of Democracy**, v. 28, n. 1, p. 5–15, 2017a.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. The End of the Consolidation Paradigm A Response to Our Critics *. **Journal of Democracy**, p. 443, 2017b.

FREIDENBERG, F. A.; HERRERA, C. S. La democracia en América Latina del cual se resuelven los conflictos y las diferencias en los sistemas. **Revista Derecho Electoral**, v. 30, p. 1–42, 2020.

FUKS, M. et al. Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 19, p. 199–219, 2016.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. A.; RIBEIRO, E. A. Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: evidências a partir da América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 28, p. 7–32, 2019.

GARLAND, D. **A cultura do controle**. 1. ed. Rio da Janeiro: Revan, 2008.

GOMES, M. DE L. .; AQUINO, J. Violência e satisfação com a democracia no Brasil. **Opinião Pública**, v. 24, n. 1, p. 209–238, 2018.

GÓMEZ, B.; PALACIOS, I. Citizens' Evaluations of European Democracies. In: FERRÍN, M.; KRIESI, H. (Eds.). . **How europeans view and evaluate democracy**. New York: Oxford University Press, 2016. p. 155–177.

GRAHAM, M. H.; SVOLIK, M. W. Democracy in America? Partisanship, Polarization, and the Robustness of Support for Democracy in the United States. **American Political Science Review**, v. 114, n. 2, p. 392–409, 2020.

HAIR, J. et al. Modelagem de Equações Estruturais: Uma Introdução. In: **Análise Multivariada de Dados**. 6a. ed. Porto Alegre: Brookman, 2009. p. 688.

HERNÁNDEZ, E. Europeans' views of democracy: The core elements of democracy. In: FERRÍN, M.; KRIESI, H. (Eds.). . **How europeans view and evaluate democracy**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 2016. p. 43–63.

HERNÁNDEZ, W. Costos sociales de la victimización en América Latina: Percepción de inseguridad, capital social y percepción de la democracia. **Latin American Research Review**, v. 54, n. 4, p. 835–853, 2019.

HOX, J. J.; MOERBEEK, M.; SCHOOT, R. VAN DE. **Multilevel Analysis: Techniques and Applications**. 3. ed. New York: Routledge, 2018.

HUNTINGTON, S. **O Ordem Política nas Sociedades em Mudança**. São Paulo: Ed. Forense Universitária/ Editora da USP, 1975.

HURRELMANN, A.; SCHNEIDER, S.; STEFFEK, J. **Legitimacy in an Age of Global Politics**. 1. ed. London: Palgrave Macmillan UK, 2007.

INE. **Memoria de la Encuesta Nacional Urbana de Seguridad Ciudadana ENUSC**. Santiago: [s.n.]. Disponível em:

<http://www.ine.cl/canales/chile_estadistico/encuestas_seguridadciudadana/pdf/memoria_enu_sc.pdf>.

INGLEHART, R.; CATTERBERG, G. TRENDS IN POLITICAL ACTION : POST-HONEYMOON DECLINE. **International Journal of Comparative Sociology**, v. 43, n. 3, p. 300–316, 2002.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia**. São Paulo: Francis, 2009.

KAUFMANN, D.; KRAAY, A.; MASTRUZZI, M. The worldwide governance indicators: Methodology and analytical issues. **Hague Journal on the Rule of Law**, v. 3, n. 2, p. 220–246, 2011.

KRIESI, H.; MORLINO, L. Conclusion - What we have learnt, and where do we go from here? In: FERRÍN, M.; KRIESI, H. (Eds.). . **How Europeans View and Evaluate Democracy**. New York: Oxford University Press, 2016. p. 307–326.

LAFREE, G.; TSELONI, A. Democracy and crime: A multilevel analysis of homicide trends in forty-four countries, 1950-2000. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 605, n. 1, p. 25–49, 2006.

LAPOP. **AmericasBarometer, 2018/19, Technical Information**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/ab2018/AmericasBarometer_2018-19_Technical_Report_W_102919.pdf>.

LEY, S. To Vote or Not to Vote: How Criminal Violence Shapes Electoral Participation. **Journal of Conflict Resolution**, v. 62, n. 9, p. 1963–1990, 2018.

MAGALHÃES, P. Regime Support. In: FISHER, J. (Ed.). . **The Routledge Handbook of Elections , Voting Behavior and Public Opinion**. London: Routledge, 2018. p. 416–428.

MALONE, M. F. T. Does crime undermine public support for democracy? Findings from the case of Mexico. **The Latin Americanist**, p. 17–44, 2012.

MARKOWSKI, R. Determinants of Democratic Legitimacy: Liberal Democracy and Social Justice. In: FERRÍN, M.; KRIESI, H. (Eds.). . **How europeans view and evaluate democracy**. New York: Oxford University Press, 2016. p. 257–282.

MATTOS MONTEIRO, F. **A produção social e política dos homicídios: Uma análise macrossocial da trajetória das taxas de homicídios em São Catarina (1992 a 2017)**. [s.l.] Unisidade de São Paulo, 2019.

MEER, T. W. G. VAN DER; ZMERLI, S. The deeply rooted concern with political trust. In: ZMERLI, S.; MEER, T. W. G. VAN DER (Eds.). . **Handbook on Political Trust**. United Kingdom: Edward Elgar Publishing Limited, 2017. p. 1–16.

MENDES, J. T. **From the specific to the diffuse: a causal pathway for the effect of crime victimization on support for democracy**. [s.l: s.n.].

- MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- NORRIS, P. **Democráctic deficit: critical citizens revisited**. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 2011.
- NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural Backlash**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- PEREZ, O. The Impact of Crime on Voter Choice in Latin America. In: RYAN, E CARLIN, MATTHEW, R. E.; SINGER, M.; ZECHMEISTER, E. . (ORG). (Ed.). . **The Latin American Voter: Pursuing Representation and Accountability in Challenging Contexts**. [s.l.] University of Michigan Press, 2015. p. 324–345.
- PÉREZ, O. Democratic Legitimacy and Public Insecurity: Crime and Democracy in El Salvador and Guatemala. **Political Science Quarterly**, v. 118, n. 4, p. 627–644, 2003.
- PINHEIRO, P. S. Introdução: O Estado de Direito e os Não-privilegiados na América Latina. In: MÉNDEZ, J. B.; O'DONNELL, G.; PINHEIRO, P. S. (Eds.). . **Democracia, violência e injustiça: o Não-Estado de Direito na América Latina**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.
- RENNO, L. et al. **Legitimidade E Qualidade Uma Visão Da Cidadania**. São Paulo: Intermeios, 2011.
- RENNO, L. R. The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections. **Latin American Politics and Society**, v. 62, n. 4, p. 1–23, 2020.
- RIBEIRO, E.; BORBA, J. Protesto político na América Latina: Tendências recentes e determinantes individuais. **Opinio Publica**, v. 21, n. 1, p. 188–216, 2015.
- ROSSEEL, Y. Lavaan: An R package for structural equation modeling. **Journal of Statistical Software**, v. 48, n. 2, 2012.
- SCHNEIDER, S.; NULLMEIER, F.; HURRELMANN, A. Exploring the Communicative Dimension of Legitimacy: Text Analytical Approaches. In: HURRELMANN, A.; SCHNEIDER, S.; STEFFEK, J. (Eds.). . **Legitimacy in an Age of Global Politics**. 1. ed. London: Palgrave Macmillan UK, 2007. p. 126–155.
- SILVA, G. F. DA; RIBEIRO, L. M. L. Confiança nas instituições democráticas e vitimização por crime: qual a relação? **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 59–84, 2016.
- SOARES, L. E. A Política Nacional de Segurança Pública: Histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avancados**, v. 21, n. 61, p. 77–97, 2007.
- SVOLIK, M. W. Polarization versus democracy. **Journal of Democracy**, v. 30, n. 3, p. 20–32, 2019.
- TORCAL, M.; MONCAGATTA, P. Political Support. In: BADIE, B.; BERG-SCHLOSSER, D.; MORLINO, L. (Eds.). . **International Encyclopedia of Political Science**. Los Angeles: SAGE, 2011. p. 4032.

TORCAL, M.; TRECHSEL, A. H. Explaining Citizens' Evaluations of Democracy. In: FERRÍN, M.; KRIESI, H. (Eds.). . **How europeans view and evaluate democracy**. New York: Oxford University Press, 2016. p. 206–234.

UNDP. **Human Development Report 2019: beyond income, beyond averages, beyond today**. New York: United Nations Development Programme, 2019.

UNODC. **Global Study on Homicide** United Nations Office on Drugs and Crime. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22057928>>. V-DEM. **V-Dem Quickstart Guide**. [s.l: s.n.].

VALENTE, R. et al. Una contribución al estudio de la polarización sociopolítica en Brasil. **Revista de Estudios Sociales**, n. 74, p. 99–113, 2020.

VALENTE, R.; VACCHIANO, M. Determinants of the Fear of Crime in Argentina and Brazil: A Cross-Country Comparison of Non-Criminal and Environmental Factors Affecting Feelings of Insecurity. **Social Indicators Research**, p. 1–15, 2020.

VALENTE, R.; VALERA PERTEGAS, S. Ontological insecurity and subjective feelings of unsafety: Analysing socially constructed fears in Italy. **Social Science Research**, v. 71, n. March 2017, p. 160–170, 2018.

VEIGA, L. F. et al. El efecto de la experiencia democrática en la estructura de la legitimidad en América Latina y el Caribe. **Opinião Pública**, v. 23, n. 2, p. 289–315, 2017.

VENTURA, T. **Voting for violence: crime and election of law-and-order Politicians in Brazil** Working Paper. [s.l: s.n.].

VISCONTI, G. Policy Preferences after Crime Victimization: Panel and Survey Evidence from Latin America. **British Journal of Political Science**, p. 1–15, 2019.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WEBELS, B. Determinantes of Democratic Legitimacy: Concepts, Measures, Outcomes. In: FERRÍN, M.; KRIESI, H. (Eds.). . **How europeans view and evaluate democracy**. New York: Oxford University Press, 2016. p. 235–256.

WESSELS, B. Democratic Legitimacy: Concepts, Measures, Outcomes. In: FERRÍN, M.; KRIESI, H. (Eds.). . **How europeans view and evaluate democracy**. New York: Oxford University Press, 2016. p. 235–256.

WESTLE, B. Political beliefs and attitudes: legitimacy in public opinion research. In: HURRELMANN, A.; SCHNEIDER, S.; STEFFEK, J. (Eds.). . **Legitimacy in an Age of Global Politics**. 1. ed. London: Palgrave Macmillan UK, 2007. p. 93–125.

ZANETIC, A. Ação Institucional, Confiança Na Polícia E Legitimidade Em São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 95, p. 01, 2017.

ZHAO, J. S.; LAWTON, B.; LONGMIRE, D. An Examination of the Micro-Level Crime–Fear of Crime Link. **Crime and Delinquency**, v. 61, n. 1, p. 19–44, 2015.

APÊNDICE A

Descrição e fontes dos indicadores utilizados 2016 e 2018

1) Estrutura social

1.1 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (Human Development Index – HDI), Ano: 2016 e 2018, “A composite index measuring average achievement in three basic dimensions of human development – a long and healthy life, knowledge and a decent standard of living”(UNDP, 2019, p. 311). Fonte: Human Development Reports - UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME; Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>

O índice foi coletado do site Human Development Report: <http://hdr.undp.org/en/indicators/137506#>

1.2 Desemprego entre os jovens, Ano: 2016 e 2018, % do total de força de trabalho de 15-24 anos. Indicador extraído do The World Bank Data. <https://data.worldbank.org/indicador/SL.UEM.1524.ZS>

2) Violência

2.1 Taxa de homicídios (Homicide Rate), Ano: 2018; Para Bolívia e Nicarágua, os dados são de 2016, para o Peru, os dados são de 2017. Fonte: United Nations Office on Drugs and Crime; Disponível em: <https://dataunodc.un.org/content/data/homicide/homicide-rate>

2.2 Média móvel da taxa de homicídios (2018), Período: 2016 a 2018 A média móvel foi calculada pela soma das taxas de homicídios de 2016 a 2018, com exceção dos dados da Bolívia, Nicarágua e Peru, nos quais foram considerados os três últimos anos disponíveis). Cálculo realizado pela autora a partir dos dados da United Nations Office on Drugs and Crime;

2.3 Média móvel da taxa de homicídios (2016). Período: 2016 a 2014. Observação: A média móvel foi calculada pela soma das taxas de homicídios de 2014 a 2016, com exceção da República Dominicana, que foram utilizados os anos de 2013, 2014 e 2016. Cálculo realizado pela autora a partir dos dados da United Nations Office on Drugs and Crime;

3) Indicadores de democracia

3.1 Polity IV, (*e_p_polity*). Ano: 2016-2018, O Polity Combined Score é computado pela subtração do score *autocrático* em relação ao score *democrático*. O resultado gera

a Polity escala que varia de -10 (fortemente autocrático) para + 10 (fortemente democrático). Fonte: The Polity Project, Disponível em: <https://www.v-dem.net/en/data/data-version-10/>

3.2 V-Dem - Índice de democracia eleitoral (v2x_polyarchy). Ano: 2016-2018. relevance. “In the V-Dem conceptual scheme, electoral democracy is understood as an essential element of any other conception of representative democracy — liberal, participatory, deliberative, egalitarian, or some other¹⁴⁴”. Este índice considera o sufrágio como extensivo, além de eleições limpas e sem irregularidades, as organizações civis e políticas podem operar livremente e haveria liberdade de expressão e mídia independente. Trata-se de um indicador de capta os elementos da definição de poliarquia em Dahl. A medida varia do baixo (0) para o alto (1). Fonte: “V-Dem [Country–Year/Country–Date] Dataset v10. Varieties of Democracy (V-Dem) Project”. Disponível em: <https://www.v-dem.net/en/data/data-version-10/>

3.3 V-Dem - Índice de democracia liberal (v2x_libdem). Ano: 2016-2018. “The liberal principle of democracy emphasizes the importance of protecting individual and minority rights against the tyranny of the state and the tyranny of the majority. The liberal model takes a ”negative” view of political power insofar as it judges the quality of democracy by the limits placed on government. This is achieved by constitutionally protected civil liberties, strong rule of law, an independent judiciary, and effective checks and balances that, together, limit the exercise of executive power¹⁴⁵”. A medida varia do baixo (0) para o alto (1). Fonte: “V-Dem [Country–Year/Country–Date] Dataset v10. Varieties of Democracy (V-Dem) Project”. Disponível em: <https://www.v-dem.net/en/data/data-version-10/>

3.4 V-Dem – Índice de democracia participativa (v2x_partipdem). Ano: 2016-2018. “The participatory principle of democracy emphasizes active participation by citizens in all political processes, electoral and non-electoral. It is motivated by uneasiness about a bedrock practice of electoral democracy: delegating authority to representatives. Thus, direct rule by citizens is preferred, wherever practicable. This model of democracy thus takes suffrage for granted, emphasizing engagement in civil society organizations, direct democracy, and subnational elected bodies”¹⁴⁶. Ano: 2018. A medida varia do baixo (0) para o alto (1). Fonte: “V-Dem [Country–Year/Country–Date] Dataset v10. Varieties of Democracy (V-Dem) Project”. Disponível em: <https://www.v-dem.net/en/data/data-version-10/>

4) Indicador de violência e política

4.1 Estabilidade política e falta de violência (political stability and absence of violence). Ano: 2018. Ranking Percentual, varia de 0 a 100. O indicador captura “perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism”(KAUFMANN; KRAAY; MASTRUZZI, 2011, p. 4). Fonte: Worldwide

¹⁴⁴ V-Dem QuickStartGuide, 2019, p. 15.

¹⁴⁵ V-Dem QuickStartGuide, 2019, p. 15.

¹⁴⁶ V-Dem QuickStartGuide, 2019, p. 16.

Governance Indicators World Bank. Disponível em:
<https://info.worldbank.org/governance/wgi/Home/Reports>

ANEXO A

Os anexos referentes a cada capítulo da tese estão disponibilizados no link:

<https://drive.google.com/drive/folders/1ifMV7MuM7fqKnAumyNVNVf68mgcL0INS?usp=sharing>